

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL – PPDSR

DESNÍ LOPES ALMEIDA

**OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARANHENSE –
CONFLITOS E CONTRASTES:**

o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA

SÃO LUÍS
2012

DESNI LOPES ALMEIDA

**OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARANHENSE –
CONFLITOS E CONTRASTES:**

o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zulene Muniz Barbosa

SÃO LUÍS
2012

Almeida, Desni Lopes.

Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contratos: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA / Desni Lopes Almeida.– São Luís, 2012.

145 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

DESNI LOPES ALMEIDA

**OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARANHENSE -
CONFLITOS E CONTRASTES:**
o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovada em 30/01/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Zulene Muniz Barbosa (Orientadora)
Doutora em Ciências Políticas
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Joana Aparecida Coutinho
Doutora em Ciências Políticas
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Maranhão

A Vladimir. Para ti, sempre os meus melhores sonhos.

Aos militantes dos movimentos sociais, sejam eles rurais ou urbanos, que seguem na lida cotidiana sem deixar de sonhar e lutar por um mundo melhor.

Em especial aos militantes do MST, particularmente àqueles com quem tenho o privilégio de conviver pois, ainda que não seja militante foi a convivência com o Movimento que norteou muitas de minhas opções como pesquisadora e que me deu a visão de mundo que norteia minha caminhada.

A Ir. Anne Caroline Wihbey, exemplo de vida e de luta, a quem admiro e respeito. Com todo o meu carinho.

AGRADECIMENTOS

Certa vez disseram-me que a produção de um trabalho de pesquisa não é obra de uma única pessoa, por mais solitário que seja o ato da escrita. Se tal afirmação se aplica a todos os trabalhos eu não sei, mas nada poderia ser mais verdadeiro em relação ao que ora apresento. Por isso, tecer meus agradecimentos é uma grande responsabilidade e também uma enorme alegria, por saber que tive tantas pessoas com quem contar, das mais diversas maneiras, ao longo de minha caminhada. Desse modo, quero agradecer:

Aos meus pais, por todo o amor e carinho. Por respeitarem minhas decisões, mesmo quando não concordavam ou não compreendiam minhas escolhas. Sem o apoio total e irrestrito de vocês, chegar até aqui não teria sido possível.

Aos meus irmãos, Venícius e Ives, pelo apoio, carinho e amor de sempre.

A Vladimir, meu raio de sol, alegria dos meus dias. Que já nasceu filho de uma estudante e que ao longo dos anos – da minha graduação ao mestrado – dormiu muitas noites sem meu afago, e teve que lidar desde cedo com minha ausência em virtude dos compromissos acadêmicos, além de ter que aprender a respeitar minhas “presenças ausentes” quando tive que me isolar em casa para produzir. Obrigada por ter me proporcionado um dos momentos mais lindos da produção desse trabalho, quando me ajudou com as “continhas” que resultaram em alguns dos gráficos aqui utilizados e, principalmente, por alegrar meus dias e por entender – apesar das inúmeras reclamações que sempre faz - essa dinâmica corrida da vida dessa mãe que tanto o ama.

Dizem que os amigos são a família que a vida nos permitiu escolher. Desse modo, tenho muito a agradecer a essa segunda família que fui formando ao longo dos anos.

A Laiane, amiga-comadre-irmã. Nenhum ditado poderia ser mais certo em relação à nossa amizade. Agradeço, sobretudo, o presente de sua amizade, mas também por todo o apoio, a torcida, o carinho e cuidado. Por estar ao meu lado nos momentos em que mais precisei, fossem eles os mais difíceis ou os mais felizes. Ter você por perto e poder contar com você sempre torna os momentos difíceis menos pesados e os felizes mais alegres e fáceis de celebrar.

A Jhonatan Soares, amigo-irmão, que tanto tem me apoiado e torcido por mim, e que me presenteia cotidianamente com sua amizade e carinho. Obrigada pela força e por toda a assistência que me deu, principalmente no período de qualificação e produção final do texto.

A Jhonathas Monteiro – cunhado do coração - pelo cuidado, assistência e, acima de tudo, pela bela amizade que estamos construindo. Hugo Pinheiro, Tiago Soares e Jordenilson, pessoas queridas, “adotados” em minha vida, pela amizade, carinho e apoio.

A Zaira, minha querida amiga a quem tanto admiro e respeito. Muitos dos caminhos e escolhas feitas nesse trabalho são frutos de nossas longas e aprazíveis conversas. Tenho tanto a agradecer-te acadêmica, pessoal e espiritualmente que nem tenho palavras para expressar. Sendo assim, posso apenas dizer-te muito obrigada mesmo, por tudo.

A Jonas, Inês, Lenilde, e Elias. Pelo carinho, amizade e apoio que sempre encontrei em vocês. Pela torcida que sempre manifestaram por mim, fosse na vida pessoal, acadêmica ou profissional.

A Júnior (Uslan) e Manu. Como agradecer a vocês por todo o apoio, o carinho, a amizade, a torcida? Não tenho como. Só posso lhes ser grata por tudo, por estarem comigo sempre e serem parte da minha fiel “torcida organizada”.

A Wellington, meu nêgo. Amigo de tantas horas, fossem elas boas ou não. A sua amizade é um lindo presente. Obrigada por estar sempre ao meu lado, torcendo por mim.

A Bartolomeu, meu sociólogo preferido. Agradeço a amizade e carinho. E sempre serei grata pelas tardes de estudo, quando da seleção do mestrado. Sem seu apoio, esse processo teria sido bem mais difícil.

A Joilson e Céu, pela amizade, carinho e torcida. Principalmente por me “fazerem” parte de sua família e por compreenderem minha ausência, nesse primeiro ano de nossa pequeninha.

A Flávio, compadre e amigo. Que embora hoje esteja distante é “sempre presente”, nunca deixando de me apoiar. E por ser membro de carteirinha da minha “torcida organizada”.

A Francisco, a quem devo inúmeros agradecimentos desde os tempos de iniciação científica, pela amizade e carinho. E pelas incontáveis vezes em que “salvou a minha vida”, principalmente nos momentos de produção e entrega de meus trabalhos, como agora.

A Ruana Gomes, cuja amizade, carinho e apoio têm marcado minha vida, mesmo que estejamos tão distantes. Agradeço imensamente sua linda amizade, as conversas confortadoras, o incentivo, a torcida de sempre. E por ser minha “infladora de ego” nº 1.

A Johnatha, importante referência intelectual e política em minha vida, com quem muito aprendi. Pelo apoio e incentivo que sempre me deu no que diz respeito a minha formação. Agradeço toda a assistência que me dispensou quando do trabalho de campo, as conversas, bem como a entrevista que me concedeu e todas as articulações feitas que possibilitaram a realização de minha pesquisa.

A D. Deusinha, Seu Luis, Cleio e Nayara. Pela acolhida e pelo apoio no meu trabalho de campo. André e Martha, acima de tudo pelo carinho e amizade que sempre me dedicaram, e pelo cuidado e assistência quando estive em Açailândia.

A Divina. Pelo carinho, atenção e disponibilidade, quando de minhas visitas a Açailândia. E pelas conversas e entrevista que foram tão importantes para a construção deste trabalho.

A Pe. Dário, que contribuiu enormemente para a realização deste trabalho: com o material cedido, entrevista concedida, com minha aproximação com a comunidade. Agradeço por nossas conversas e pelo cuidado no momento em que precisei. Sobretudo pela boa amizade que surgiu desse contato, motivado pela pesquisa.

A Danilo. Pela atenção e disponibilidade que teve para comigo desde o primeiro contato; pelo material indicado e cedido, em especial a foto que ilustra a abertura do meu primeiro capítulo. E pelo cuidado com o qual, juntamente com Pe. Dário, cuidou de mim quando precisei.

A Artêmio. Companheiro de formação e de tantas lutas, muitas que antecedem nossa entrada na universidade. Obrigada pela capa do meu trabalho, com a qual me presenteou.

Aos colegas e amigos da 1ª. Turma do mestrado. A convivência com todos vocês foi de grande aprendizado e muito prazerosa. Espero que possamos sempre nos reencontrar e que guardemos as melhores recordações desse período de vivência que tivemos.

A Leandro, meu querido. Com quem a vivência no mestrado – e fora dele - possibilitou a maior aproximação de uma amizade incipiente, ainda que me fosse muito estimada, dos tempos de graduação. Poder conhecê-lo melhor e contar com sua amizade e carinho foi um dos grandes presentes desse mestrado para mim.

A Saulo, amigo de tantas conversas. Com quem a convivência propiciada pelo mestrado possibilitou uma amizade que me é tão cara. Estou sempre torcendo por você.

A Jhonny, com quem estabeleci uma boa amizade, como tantas vezes falamos em nossas longas conversas intermunicipais. Admiro-te imensamente e torço muito por você.

A Nilce, minha linda flor, que tanto admiro por ser essa pessoa maravilhosa e por saber equilibrar tão bem força e ternura. Agradeço imensamente sua paciência e disponibilidade em me ajudar, quando quase a enlouqueci ao elegê-la minha *personal*-economista, na reta final de conclusão do meu trabalho.

A Academia me trouxe, ao longo dos anos, muito mais do que conhecimentos teóricos e metodológicos. Foi aqui que encontrei muitas pessoas que se tornaram grandes amigas e com quem tenho sempre podido contar. Muitos dos professores serão sempre mestres queridos, mas mais do que isso, bons amigos, onde a amizade e os aprendizados de vida muitas vezes se sobrepõem aos conhecimentos acadêmicos. Assim, fico feliz em agradecer:

A Professora Zulene, com quem estabeleci muito mais do que uma relação de aluna-professora, mas de verdadeira amizade. Nem tenho como agradecer tudo o que tem feito por mim: todo o carinho, o cuidado e a fé incondicional que tem na minha pessoa. A orientação tão dedicada e ao mesmo tempo tão livre, que me permitiu erros e acertos diante da autonomia que me delegou e que têm sido fundamentais para o meu crescimento acadêmico e para meus primeiros ensaios como pesquisadora.

Ao Professor Josenildo e a Catarina, pela acolhida em sua casa, me dedicando sua amizade e, de certo modo, “endossando a adoção” da professora Zulene.

A Elizabeth, Paulo e Júlia, mestres queridos e acima de tudo bons amigos. Sou grata por todo o apoio e a torcida que sempre deixaram tão clara.

A Adriana e seu pequeno “clã”, Mariano e Gawaine. Nem tenho palavras para agradecer por tudo; todo o carinho, a amizade, e a fé tão grande que têm em mim.

A Henrique Borralho, eterno professor e sempre amigo. Agradeço o carinho, amizade e atenção que me dedicou sempre que precisei. Sua amizade me é muito especial.

Aos professores Marcelo Carneiro e Joana Coutinho, por terem aceitado participar da minha banca de qualificação e pelas contribuições tão importantes que deram para a conclusão deste trabalho. E ao professor Carlos Frederico Lago Burnett, por aceitar o convite de compor minha banca.

A Gracimila e Elizete (lindinha), pela atenção e o cuidado que sempre tiveram para comigo, excedendo sempre a função de secretárias do curso e tornando-se mesmo boas amigas.

Nas pessoas de seu Edvar, D. Maria, seu Anísio, seu Willian e Pe. Antônio, Frei Ângelo, agradeço a toda comunidade do Piquiá, que tão bem me recebeu e acolheu, compartilhando comigo suas histórias e seus anseios, suas angustias e seus sonhos de uma vida melhor. Espero que meu trabalho possa, de algum modo, ser útil a vocês.

A FAPEMA, pela concessão da bolsa de estudo, importante contribuição financeira que me possibilitou dedicar-me à pesquisa.

Agradecer nominalmente não é fácil, visto que muitas vezes se comete a injustiça e indelicadeza de esquecer alguém que foi importante na construção do trabalho. Espero que não tenha cometido tal falha, mas se o fiz, foi um lapso motivado pelo cansaço e de já peço desculpas, com a certeza que o esquecimento se deu no papel apenas, pois guardo com extremo carinho todas as contribuições e apoios que recebi ao longo dessa árdua jornada.

***“Quem me dera, ao menos uma vez,
Ter de volta todo o ouro que entreguei
A quem conseguiu me convencer
Que era prova de amizade
Se alguém levasse embora até o que eu não tinha”.
(Índios – Legião Urbana)***

“Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta”.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Este estudo trata das contradições do desenvolvimento na Amazônia Maranhense, especificamente o município de Açailândia, como um espaço de “reajuste espaço temporal do capital”. Analiso a expansão capitalista no município personificada nos grandes grupos econômicos a exemplo da Vale, JBS Friboi, SUZANO S/A, Galvão Queiros, impulsionadores de um processo de exploração econômica e de recursos naturais na região. Discute-se o elo existente entre o global e o regional, principalmente o processo acelerado que gera os contraste entre crescimento econômico e desenvolvimento social, comprometendo direitos sociais básicos como moradia e saúde. Por fim, examina-se os grandes empreendimentos que têm como maior expressão as guzeiras, as plantações de eucalipto e as extensas propriedades agropecuárias destacando, neste cenário, a comunidade de Piquiá de Baixo, que personifica a realidade de exploração econômica que se traduz na concentração de riqueza e pobreza e a proliferação de altos índices de trabalho escravo – resultado da intensa e acelerada transferência de riqueza para os grandes centros hegemônicos do capitalismo internacional.

Palavras-chave: Açailândia – Desenvolvimento – Grandes Projetos – Piquiá de Baixo.

ABSTRACT

Study of contradictions development in Maranhão's Amazon specifically the city of Açailândia, as an area of "readjustment space-time of capital" (Harvey, 2005). We discuss the expansion of big capital, embodied in so-called "big projects" from the Grand Carajas project Brazil. We analyze the link between the global and the regional concentration and centralization of capital large economic groups such as the Vale, JBS Friboi, SUZANO S/A, Galvao Queiroz, Ferronorte, boosters of a process of economic exploitation of the region, under development discourse, the contrast between economic growth and social development, so that there is an intense concentration of wealth, contrasting with high slave labor existing in the city. Finally it examines how major developments in existing Açailândia - the guzeiras, eucalyptus plantations, extensive livestock farming, undertake basic rights of the population, such as housing, health, access to land, highlighting, in this scenario, the community Piquiá Low, which embodies the reality of exploitation embodied in an intense and accelerated transfer of wealth to the great hegemonic centers of the capital.

Key-words: Açailândia – Development – Big Projects – Piquiá de Baixo.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1	- Número de Estabelecimentos – Nordeste – 1980/2006.....	40
Gráfico 2	- Estabelecimentos por Estrato de Terras – Nordeste - 1980/2006.....	41
Gráfico 3	- Comparativo Mortos no Campo: Região Amazônica/Demais regiões 1964/2011.....	44
Gráfico 4	- Comparativo Mortos no Campo: Demais Regiões/ Região Amazônica/ Maranhão/ Pará - 1964-2011.....	44
Gráfico 5	- Comparativo Número de Mortes no Campo :1964-1985.....	45
Tabela 1	- Participação dos Principais Produtos na Exportação do Maranhão (2000-2011).....	60
Gráfico 6	- Comparativo de Incidência de Trabalho Escravo: Brasil/ Nordeste/ Maranhão (2011).....	68
Gráfico 7	- Comparativo de Incidência de Trabalho Escravo Maranhão/Região Norte – 2011.....	69
Tabela 2	- PIB Estadual e Incidência do Trabalho Escravo no Maranhão (2005-2009).....	70
Gráfico 8	- Estrutura Fundiária - Açailândia 1995.....	75
Gráfico 9	- Estrutura Fundiária – Açailândia 2006.....	75
Gráfico 10	- Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo a Condição do Produto – 1995 (em ha).....	76
Gráfico 11	- Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo a Condição do Produto – 2006 (em ha).....	76
Gráfico 12	- Distribuição de Terras por Atividade Econômica – Açailândia 1996.....	77
Gráfico 13	- Distribuição de Terras por Atividade Econômica – Açailândia 1996.....	77
Tabela 3	- Terras Destinadas a Pecuária por Tipo de Proprietário.....	78

Gráfico 14	- Média das Terras Destinada a Pecuária - por Tipo de Proprietário.....	78
Gráfico 15	- Evolução do Rebanho Bovino em Açailândia (1983-2011).....	79
Gráfico 16	- Contribuição por Segmento Econômico para o PIB Municipal de Açailândia: 2004-2008.....	82
Gráfico 17	- Distribuição de Imóveis Permanentes por Tipo de Ocupação.....	88
Gráfico 18	- Comparativo do Trabalho Escravo: Maranhão - Açailândia 2011.....	92

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	- Área de Abrangência do Projeto Grande Carajás.....	45
MAPA 2	- Região de Planejamento dos Carajás.....	61
MAPA 3	- Origem e Destino dos Trabalhadores Escravizados no Brasil.....	66
MAPA 4	- Domicílio e Naturalidade dos Trabalhadores Escravos Resgatados (1995-2006).....	67
MAPA 5	- Localização Geográfica de Açailândia/MA.....	72
FOTO 1	- Rua da Fumaça.....	105
FOTO 2	- “Seu” Edvar Mostrando o Acúmulo de Pó de Ferro nos Móveis.....	106
FOTO 3	- “Isolamento” dos Resíduos de Minérios.....	108
FOTO 4	- Aviso de Perigo nas Áreas de “Depósito” de Resíduos de Minérios.....	108
FOTO 5	- População Exposta à Munha.....	109

LISTA DE SIGLAS

BIRD	- Banco Mundial
BNDS	- Banco Nacional de Desenvolvimento do Nordeste
CDVDH	- Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
CEPAL	- Comissão de Estudos para a América Latina
COMARCO	- Companhia Maranhense de Colonização
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CREA	- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
DIT	- Divisão Internacional do Trabalho
EFC	- Estrada de Ferro Carajás
FIDH	- Federação Internacional dos Direitos Humanos
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBESP	- Instituto Brasileiro de Economia, Sociedade e Política
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	- Índice de Gestão Descentralizada
IMESC	- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPPA	- Incubadora de Políticas Públicas para a Amazônia.
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	- Juscelino Kubitscheck
JnT	- Justiça nos Trilhos
MDS	- Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
P.A.	- Projeto de Assentamento
PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGC	– Programa Grande Carajás
PIB	– Produto Interno Bruto
PIDESC	– Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIN	- Programa de integração Regional
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PROTERRA	- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSF	- Programa de Saúde da Família
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior
SEMA	– Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SIFEMA	- Sindicato das Empresas de Ferro-Gusa do Estado do Maranhão
SPVEA	– Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO – SEGUINDO OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO.....	19
I.	Apresentação.....	20
II.	Entre o Que se Diz e o Que se É.....	23
III.	Considerações Metodológicas.....	25
1.	AMAZÔNIA LEGAL: a política de ocupação e exploração territorial do Estado brasileiro.....	28
1.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	29
1.2.	A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO FORÇADA.....	35
1.3.	A QUESTÃO AGRÁRIA E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	40
2.	O MARANHÃO NOS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO: a dinâmica acelerada entre o local, regional e o transnacional.....	48
2.1.	DO “ELDORADO DO CAMPO” AO CAMPO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS.....	49
2.2.	MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL E OS GRANDES PROJETOS.....	59
2.3.	A POBREZA NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO.....	64
3.	ENTRE A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA: o processo de expansão capitalista em Açailândia.....	71
3.1.	“A POBREZA DO HOMEM COMO RESULTADO DA RIQUEZA DA TERRA”: caracterização socioeconômica de Açailândia.....	72
3.2.	CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS.....	86
3.3.	O GRANDE CAPITAL E OS IMPACTOS NO CAMPO.....	90
3.3.1	Cativeiro moderno: o trabalho escravo.....	91
3.3.2.	“É a parte que te cabe nesse latifúndio”: conflitos em áreas de Assentamento.....	93
4.	“AQUI É PARA MORRER!” – contrastes do desenvolvimento: o caso Piquiá.....	98
4.1.	DO PIQUIÁ AO PEQUIÁ: a trajetória da comunidade.....	99
4.2.	“QUANTO VALEM OS DIREITOS HUMANOS?”.....	103
4.3.	AS SEMENTES ESQUECIDAS NO JARDIM: LUTA E RESISTÊNCIA.....	111
4.4.	UMA VELHA HISTÓRIA, UM NOVO LUGAR: A LUTA PELA REMOÇÃO.....	116
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
	REFERÊNCIAS.....	124
	APÊNDICES.....	135
	ANEXOS.....	139

INTRODUÇÃO

SEGUINDO OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO



Foto: Desni Lopes Ameida

***“Nem toda palavra é
Aquilo que o dicionário diz.”
(Sonho de uma Flauta - Teatro Mágico)***

I. Apresentação

O presente trabalho tem por objeto a análise das contradições existentes entre o que o discurso oficial¹ apregoa como desenvolvimento (crescimento econômico expresso no aumento do Produto Interno Bruto) e as questões sociais que se materializam em violações de direitos sociais inalienáveis – como a saúde e moradia. O *lócus* da pesquisa é o município Açailândia/MA, e mais especificamente a comunidade Piquiá de Baixo.

Para tanto, elegi o conceito que norteou a pesquisa, conforme a definição de Paul Singer (2004a), que entende o desenvolvimento como um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica. No entanto, para dar conta do grau de controvérsia do conceito de desenvolvimento destaco duas correntes: 1^a as que identificam desenvolvimento com crescimento econômico; 2^a as que distinguem desenvolvimento de crescimento. Filiando-se a segunda corrente, Singer (2004b: 02) entende desenvolvimento como

Um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

A análise problematiza se efetivamente pode-se falar de desenvolvimento no município, conforme a teorização de Singer (2004b).

A escolha de Açailândia como *lócus* da pesquisa se deu em função da atividade de grandes grupos econômicos - a exemplo do Grupo Queiroz Galvão, JBS FRIBOI, Grupo Ferronorte, SUZANO S/A - que se fazem presente nos principais empreendimentos econômicos da cidade: as guseiras, plantações de eucalipto e pecuária, personificando o grande capital. A presença de tais grupos se deve, principalmente, às políticas governamentais que elegeram os grandes projetos – a exemplo do Programa Grande Carajás, como opção de desenvolvimento para a região.

¹ Ver especialmente o documento O Maranhão e a Nova Década.

Na perspectiva aqui adotada, é importante não perder de vista que o Maranhão ocupa uma posição periférica na formação econômica e social brasileira, se constituindo uma importante peça no tabuleiro da economia mundial. Nesta fase atual, reconectado por esta nova rodada de transnacionalização do capitalismo, vive rápidas e aceleradas transformações sob o impulso do neoliberalismo como política e como ideologia (Barbosa, 2006). Trata-se de um processo alinhado com a dinâmica do capital transnacional,

Quando o capitalismo mundial passou a operar de forma ainda mais centralizada e burocrática, exibindo uma nova correlação de forças em nível internacional. A concatenação e sistematização de políticas econômicas interestatais hegemônicas pelos EUA, ditas “neoliberais”, ditadas pelo Consenso de Washington [...] foram impostas aos endividados da periferia capitalista, buscando enfraquecer os Estados Nacionais no sentido de quebrar as barreiras nacionalistas e facilitar a penetração do capital estrangeiro nessas economias. Assim, a burguesia internacional se permitia continuar concentrando capitais e mantendo as condições para a sua exportação. (ALMEIDA, 2010:56).

Nesse sentido, o Maranhão configura-se como um território no qual se pode perceber a teoria do ajuste espaço-temporal de David Harvey (2005a:12), de acordo com a qual, em face das crises capitalistas cada vez mais recorrentes, o sistema necessita de um adiamento temporal e expansão geográfica.

... a produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordo de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão de obra [...] vastas quantidades de capital fixo em um lugar atuam como obstáculo na busca por ajustes espacial em outro lugar.

Assim, é vital para o sistema capitalista que haja espaços nos quais ele possa se reordenar diante das crises que lhe são inerentes. Nesse sentido, a análise da entrada de espaços como a Amazônia brasileira – incluindo-se o Maranhão – nessa dinâmica de reordenamento, explorando de modo devastador os recursos naturais (matéria-prima) das regiões, confirma a necessidade de expansão do capital para que possa atender à necessidade da burguesia por novos mercados. Segundo Marx e Engels (1986:121)

Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado [...] A necessidade de mercados cada vez mais extensos para os seus produtos impele a burguesia para todo globo terrestre. Ela deve

estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte [...] Em lugar da antiga autossuficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações.

O Maranhão, enquanto espaço de realocação do grande capital transnacional, tem se destacado no cenário nacional, tendo sido eleito desde os anos 1970/1980 como território de grandes projetos. Atualmente, os altos investimentos industriais e do agronegócio no estado, o colocam novamente – assim como em 1966 – como palco das promessas de desenvolvimento que inaugurarão uma nova era de progresso e bem estar, segundo o planejamento oficial do governo do estado, como explicitado no documento *O Maranhão e a Nova Década*.

O Maranhão tem o privilégio de iniciar a nova década numa posição invejável de receptor de investimentos estruturantes que propiciarão a abertura de novas oportunidades e perspectivas jamais reunidas em nossa história. **Os números previstos para essa nova década são superlativos – cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos públicos e privados até o momento**, que irão ofertar aproximadamente 240 mil novos empregos nos próximos cinco anos –, como também são extraordinários os desafios que se colocam no caminho do crescimento econômico. **Enfrentando novos e antigos desafios, o novo Maranhão já está em construção**, com o início de vários empreendimentos. (2010:04, grifo meu)

O documento cita ainda inúmeros empreendimentos, que vão da implantação da Refinaria de Petróleo Premium da Petrobrás à ampliação de fábricas de bebidas, passando pela extração de ouro, construção de hidrelétrica, sítio de lançamento de foguetes, entre tantos outros nos mais diversos setores e regiões do estado, que serão instalados até 2020. Quanto aos empreendimentos para a região de Açailândia e circunvizinhança constam: a Acearia do Grupo Ferroeste; a duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC, ao longo de todo o corredor; e a Fábrica de celulose da Suzano S/A a ser implantada em Imperatriz, mas que repercute diretamente em Açailândia devido às áreas de plantações de eucalipto no município. Esses três empreendimentos encontram-se em fase de construção.

Diante de tais investimentos, fruto de projetos do Estado em parceria com capitais privados nacionais e internacionais, tem-se uma realidade de exploração econômica e crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, colocando Açailândia

como destaque na economia do estado do Maranhão e no Brasil. No entanto, tal crescimento econômico não representa ganho social para a população, posto que a análise dos dados do município revela que há um processo de extrema concentração de riqueza, fruto do modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado para a região.

Nesse sentido, a comunidade de Piquiá de Baixo, nesta análise, representa o paradoxo da opção desenvolvimentista do atual governo brasileiro pelo crescimento econômico, sem considerar de fato os impactos socioambientais causados nas comunidades locais. A 12 km de Açailândia, Piquiá de Baixo é a demonstração real dos “ganhos privados e prejuízos socializados” que são o resultado dos grandes empreendimentos que têm sido implantados na região e no estado como um todo. Piquiá de Baixo é uma das muitas comunidades que têm que lutar, cotidianamente, para assegurar direitos sociais básicos, sendo que essa luta muitas vezes é vista pelo conjunto da sociedade como uma luta contra o progresso e o próprio desenvolvimento.

II. Entre o que se diz e o que se é

Em meu primeiro contato com Açailândia, três características me chamaram atenção:

- O tempo transcorrido em meio a plantações de eucalipto para chegar ao Assentamento Nova Conquista, local de minha estadia;
- A quantidade de áreas de pastagens que circundavam a BR-010;
- A quantidade de casas de madeira na cidade.

Era dezembro de 2003. E Açailândia já despontava como uma das principais cidades do estado, desbancando Imperatriz, vizinha e segunda maior cidade do Maranhão. O meu olhar sobre a cidade era de uma visitante curiosa por conhecer uma região bem diferente daquela onde cresci e de onde vivo atualmente, mas que não conseguia ver naquela cidade - marcada por casas de madeira, pelas ruas de terra que ficavam próximas ao centro comercial - uma das maiores economias do estado. Naquele dezembro, do alto da Rua Ieda, na Vila Bom Jardim, meu cicereiro me mostrou Açailândia, pois de lá tínhamos uma vista panorâmica de toda a cidade. Foi ali, em um fim de tarde, que pude ver a fumaça

saindo de algumas fábricas que - meu anfitrião explicava - causava sérios problemas à comunidade que morava no entorno, os chamados “pulmões de aço”, por respirarem e absorverem todo o pó de aço expelido pelas indústrias. Era possível ver algumas áreas verdes por toda a cidade, mas se destacava mesmo o cinturão de eucalipto que vi de lá.

No retorno ao Assentamento Nova Conquista, mais uma vez me impressionei pelo tempo que levava em meio a plantações de eucalipto. Outro fim de tarde. Sentada a porta da casa 160 da Rua do Campo, no assentamento, presenciei um lindo pôr do sol que se punha por trás de uma espessa camada de floresta existente ali. “Aqui já é Amazônia” me explicou meu anfitrião. E eu fiquei encantada, pois poderia dizer a todos que conheci um pedacinho da Amazônia na minha viagem.

No intervalo entre 2006 e 2009, em novas idas ao município, vi as casas de madeira diminuírem consideravelmente, as ruas próximas ao centro serem asfaltadas ou bloqueteadas², mas o estranhamento com a imensidão de eucaliptos só aumentou – proporcionalmente ao aumento das plantações que se vê na região. As extensas pastagens circundando a estrada também continuam por lá. Mas a espessa camada de floresta que encontrei da primeira vez diminui a cada nova visita.

Em 2012 voltei, dessa vez como pesquisadora. A escolha de Açailândia como objeto não foi difícil. Primeiro porque Açailândia, por si só, diante de tantos contrastes e conflitos sociais é um rico campo de trabalho para qualquer pesquisador das ciências sociais; segundo, em virtude da minha participação no Projeto de Incubadora de Políticas Públicas para a Amazônia – IPPA. Desse modo, eleger o campo de pesquisa na região amazônica se tornou parte de um projeto maior, que vai além da realização pessoal da dissertação. Levava na bagagem o conhecimento bibliográfico sobre a região, alguns dados, e as lembranças que tinha de outros momentos.

Com o avanço da pesquisa, nas conversas com os conhecidos de lá, muitos questionamentos foram aflorando. Em um primeiro momento a perspectiva era estudar uma das áreas de assentamento do município, dando prosseguimento a minha trajetória acadêmica de estudo da questão agrária no estado. Porém,

² Pavimentação realizada com blocos de concreto.

com o aprofundamento de leituras, conversas com militantes de diversos movimentos sociais da região, e observando as notícias que circulavam na mídia, senti a necessidade de ampliar a investigação e buscar compreender as diferentes facetas da cidade, que tinha quase sempre atrelado ao seu nome a palavra desenvolvimento.

Nas leituras, conversas e pesquisas que fiz preliminarmente foi ganhando forma uma Açailândia cheia de contradições, marcada por conflitos agrários, grandes empreendimentos, concentração de renda e trabalho escravo. Em meio às reflexões, a “conta não fechava”. Em meio a estas inquietações encontrei o meu objeto, encontrei minhas questões: é possível dizer que existe, efetivamente um desenvolvimento em Açailândia? Se sim, qual desenvolvimento? Quem se beneficia dele?

III. Considerações Metodológicas

Partindo de uma perspectiva crítico-dialética, ao analisar os antagonismos existentes na região busquei compreender Açailândia como o resultado de múltiplas determinações; no dizer de Marx, uma unidade do diverso. Para apreender essa totalidade, optei pelo materialismo histórico como base teórico-metodológica para a reconstrução do objeto de estudo.

A busca pelas respostas aos questionamentos suscitados iniciou-se a partir do levantamento bibliográfico (campo teórico e conceitual), que norteou a análise para compreender cientificamente a realidade. A partir da construção de um arcabouço teórico, que me permitiu analisar e refletir acerca da realidade açailandense busquei fontes secundárias produzidas pelos institutos de pesquisa, a exemplo do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; monografias, dissertações e teses; relatórios e estudos elaborados pelos movimentos sociais, assim como dados de órgão oficiais como o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX.

Esse mosaico de elementos se constituiu o meu ponto de partida para a construção da imagem de uma Açailândia apresentada como próspera e símbolo

do desenvolvimento, presente no discurso do Estado. Além das fontes secundárias, o presente estudo considerou fontes primárias, que se originaram da observação *in loco*, ação de grande importância para perceber a realidade para além dos relatórios e estatísticas apresentados tanto pelos órgãos oficiais, como pelos diversos segmentos sociais envolvidos nas lutas cotidianas da região. Nesse sentido privilegiei a realização de entrevistas, que considerei fundamental para analisar as diferentes perspectivas do governo local e dos movimentos sociais locais, acerca do desenvolvimento do município.

As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos ao longo do ano de 2012, com militantes dos principais movimentos sociais urbanos e rurais, secretários do poder público municipal e com moradores do Piquiá de Baixo. Nas entrevistas pude perceber, por um lado, antagonismo a cerca do que cada segmento compreende por desenvolvimento e sobre quem se beneficia do crescimento econômico do município; por outro, as responsabilidades de cada segmento envolvido nos processos sociais que se desenrolam em Açailândia.

Em suma, a observação participante possibilitou uma maior aproximação com a comunidade do Piquiá de Baixo, através dos diversos movimentos sociais, em uma rica experiência de trocas de conhecimento e, sobretudo, de compartilhamento sobre as lutas sociais.

O resultado da pesquisa foi sistematizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais nos quais tentei desvendar, por um lado, a Açailândia que está por trás dos dados do crescimento econômico e por outro, a Açailândia dos homens e mulheres (de carne e osso) das áreas urbana e rural do município, que se encontram entre as imensas áreas de eucalipto, chaminés de indústrias, pastagens de gado, cortados pela estrada e pelos trilhos do desenvolvimento e progresso.

No primeiro capítulo, intitulado “AMAZONIA LEGAL: a política de ocupação territorial do Estado brasileiro” abordo a atuação do Estado no processo de ocupação da Amazônia, analiso as políticas desenvolvimentistas que nortearam os projetos desenvolvidos e implantados nesta região, principalmente a inserção de espaços produtivos periféricos na dinâmica do capital transnacional, à luz da teoria da dependência. Dentro dessa perspectiva, fiz um exame do que chamei de modernização forçada, buscando historicizar o processo de industrialização da

Amazônia e, nesse contexto, a discussão da questão agrária como um dos elementos fundamentais para se compreender o processo de ocupação da região.

Em “O MARANHÃO NOS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO: a dinâmica acelerada entre o local, regional e o transnacional” , segundo capítulo desta dissertação, analiso o Maranhão como o “palco” de investimento de grandes projetos, contrapondo essa realidade de crescimento aos baixos indicadores sociais. Nessa perspectiva, examinei a questão agrária, importante elemento para a compreensão do estado, diante da chegada de grandes projetos. Aponto a opção do estado do Maranhão por um modelo desenvolvimentista que privilegia o agronegócio e o mercado de *commodities* agrícola e mineral.

No terceiro capítulo, “ENTRE A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA: o processo de expansão capitalista em Açailândia” busquei traçar o perfil socioeconômico do município, destacando os antagonismos existentes na realidade concreta da cidade. Buscando as origens do “atrelamento” de Açailândia à ideia de desenvolvimento e progresso a qual tem sido vinculada desde a sua origem, analiso a presença dos empreendimentos econômicos e os impactos socioambientais de modo a compreender, por exemplo, porque razão um município que é uma das maiores economias do estado figura no cenário nacional como o principal ponto de aliciamento de trabalho escravo no país, quadro no qual o Maranhão tem se destacado seja como “exportador de mão de obra” ou como território de incidência.

No capítulo, “Aqui é para morrer!” Contradições do Desenvolvimento: o caso de Piquiá de baixo”, investigo a situação da comunidade de Piquiá de Baixo, um dos principais conflitos existentes no município atualmente, onde os moradores tiveram que se mobilizar e buscar o apoio dos diversos movimentos e entidades sociais da região, na luta pelo remanejamento.

**1 - AMAZONIA LEGAL:
a política de ocupação e exploração territorial do Estado brasileiro**



Foto: Danilo Chamas

“O desenvolvimento é uma viagem com muitos náufragos e poucos tripulantes”

Eduardo Galeano

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Todos os dias os ministros dizem ao povo como é difícil governar. Sem os ministros o trigo cresceria para baixo em vez de crescer para cima. Nem um pedaço de carvão sairia das minas se o chanceler não fosse tão inteligente. Sem o ministro da Propaganda mais nenhuma mulher poderia ficar grávida. Sem o ministro da Guerra nunca mais haveria guerra. E atrever-se ia a nascer o sol sem a autorização do Führer? Não é nada provável e se o fosse ele nasceria por certo fora do lugar. [...] **Ou será que Governar só é assim tão difícil porque a exploração e a mentira são coisas que custam a aprender?***
(Dificuldade de Governar - Bertold Brecht)

O Estado, ao exercer a sua dominação de classe, não o faz sempre do mesmo modo, mas assume formas políticas particulares correspondentes a modos distintos de organização da dominação de classe. No caso específico do sistema capitalista, a acumulação primitiva – baseada em processos como a mercadificação e privatização da terra, expropriação de populações camponesas, processos coloniais, neocoloniais e imperiais, apropriação de ativos, dentre outros – tem no Estado um importante mediador, pois este

Com seu monopólio de violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, **havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua dependendo de maneira vital do agir do Estado.** O papel desenvolvimentista do Estado começou a muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes. (HARVEY, 2005b:121, grifo meu).

Segundo Poulantzas (1977), uma função precípua do Estado capitalista é criar as condições jurídico-políticas adequadas, necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas, e o faz na medida em que desempenha uma dupla função: a) individualiza os agentes de produção mediante a sua conversão em pessoas jurídicas, em sujeitos individuais; b) neutraliza a tendência à ação coletiva decorrente do caráter socializado do processo de trabalho determinando, desse modo, a predominância no produtor direto, a tendência ao isolamento decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo. Este tipo de Estado, ao ocultar o seu caráter de classe, apresenta-se como a

... encarnação da vontade popular do povo nação, sendo este institucionalmente fixado como conjunto de cidadãos, indivíduos, cuja unidade o Estado capitalista representa e que tem como substrato real o efeito de isolamento que as relações sociais econômicas do modo de produção capitalista manifestam. (POULANTZAS, 1977:129).

Trata-se de perceber o caráter de classe do Estado, apreendendo-o teoricamente a partir dos vínculos que ele mantém com as relações de produção, o que implica, no limite, apreendê-lo como um Estado que é classista sem, contudo, inscrever explicitamente este caráter em sua estrutura e tão pouco ser necessariamente controlado de modo direto por qualquer classe social (ALMEIDA, 2009). Mesmo por que o exame das classes sociais no interior de uma formação social revela uma série de efeitos secundários – que são os efeitos das estruturas (frações de classes, dissolução de classes, fusão de classes), em suma, sobredeterminação ou subdeterminação de classes e o aparecimento de categorias específicas. (POULANTZAS, 1977).

De acordo com Almeida (2001), um conceito não economicista do capitalismo possibilita observar as diferentes esferas deste modo de produção, em suas distintas particularidades, inclusive suas diferentes temporalidades, pois mesmo nas relações econômicas nem tudo se globaliza no mesmo ritmo, embora haja uma inegável transnacionalização da produção - a chamada mundialização financeira - que ocorre de forma bem mais ampla e acelerada.

A inserção de novos espaços como a Amazônia brasileira na rota do capital transnacional (através de políticas desenvolvimentistas) é um processo no qual se imbricam diversas frações do capital, como o latifundiário e o grande capital industrial nacional e internacional, na abertura de novas fronteiras de expansão, pois o “capital não se expande aleatoriamente, mas sim segundo uma lógica intrínseca, que é a lógica da sua valorização.” (LEAL, 1988:16).

Conforme coloca Marini (2005), desde a Conquista a “nossa comarca” desenvolveu-se de acordo com a necessidade do mercado e capital europeu e mais tarde estadunidense. As colônias da América espanhola foram sangradas de seu ouro e prata; no caso do Brasil, especificamente, abasteceu o continente europeu com as *plantations* ao longo do período colonial, com o ouro das Minas Gerais no século XVIII, o café e a borracha no final do século XIX e início do século XX. Conforme Galeano (2009:18)

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde,

norte-americano, e como tal tem-se acumulado e acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e consumo, os recursos naturais e recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

Tanto na América hispânica como aqui, em território de colonização Lusa, as terras foram saqueadas, os ameríndios exterminados, enquanto as colônias serviam de alimento para o desenvolvimento do capital comercial e bancário desde o século XVI. No século XIX tiveram grande importância no desenvolvimento das grandes indústrias, uma vez que serviram de centro produtor de matérias-primas e mercado consumidor. Nesse momento, quando se concretiza a Divisão Internacional do Trabalho - DIT, o lugar da América Latina é o de produtor de alimentos para a população urbana europeia e centro produtor de matéria-prima para as indústrias, estabelecendo-se uma relação de servidão da América para com a Europa.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional, em uma relação de dependência, entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005:140).

Para Marini (2005), essa relação de subordinação significa uma relação desigual entre os países, visto que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são estágios de um processo, mas faces de um todo, de modo que a economia de um é dependente do outro no sentido em que há um condicionamento do desenvolvimento da economia de um país em detrimento de outro. Ou seja, a expansão econômica de um país ou conjunto de países – no caso, os latino-americanos - dependem da economia dos países europeus, de modo que a América Latina para se “desenvolver” teria que se subordinar ao capital estrangeiro, produzindo o que fosse necessário ao capital europeu para poder se inserir no mercado. Tal situação resulta na superexploração do trabalho no

continente, que tem suas riquezas sangradas para o fortalecimento e enriquecimento dos países desenvolvidos.

Nas palavras de Theotônio dos Santos (1999:379)

A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto-impulsionar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes.

Em face desse processo, é fundamental analisar as políticas de desenvolvimento na América Latina como parte de um processo de manutenção do *status quo* vigente, que visa manter a atual situação de região periférica e, sobretudo, nos permite compreender o por que do grande abismo existente entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social nessa parte do globo.

O Brasil, no que pese o crescimento de sua importância no cenário político internacional e mesmo sua política imperialista no Cone Sul³, não difere muito do restante do continente no que concerne às relações estabelecidas entre os centros hegemônicos e o mercado mundial. Da colônia aos dias atuais participou do mercado internacional como fornecedor de matérias-primas.

Vale sublinhar que no início do processo colonizador, a exportação da madeira abrasada que nomeou as terras brasileiras foi a ponta de lança desta participação no sistema. As roupas nobres eram coloridas a partir do vermelho do pau-brasil, que para ser extraído carecia da exploração da mão de obra indígena antes de seguir para as terras de além-mar. As *plantations*, que tão

³ Conforme Garcia (2009:13) a “década neoliberal dos anos 90 sedimentou a internacionalização da economia brasileira e pavimentou o caminho para a expansão das empresas para fora, principalmente através da liberalização das importações, do fluxo de capitais, e a privatização das principais empresas brasileiras. Hoje, a expansão dos “negócios” brasileiros nos países vizinhos é inegável: 20% dos investimentos externos na Bolívia derivam da Petrobrás; 80% da soja produzida no Paraguai pertence a fazendeiros brasileiros; e na Argentina, 24% das aquisições das empresas entre 2003-2007 foram por capital brasileiro”. Desse modo, as grandes transnacionais brasileiras são tidas como “motor de desenvolvimento nacional”, fazendo dos territórios vizinhos seus espaços de expansão e realocação de capital.

profundamente marcaram a cultura social e a economia do país e são a raiz de problemas sociais graves na atualidade – como a questão agrária – serviam aos interesses do capital, fazendo seu papel de fornecedor de matéria-prima.

Do algodão maranhense - que encontrou espaço em meio à guerra de secessão para alimentar as indústrias inglesas - passando pelo café que servia de sobremesa lá fora e fez a riqueza dos barões (que eram também a elite política do país), chegando a borracha que servia aos pneus dos carros da incipiente e já próspera indústria automobilística, e que trouxe grande riqueza para a Amazônia e de uma elite que se fez a partir da extrema exploração dos seringueiros, os ciclos de produção no Brasil serviram, incontestavelmente, de fornecedor de matéria-prima, de subordinação às necessidades do mercado internacional.

A partir da revolução burguesa de 1930 houve um redirecionamento da política econômica nacional. O governo de Getúlio Vargas adotou uma política de industrialização acionando fortemente os incentivos fiscais para as empresas estrangeiras e barreiras comerciais para alguns produtos industrializados, além da legislação trabalhista. O governo buscava, desse modo, industrializar e urbanizar o país ainda sob a dominância política e econômica das oligarquias rurais. Observa-se, no entanto, que a crise do setor cafeeiro foi importante para o incentivo do processo incipiente de industrialização no país. Conforme Suzigan (1988:06),

No período a partir da década de 30, a ação do Estado em defesa do setor agrícola-exportador em crise (café) ajudou indiretamente o desenvolvimento da indústria. A demanda de produtos manufaturados passou a crescer primordialmente em função da renda gerada nas atividades ligadas ao mercado interno, e o nível de renda foi mantido elevado por políticas macroeconômicas expansionistas em defesa do setor exportador. A proteção da indústria foi dada por desvalorizações cambiais e restrições não tarifárias às importações motivadas pela crise cambial. Com isso, a industrialização avançou, substituindo importações de bens de consumo não duráveis e de alguns bens intermediários.

Nesse contexto, a intervenção do Estado no processo de industrialização concentrou-se na região Sul e Sudeste. Mas o discurso do desenvolvimento e da necessidade da superação do atraso econômico norteou os discursos governamentais após 30, particularmente as políticas dirigidas para a Amazônia. De acordo com Arcangeli (1985:17)

A colonização dirigida então, além de possibilitar a manutenção do *status quo* no Nordeste, representa a supressão do processo natural de ocupação por pequenos produtores que vinha se dando de forma espontânea na Amazônia. É neste sentido que a colonização dirigida torna-se “contra-reforma agrária”.[...] Então, a colonização dirigida acaba salvando o latifúndio e não o colono e é uma forma de distribuir pouca terra para não distribuir muita, na reprodução da contradição originária de migração, que tem por base o problema da estrutura fundiária concentrada e o monopólio capitalista da terra.

O projeto nacional-desenvolvimentista dos 50 anos em cinco de JK representou a ânsia de progresso e desenvolvimento, por parte de uma fração burguesa alinhada com os Estados Unidos, em meio a bipolarização mundial da Guerra Fria. Nos anos 1960/1970, o discurso do desenvolvimento veio acompanhado da ideologia da integração e da segurança nacional – “integrar para não entregar”- e desse modo a Amazônia, incluindo-se aí o Maranhão, entra na rota do grande capital. Segundo Barbosa (2006:57)

A ocupação espacial-regional adquiriu a feição de integração nacional, atualizando a noção de desequilíbrio regional ao estilo das teses “desenvolvimentistas” cepalinas. Ressurgiu a ideia de planejamento, elaborado como forma de ocupação das regiões Norte e Nordeste, com a utilização econômica de seus recursos naturais. Durante toda a década de 1970, ocorreu a chamada integração econômica dessas regiões à economia nacional, através de grandes projetos industriais, num momento em que a economia mundial vivenciava uma fase de declínio, marcado pela estagnação. [...] Como o padrão tecnológico dominante ainda se caracterizava pelo alto consumo de matérias-primas e recursos naturais, em abundância na região da Amazônia, boa parte do capital estrangeiro investido no Brasil buscava controle das fontes dessas matérias-primas.

Nessa conjuntura foi de suma importância o papel do Estado na concepção e aplicação das políticas de desenvolvimento e de inserção de novos espaços (especialmente aqueles ricos em recursos naturais) para atenderem à demanda do capital internacional e sua lógica de valorização.

1.2. A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO FORÇADA

“No Amazonas, no Araguaia, na Baixada fluminense/No Mato grosso, Minas Gerais e no Nordeste tudo em paz/ Na morte eu descanso/ mas o sangue anda solto/ Manchando os papéis, documentos fiéis/ Ao descanso do patrão/ Que país é esse?/ Que país é esse?/ Que país é esse? Que país é esse?/ Terceiro Mundo se for/ Piada no exterior/ Mas o Brasil vai ficar rico/ Vamos faturar um milhão/ Quando vendermos todas as almas/ Dos nossos índios num leilão./ Que país é esse?”

(Que país é esse? – Legião Urbana)

De modo geral, a colonização dirigida pelo Estado brasileiro para a Amazônia, especialmente a partir dos anos 1970, foi um processo centrado na expansão da fronteira para o capital. Nesse sentido, ocorreu um processo de inserção de áreas outrora esquecidas, que passam a figurar como um importante espaço de realocação de capital para atender às demandas de recursos naturais (matéria-prima) abundante e mão de obra barata.

Embora o processo de povoamento da região seja fruto de processos migratórios – “espontâneos” ⁴ ou dirigidos – principalmente a partir dos anos 1950 é, sobretudo no período do regime militar, que se intensifica o processo de “capitalização” da região. É importante ressaltar, porém, que o processo de modernização compreendido pelo Estado como processo de industrialização do país, enfrentava obstáculos na primeira metade do século XX diante da influência e poderio da elite agrária, de maneira que a Amazônia, mesmo antes dos anos 1950, já era visualizada como a solução do problema fundiário de expansão de fronteira. Conforme coloca Cardoso (2010:785)

⁴ O termo aqui encontra-se entre aspas devido a minha discordância em relação ao termo espontâneo, posto que por definição espontâneo é aquilo que não é aconselhado, nem forçado, que é feito de livre vontade; que se realiza por si só, sem causa aparente, que não é provocado. Embora conheça a definição de que migração espontânea diz respeito à migração sem orientação estatal, ainda entendo que não é o termo adequado, posto que os camponeses aos quais o termo se refere, migram em virtude de conflitos existente nas suas áreas de origem. Nesse sentido, corroboro a ideia de Arcangeli (1987:13) de que “este termo [colonização espontânea] é bastante questionável. A ideia de espontaneidade pressupõe ausência de pressões e condicionamentos, o que, logicamente, não vem a ser o caso, em se tratando do camponês migrante. Na realidade a colonização espontânea é muito mal batizada; ela não tem geralmente esta característica de espontaneidade, seja entendida como ausência de necessidade ou de compulsão (uma vez que o pequeno lavrador, agente típico da colonização, saí de sua terra pressionado por diversas premências), seja entendida pejorativamente no sentido de iniciativa desordenada, com falta de previsão”.

Um mundo rural pujante constituiria o mercado interno para o produto da indústria nascente, e, para tanto, o projeto não era outro senão colonizar a Amazônia. Isto é, impossibilitado de enfrentar o problema da propriedade da terra num país ainda refém das oligarquias agrárias (outra restrição importante a seu projeto saneador), Vargas via como única alternativa expandir a fronteira agrícola, ocupar a Amazônia, área de terras devolutas passíveis de políticas públicas de colonização, ou seja, era preciso estabelecer políticas que não tocassem na estrutura fundiária consolidada no restante do país, nem nos interesses agrários ainda fortemente representados no aparelho de Estado. O discurso, nesse sentido, é o reconhecimento resignado da própria fragilidade do poder central *vis-à-vis* os poderes agrários ainda prevalentes.

Na tentativa de planejar o norte, realocando suas fronteiras, o planejamento estatal voltou-se para o desenvolvimento da Região Amazônica. Esse vasto território, com a sua diversidade de recursos naturais, entrava na pauta das políticas de Estado.

Já em 1953, para fins de administração política, foi criada a Amazônia Legal, região que compreende os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Roraima, Amapá (bioma amazônico), aos quais foram congregados os estados Mato Grosso, Tocantins e a parte oeste do Maranhão. Conforme consta no texto da Lei nº 1.806, de 06.01.1953, no seu artigo 2º

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Na perspectiva do governo, a Amazônia legal, instituída por lei federal, passa a cumprir o objetivo de servir ao planejamento e execução de projeto econômico desenvolvimentista dos governos federal e estaduais da região. Para tanto, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, cujo objetivo era valorizar o território amazônico, sendo necessário assegurar seu desenvolvimento, sua integração nacional e econômica ao restante do país. Posteriormente, pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, a SPVEA é extinta e em seu lugar é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Nesse sentido, como parte da política de desenvolvimento do país que, conforme o discurso governista buscava se não sanar ao menos diminuir as

desigualdades regionais existentes, a criação da SPVEA “inspirou” a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Desse modo, na visão do Estado, a criação da SUDENE foi necessária, pois para o governo urgia a necessidade de planejar a economia nacional, no sentido de buscar o crescimento econômico, visto que as disparidades regionais continuavam apesar do crescente processo de industrialização. Assim sendo, a região Nordeste, para efeitos de planejamento, abrangia os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais.

Ao somar-se a área territorial da Amazônia Legal – atendida e planejada pela SUDAM – e o Nordeste – atendido pela SUDENE, tem-se cerca de 78% do território nacional sendo pensado e planejado pelas superintendências de desenvolvimento do país. Note-se, portanto, que apenas uma pequena parte do território brasileiro é considerada desenvolvida, sendo que a esmagadora maioria do território nacional necessita de intervenção estatal para se desenvolver.

A Amazônia Legal corresponde a 60% do território nacional. Ao refletir acerca da definição e formulação da Amazônia Legal, fica claro que não foi o imperativo geográfico quem norteou a definição territorial dessa região, mas sim questões políticas e econômicas. Desse modo, ao analisar a Amazônia, compreendo que estabelece-se uma perspectiva de região, em conformidade com a definição de Oliveira (1981:27), ou seja, **“um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital**, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”. (grifo meu).

Partindo dessa perspectiva, de regiões formuladas a partir da especificidade da reprodução do capital, pode-se perceber a necessidade da inserção de espaços ricos em diversidade natural e mão de obra barata, na rota internacional do capital. Fontes (2010:62), analisando Harvey (2004), coloca que

a acumulação por despossessão indica o renascimento modificado, no mundo contemporâneo, de uma forma arcaica (acumulação primitiva),

que volta a se expandir, incidindo, inclusive, nos países já plenamente capitalistas, e que implica a eliminação (espoliação) de direitos e o controle capitalista de formas de propriedade coletiva (como natureza, águas, conhecimento) e, com isso, potencializa sua acumulação. Ressalta como essa expansão atual reatualizou o roubo, “pecado original” da acumulação primitiva, para que a acumulação atual, sobreacumulada, não cesse. Mantém-se a expropriação de trabalhadores do campo, mas volta-se agora para espoliar bens e direitos em situações plenamente urbanas e já capitalistas.

No caso da Amazônia e do Nordeste, tanto a SUDAM quanto a SUDENE se constituíam como os responsáveis por pensar a maneira mais produtiva de inserção dessas regiões, no processo de exploração transnacional do capital.

Desse modo, pode-se dizer que o objetivo principal das agências de desenvolvimento era superar as “regiões enclaves”, aqui compreendidas ainda nas palavras de Oliveira (1981:28) como áreas em que o “grau de articulação entre si era ou foi débil”. Dessa maneira, a questão da integração nacional, propalada pelo discurso de defesa nacional contra o avanço do comunismo, da necessidade de se evitar uma nova Cuba continental no Brasil, era parte da política de realocação e expansão do Capital internacional, que era o que norteava a discussão de desenvolvimento no país por meio de uma elite burguesa alinhada com os Estados Unidos.

Nos anos 1960 e 1970, a inserção da Amazônia na rota do capital transnacional foi defendida sob a bandeira do nacional-desenvolvimentismo e da segurança nacional – “integrar para não entregar” – atualizando a tese de desequilíbrio regional, *a la* CEPAL⁵.

É importante ressaltar que as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, longe de considerar as particularidades de cada região, caminharam para certa homogeneização no processo de desenvolvimento. Da mesma maneira que a “meta” do país era se inserir no rol dos países primeiro-mundistas

⁵ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Segundo seu sítio: “Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo”. No Brasil, seu principal pensador foi o economista Celso Furtado.

(alto nível de consumo, industrialização) o norte deveria caminhar para se tornar aquilo que o Centro-Sul já era. Conforme coloca Oliveira (1981: 29-30)

O planejamento emerge aqui como uma "forma" da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da "integração nacional".

A ideia de planejamento definida tanto pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociedade e Política – IBESP como pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, possui influências cepalinas, apesar de seu principal representante (Celso Furtado) não ser parte de nenhuma das duas instituições. Naquela conjuntura, conforme indica Almeida (2006:162), “O planejamento era vital para o processo de industrialização. Sem intervenção estatal, as pretensões de superar a condição de sociedades de economia “reflexa” e conquistar a emancipação nacional, internalizando a capacidade de decisão, perderiam qualquer senso de realidade”.

No pós 1964, o Estado ditatorial interviu nesses espaços no sentido de criar as condições para a instalação do grande capital. A construção de estradas, aeroportos e ferrovias, sob o discurso de desenvolver e integrar o país, foram a contrapartida desses governos para a instalação de grandes empresas na Amazônia. Tal intervenção, por outro lado, intensificou o processo migratório já existente na região, devido à problemática da questão agrária que é um problema estrutural e histórico do Brasil, de modo que não se pode desconsiderar a temática ao se discutir a ocupação da Amazônia.

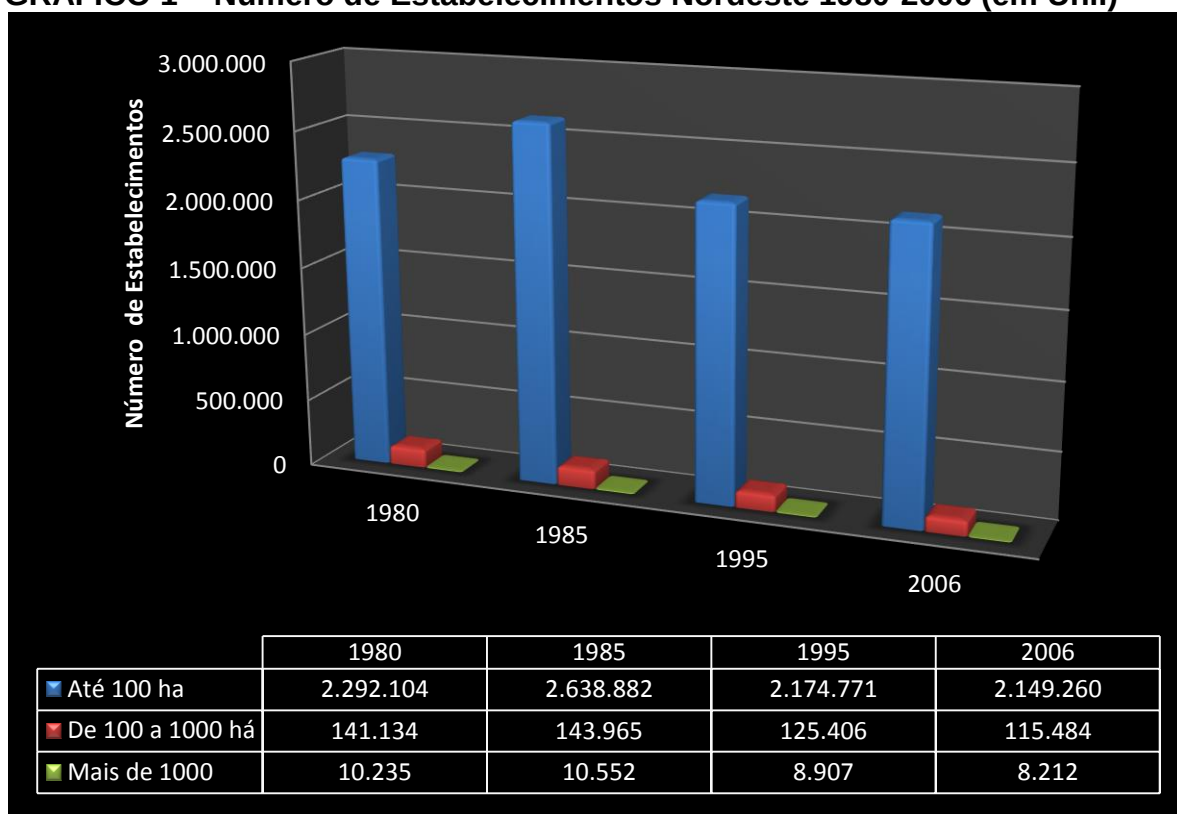
1.3. A QUESTÃO AGRÁRIA E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA.

*Por onde passei, plantei a cerca farpada, plantei a queimada. Por onde passei, plantei a morte matada. **Por onde passei, matei a tribo calada, a roça suada, a terra esperada...** Por onde passei, tendo tudo em lei, eu plantei o nada.*

(Confissões do Latifúndio - Dom Pedro Casaldáliga, 1970)

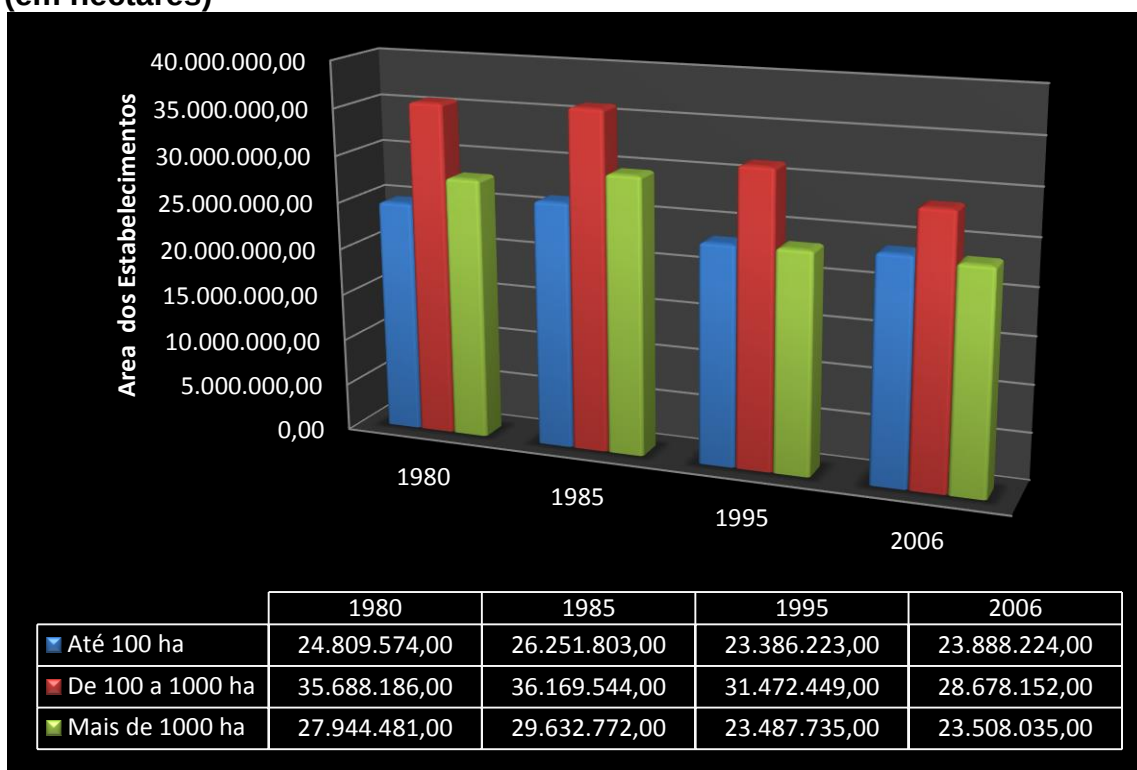
A Questão Agrária no Brasil é fruto de uma herança colonial. Em virtude de uma estrutura fundiária e legal que privilegia o latifúndio, a marca do campo brasileiro é a violência, materializada nos conflitos agrários, que são desdobramentos da intensa concentração fundiária. A região Nordeste, área de intensos conflitos no campo, segue a tendência nacional no que tange à concentração de terras, conforme é demonstrado nos gráficos 1 e 2.

GRÁFICO 1 – Número de Estabelecimentos Nordeste 1980-2006 (em Uni.)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE - Séries Históricas.

GRÁFICO 2 – Estabelecimentos por Estratos de Terra Nordeste 1980 -2006 (em hectares)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE - Séries Históricas.

Ao comparar o número de estabelecimentos por área e o estrato de terras por estabelecimentos, fica evidente o quadro de concentração fundiária na região Nordeste. Em termos percentuais os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, que ocupavam 0,4% dos estabelecimentos de 1980 a 1995, e 0,3% em 2006, detinham em torno de 30% da área total, enquanto os estabelecimentos com até 100 hectares, que representavam mais de 90% do número de estabelecimentos no mesmo período, detinham de 28,1% a 31,4% do total de área. Esses dados explicam por que historicamente o nordeste tem sido marcado por intensos conflitos agrários, mas também, por mobilizações de camponeses expropriados de suas terras como consequência da grilagem. De acordo com Asselim (2009:51).

Se a violência é inerente à grilagem, a grilagem é instrumento de poder, pois foi acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada pelo governo. [...] a grilagem, há tempo, vem sendo conhecida, pesquisada, denunciada, sem que se tomem medidas capazes de combatê-la. Chega-se, então, a uma conclusão alternativa: o Estado é, ou incompetente ou cúmplice. Prefiro a segunda opção, pois se a grilagem não tivesse sido ainda combatida por incompetência, seria muita irresponsabilidade do sistema dominante no poder até hoje. Por outro lado, acreditar na cumplicidade do governo, que usou a grilagem como

instrumento de apropriação das terras devolutas e sua consequente incorporação ao sistema capitalista, é aceitar que o poder atual tenha um projeto econômico definido e planejado nos seus mínimos passos.

A partir dos anos 1950 os fluxos migratórios são em grande parte oriundos da região Nordeste. A estimativa é de que $\frac{1}{4}$ da população, que lá vivia no início da década, tenha seguido para outras regiões do país (CAMARANO;BELTRÃO, 2000). Os fluxos migratórios que saíam dos vários Nordeste seguiam principalmente dois roteiros: um urbano-industrial, que os direcionava para o Centro-Oeste/Sudeste; o outro buscava as regiões de expansão da fronteira agrícola, para o Norte.

Nesse cenário, a Amazônia – com suas vastas terras e rica diversidade - se tornou atrativa para milhares de camponeses que, expulsos de suas posses - fosse por imperativos geográficos, fosse pelo arame farpado - seguiram uma vida gracilianamente retirante. Diante do fluxo de “migração espontânea” o governo acabou incentivando, por meio de projetos de colonização, a migração para a região amazônica, sendo a mesma considerada a nova fronteira de expansão agrícola do país.

A realidade de conflitos no campo, e a necessidade de promover a ocupação da Amazônia, fez com que o governo, em pleno regime ditatorial, aprovasse um instrumento legal – depois de mais de 100 anos da Lei de Terras de 1850 – que seria o marco jurídico da questão agrária no país até a aprovação da Constituição de 1988: O Estatuto da Terra de 1964.

O Estatuto da Terra foi considerado, a época, um instrumento bastante avançado para a efetivação da reforma agrária, pois pautava a desapropriação por interesse social, até então ausente das legislações existentes no Brasil. A sua institucionalização foi polêmica quanto ao papel que teve no avanço da reforma agrária. Enquanto para Ramos (2006) o Estatuto da Terra tinha por objetivo a execução efetiva da reforma agrária, a promoção de políticas visando o desenvolvimento agrícola, para Martins (1981) ele tornava a discussão da reforma Agrária uma reforma tópica, que visava desmobilizar o campesinato nos pontos de maior tensão, de modo a “impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe” (MARTINS, 1981:96).

Na mesma linha de Martins, Houtager (2004:51) diz que

O Estatuto da Terra foi apresentado como uma lei de reforma agrária, mas como Martins sugeriu, era “uma lei de desenvolvimento rural”, que visava “racionalizar” a agricultura, modernizando o latifúndio e consolidando o minifúndio em empreendimentos capitalistas. A reforma agrária tornou-se questão de segurança nacional, um meio de difundir o conflito social explosivo em regiões particularmente voláteis.

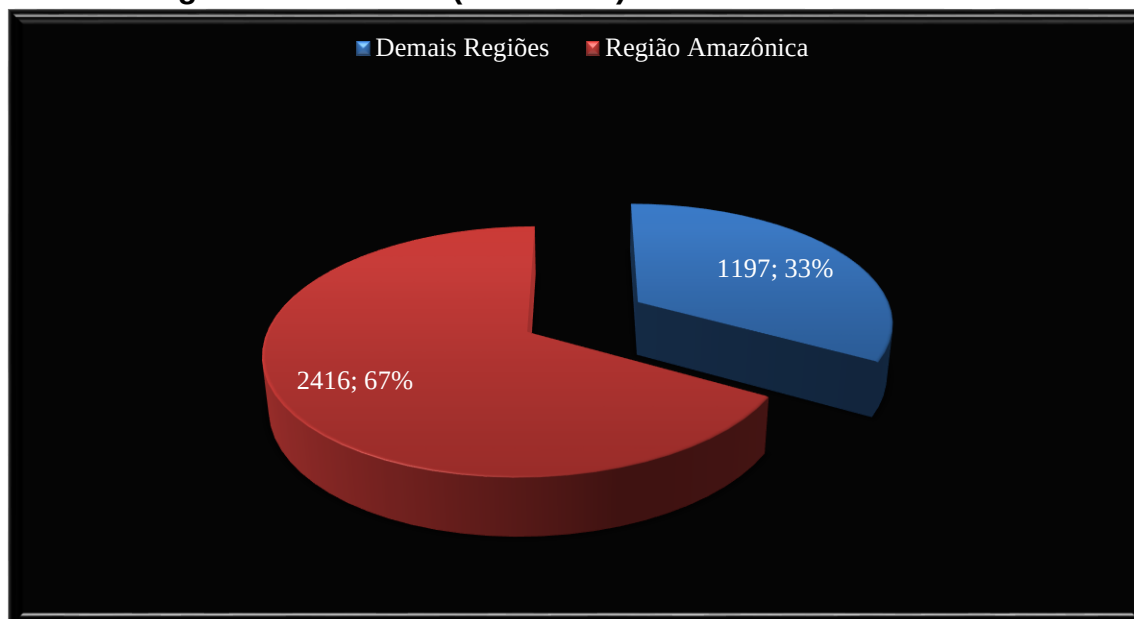
Além desse marco legal, os governos militares também recorreram aos projetos de colonização e a repressão armada, para combater a mobilização camponesa. Muitas lideranças foram perseguidas, presas e assassinadas. Nesse contexto, o “incentivo” governamental para a ocupação da Amazônia teve como objetivo promover um maior povoamento da fronteira, mas também servia para aliviar as tensões da questão agrária no Nordeste e criar um contingente de mão de obra para os projetos que seriam instalados posteriormente na região.

Esta euforia levou um grande contingente de famílias a se deslocarem, na perspectiva de se fixar nas terras da Amazônia. No entanto, diferentemente do que as levas de camponeses que fugiam dos conflitos em suas regiões imaginaram, não houve uma fixação na terra, com paz no campo; o que ocorreu foi a transferência das tensões do Nordeste para o Norte, posto que atrás dos camponeses vinha o latifúndio em seu encalço. Não é coincidência, por tanto, que os estados do Pará e Maranhão são, desde os anos 1970, os principais figurantes no cenário nacional quando se analisa os índices de conflitos agrários do país.

Assim, embora não haja uma sistematização detalhada dos dados gerais de conflitos no campo, entre os anos 1950-1970, pode-se confirmar os altos índices de conflitos na região Amazônica pelos números de mortos em conflitos no campo no período de 1964 a 2011, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, como demonstrado no gráfico 3.

A análise do gráfico 3, abaixo, evidencia a predominância do número de conflitos na região Amazônica, no período 1964-2011. Enquanto todas as demais regiões do país somam um total de 1.197 assassinatos – o que perfaz 33% do total, a região amazônica totaliza 2.416 casos, respondendo por 67% de todos os registros no país.

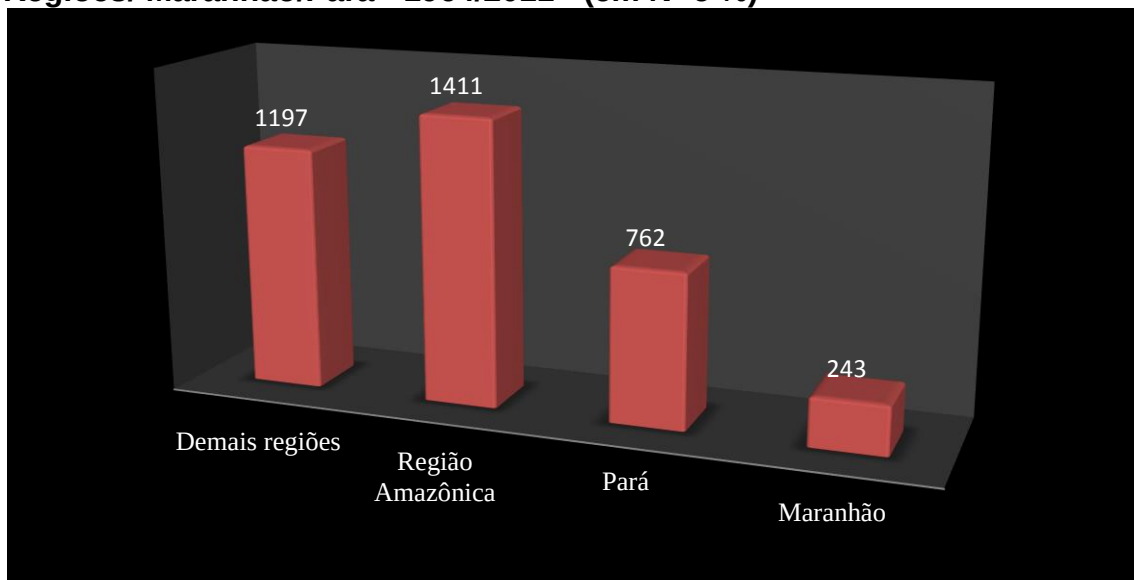
GRÁFICO 3 – Comparativo Mortos no Campo no Brasil - Região Amazônica – Demais Regiões -1964 -2011 (em N° e %)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados dos Cadernos Conflitos no Campo (1985-2011).

Dentre os estados da região amazônica é possível identificar os estados do Pará e Maranhão como os campeões em conflitos, como pode ser observado no gráfico 4.

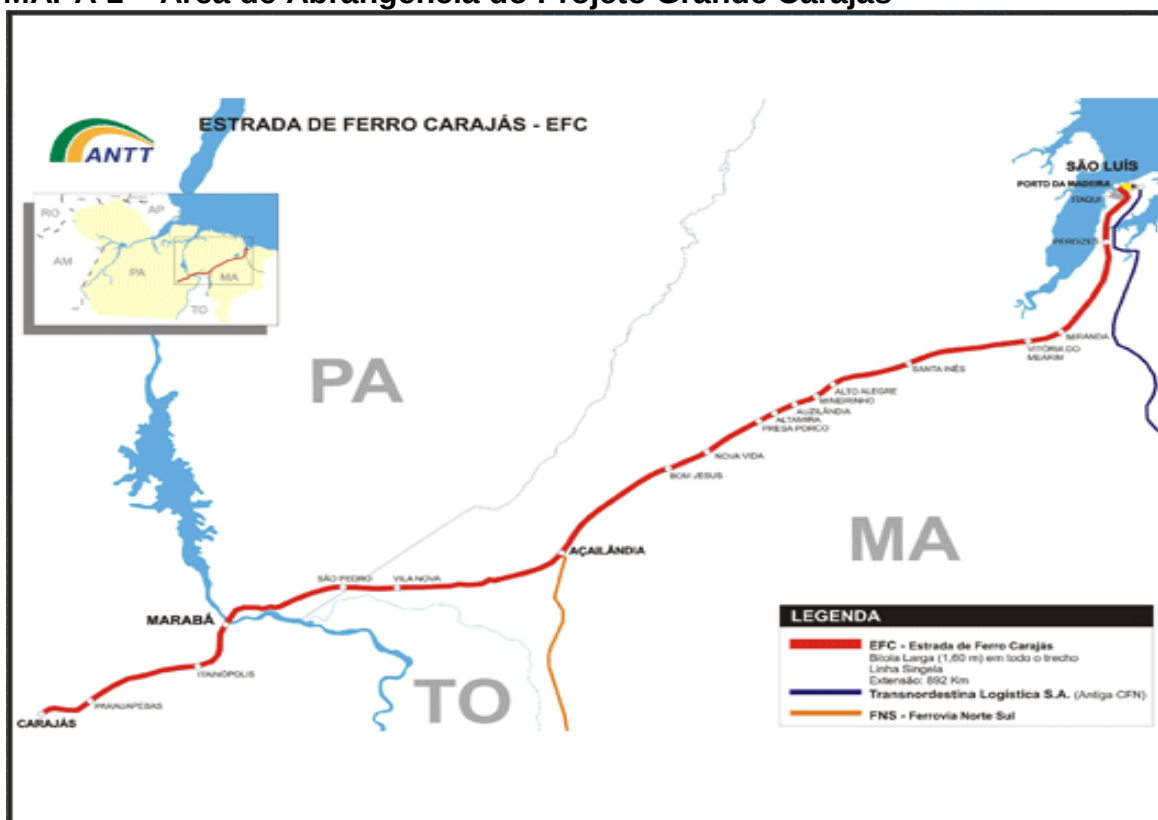
GRÁFICO 4 - Comparativo Mortos no Campo - Região Amazônica/Demais Regiões/ Maranhão/Pará - 1964/2011 - (em N° e %)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados dos Cadernos Conflitos no Campo (1985-2011)

Vale ressaltar que esses estados compõem a área de abrangência do Programa Grande Carajás – PGC, um dos principais projetos desenvolvimentista da Amazônia, conforme explicitado no mapa 1.

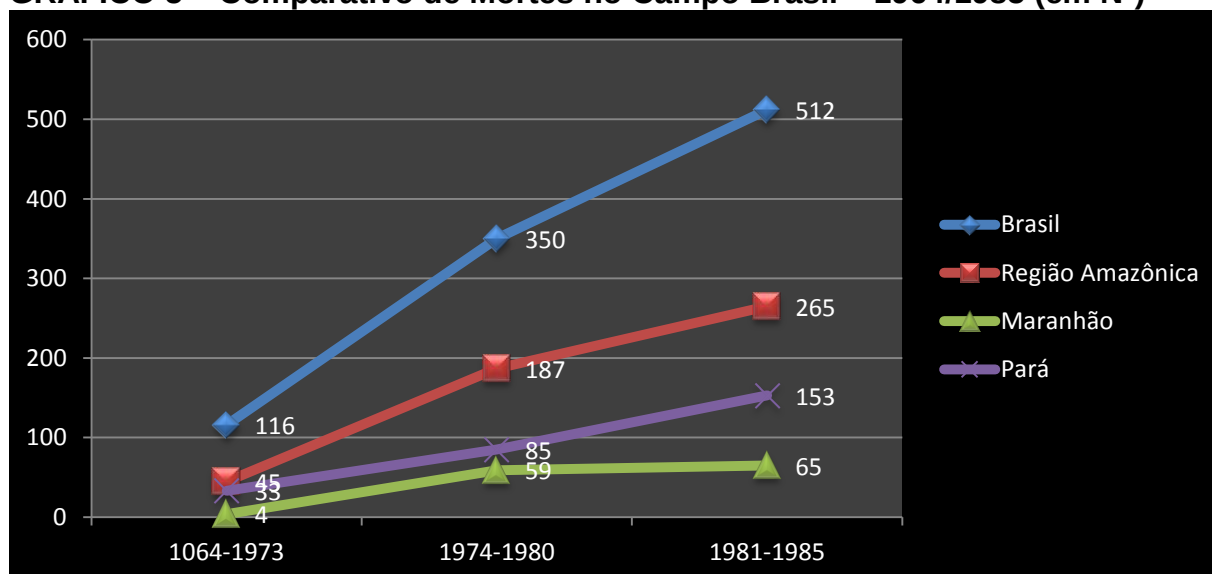
MAPA 1 – Área de Abrangência do Projeto Grande Carajás



Fonte: Site da ANTT.

É possível visualizar no gráfico 5 o aumento significativo do número de conflitos na região Amazônica, quando se compara o período pré-1980 e o período propriamente de implantação do PGC (1980 a 1985).

GRÁFICO 5 – Comparativo de Mortes no Campo Brasil – 1964/1985 (em Nº)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados dos Cadernos Conflitos no Campo (1985-2011).

Pode-se dizer que a implantação de grandes projetos tornou-se o atrativo para a massa de migrantes pobres, vindos principalmente do Nordeste, na perspectiva de se fixar na região. Entretanto, na medida em que não houve uma política de Estado que possibilitasse as condições necessárias para a reprodução social desse campesinato nas novas áreas, criou-se ao mesmo tempo um excedente de mão de obra barata na região mais ao norte que, posteriormente, foi atender às demandas dos grandes projetos de colonização (década de 1970) ou modernização (década 1980), que foram implantados na região. Para viabilizar o dito desenvolvimento, estradas foram abertas favorecendo o latifúndio e a grilagem, conforme descreve Asselim (2009:27-28), ao afirmar que

Pode ser considerado um fator à parte o asfaltamento dessa estrada Belém-Brasília, de 1967 até, mais ou menos, 1970, pois até 1964 o tráfego era assegurado durante a estação seca. [...] O asfalto facilitou as comunicações e o surto de valorização das terras foi muito grande, provocando ainda mais a cobiça dos grileiros, que formavam verdadeiras quadrilhas para açambarcar as terras dos índios e dos posseiros da região.

Em 1973, com o esgotamento do “milagre” econômico, o governo do general Geisel, através do II Plano nacional de Desenvolvimento – PND, busca na substituição de importações, atender aos interesses das grandes corporações internacionais e dos grandes bancos, que esperavam se apoderar das fontes de matérias-primas existentes em regiões ricas como a Amazônia.

Assim, nos anos 1980, com a implantação do PGC, os trilhos do desenvolvimento literalmente irrompem na Amazônia, para sangrar suas riquezas. Pode-se dizer que, após várias décadas em que a Amazônia serviu de escape para as tensões do nordeste e teve políticas de estímulo aos processos migratórios, o Estado brasileiro resolveu adotar a partir dos anos 1980 uma nova estratégia – a transformação da região numa plataforma de exportação de produtos primários ou intermediários, incluindo produtos minerais. Para Barbosa (2006:56)

Durante toda a década de 1970, ocorreu a chamada integração econômica dessas regiões à economia nacional, através de grandes projetos industriais, num momento em que a economia mundial vivenciava uma fase de declínio, marcado pela estagnação. [...] Como o padrão tecnológico dominante ainda se caracterizava pelo alto consumo de matérias-primas e recursos

naturais, em abundância na região da Amazônia, boa parte do capital estrangeiro investido no Brasil buscava o controle das fontes dessas matérias-primas. [...] Com a nova estratégia de desenvolvimento regional, a acumulação Estado/capital privado será desenvolvida sob a forma de planejamento regional, e o Estado será uma presença “capturada” pela dinâmica capitalista.

Os anos 1980 são marcantes no processo de reorganização das estratégias do grande capital internacional que, em face da crise, se reestruturou para evitar perdas e assegurar o seu lucro. Nesse cenário, as atenções se voltam para as áreas ricas em recursos naturais ainda inexploradas, pois

No novo “modelo”, **juntar matéria-prima abundante com trabalho barato é a melhor fórmula para resolver os problemas dos países capitalistas centrais**. Há uma estratégia que procura moldar os interesses de certos Estados com os interesses das empresas multinacionais. Para esse tipo de estratégia não há melhor sócio do que o Estado. (OLIVEIRA, 1981:58, grifo meu).

Nas palavras de Leal (2007:170) “para sociedades assim, como é o caso da sociedade amazônica nativa, a riqueza e a abundância natural da sua terra, no contexto capitalista não é para elas uma benção, mas uma maldição”.

A Amazônia legal se tornou um centro de interesses governamental e de grandes corporações internacionais, além de um contingente de migrantes – em sua maioria camponeses. Em meio ao processo de ocupação da região, norteadas pela implantação de grandes projetos, intensificaram-se os conflitos sociais como consequência da exploração dos recursos naturais para atender a demanda por matéria-prima para o mercado externo.

Existe, nesse sentido, uma relação intrínseca entre o desenvolvimento da região e a profunda exploração dos recursos naturais e mão de obra barata. Isso marca, senão todos, ao menos a maioria dos estados da Amazônia Legal, dentre os quais se destaca o Maranhão como importante espaço de realocação do capital transnacional.

2 - O MARANHÃO NOS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO:

a dinâmica acelerada entre o local, o regional e o transnacional



Tua terra tem palmeiras
 -Babaçu para exportar...
 Só não tem Gonçalves Dias, muito fácil sabiá.
 Retirantes, com o teu Povo, cantarão noutro lugar?
 Foi-se tanto maranhense para os campos de Goiás
 - na ambição de plantar roça, na ilusão de colher paz
 Que as palmeiras que cantavam não têm mais o que
 cantar.
 Tu pediste um travesseiro cheio da terra de cá...
 Maranhão dos maranhenses, que não podemos
 retornar!
 Travesseiros de saudade não adianta carregar.
 Se plantando em travesseiro, só se colhem sonhos
 vãos.
 Lavrador que planta certo, planta na carne do chão.
 E este chão, Gonçalves Dias, não é mais para plantar.
 Corredor de beira de estrada serve só para passar.
 Entre a cerca e o asfalto, feito esgoto um povo vai.
 Tua terra tem palmeiras onde conta a Oleobrás,
 Onde conta a Empresobrás, onde conta a Multibrás.
 (Carta a Gonçalves Dias - Dom Pedro Casaldáliga)

2.1. DO “ELDORADO DO CAMPO” AO CAMPO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS

Reparto contigo este canto/Feito pão na mesa indigente,/ Pois, o vazio em tua boca/ não é só a fome que sentes. É o canto que te foi negado,/ É a terra cavada no homem./ Por isso reparto, urgente,/ Meu canto, que se fez semente: A terra também sente fome.
(Canção da Partilha - César Teixeira)

O Maranhão, ao concentrar um grande volume de capital transnacional, vem se constituindo um espaço de reajustamento do capital ao priorizar altos investimentos privados, conforme o documento o Maranhão e a Nova Década.

Com um ritmo forte de crescimento, **o Maranhão detém na atualidade um dos maiores volumes de investimentos privados entre todos os estados brasileiros**. Alguns desses projetos já estão em fase de conclusão, enquanto outros estão sendo implantados ou projetados. São empreendimentos nas áreas de refino de petróleo, exploração de gás e petróleo, geração de energias limpas e fabricação de celulose, biomassa, cimento, aço, alumínio, alimentos, dentre outros relevantes setores da economia, que já estão gerando emprego e renda em diversos polos distribuídos por todas as regiões do estado. **Com volumes que ultrapassa a casa dos R\$ 100 bilhões, entre recursos públicos e privados, o novo Maranhão já está em construção.** (2010.4).(grifo meu).

Desde o início dos anos 1980 o Estado foi capturado pela dinâmica capitalista, a partir da chegada de grandes empreendimentos. Conforme indica Barbosa (2006), no bojo do atual processo de transnacionalização é importante compreender o Maranhão como parte constitutiva de uma totalidade social - a sociedade brasileira com seus vínculos de dependência externa e de subordinação ao capitalismo internacional - o que permite verificar o modo como as políticas da esfera local articulam a realização dos interesses do capital transnacional, numa precisa articulação entre o local, o nacional e o transnacional.

Definido como meio norte por ser uma zona de transição entre o Norte e o Nordeste, o estado do Maranhão possui uma enorme diversidade e riquezas naturais. No entanto, talvez para confirmar a maldição citada por Leal, a maioria do povo vive numa situação de miséria, que se reflete nos indicadores sociais. Segundo o IBGE, em 2003 a incidência de pobreza no Maranhão era de 56,38%; havia 64,6% dos domicílios considerados em situação de insegurança alimentar, sendo 14,8% em situação grave.

Na análise do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é o penúltimo estado da federação com o pior índice (0,683), ficando atrás apenas de Alagoas (0,677). Também é esta a mesma posição ocupada quando o assunto é o *ranking* de mortalidade infantil: com 39,6%, fica a frente apenas de Alagoas que apresenta 50% no mesmo índice. Outro aspecto relevante na análise do estado é a questão agrária, devido a grande concentração de terras que faz do latifúndio a base social sobre a qual se firmam as oligarquias locais.

Tais indicadores sociais, em um estado que coaduna grandes investimentos (projetos de grande porte, um processo de modernização da agricultura e das indústrias), margeado por um alto índice de pobreza extrema, reflete a relação intrínseca existente entre o moderno e o arcaico, caracterizado pela influência de uma oligarquia⁶ que tem dominado o Maranhão nos últimos 47 anos. Com o discurso do “Maranhão Novo”, propagandeado e transformado em “Tempo Novo” e “Novo Tempo”, o Maranhão se constitui um espaço de reajustamento do capital. Nesse sentido, tem sido fundamental a atuação da Oligarquia Sarney que

tem desempenhado um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão [...] Essa função, inclusive, transparece como o núcleo principal do discurso ideológico com que a oligarquia busca se legitimar perante a população: é um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, onde a imagem do “novo”, do “moderno” é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante. (COSTA, 2012:2).

No cenário discursivo de construção do “Novo Maranhão”, sob a égide do desenvolvimentismo, a oligarquia Sarney alardeava a ideia de um Maranhão moderno, pautado em um aparelho burocrático racional, cuja culminância foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, a qual sinalizava a perspectiva e o interesse do governo em construir um projeto de desenvolvimento para o estado (BARBOSA, 2012).

⁶ O termo aqui utilizado indica não um sistema de governo, uma instituição, mas serve para demarcar o fato de que “o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar”, conforme Bobbio (1998:835).

Conforme Silva (2005:7-8)

Nos últimos 40 anos foram reconstruídas as bases da dominação. No período do "Maranhão Novo" José Sarney criou a infraestrutura e o arcabouço jurídico que permitiu estreitar os laços com o capital monopolista. Na gestão do "Novo Tempo," Roseana Sarney reconstrói as bases da dominação política se apresentando como pioneira das reformas "modernizantes" e projetando, novamente, para o Maranhão a inserção na economia transnacional e nacional. Através da propaganda ideológica do caráter "racional-legal" das reformas, encobre a manutenção das práticas clientelistas ou fisiológicas e legitima-se diante da população.

Este cenário econômico e político, marcado pela dialética entre arcaico-moderno, dentro de um sistema oligárquico de poder, permite perceber a razão do enorme abismo social existente entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social: o comprometimento do Estado com os interesses e expansão do capital. Entretanto, como bem afirma Almeida (2003), para os que assumem projetos contra ordem pode ser fundamental buscar compreender teoricamente os processos em curso, com vista a examinar as contradições constitutivas do novo contexto e a situação dos potencialmente interessados nas lutas pela sua transformação.

O campesinato maranhense tem na sua conformação diversos elementos que se constituem desde os tempos coloniais. Paralelamente ao sistema escravista da Colônia e Império, existia um segmento de trabalhadores rurais pobres que constituíram uma classe camponesa (Schwartz, 2001), ao qual veio se juntar, no pós-abolição, os recém-libertos para os quais não havia uma política de inserção social. Para Andrade (1986:16) "a abolição da escravidão ampliou a massa formada pelos pobres do campo, uma vez que nas terras apropriadas e povoadas do Nordeste, os ex-escravos, por não disporem de áreas para onde se transferir, tornaram-se moradores de engenhos e fazendas". No Maranhão, esse campesinato formado pelos descendentes desses agrupamentos antigos, predomina em grande parte do estado, principalmente nas áreas

localizadas nas regiões de colonização antiga (Baixadas Ocidental e Oriental, Pindaré, Mearim, Vale do Itapecuru e Baixo Parnaíba), [que] estão ocupadas por comunidades negras, cuja história da posse territorial remontam ao período da escravidão. Juntamente com elas, outros grupos sociais campesinos consolidaram seus apossamentos, no

longo e tormentoso processo de expansão da fronteira agrícola do estado. (PEDROSA, 2002)

Além dos segmentos de brancos pobres, ex-escravos, indígenas e extrativistas, outro elemento que compôs esse mosaico foram os migrantes. Vale sublinhar que o Maranhão, historicamente, esteve na rota de migração daqueles que, seguindo sua sina graciliana saíam das mais diversas regiões do país – principalmente do Nordeste - fugindo do avanço do arame farpado ou das secas características do sertão e buscavam um lugar para recomeçar. Ressalte-se que essa migração que se intensifica na década de 1920 já ocorria desde a segunda metade do século XIX, mas intensamente desde a década de 1870 em virtude da maldita seca dos três sete – 1877, 1878, 1879. (LUNA, 1984).

O fluxo migratório que passa pelo Maranhão, em direção à Amazônia, traz em si a busca pela manutenção da condição de camponês, sendo que para além de um fenômeno demográfico representa a expressão de um amplo movimento social, cuja essência reside na luta pela terra (MARTINS, 1981). Sendo um estado fronteiro e agraciado por terras vastas e férteis, muitos camponeses que seguiam para a Amazônia fixaram-se em terras maranhenses. Marcado pela presença camponesa e por seu destaque no cenário nacional quando se discute a questão agrária no país, entendo que não é possível compreender e discutir o desenvolvimento no Maranhão sem apreender a dinâmica agrária aqui existente.

No período pós-Segunda Guerra Mundial o processo de expansão capitalista, com incentivo a industrialização, reativou o papel de fornecedor de matérias primas de economias como o Brasil. Nesse contexto, a modernização da agricultura vai desencadear uma intensa valorização das terras – principalmente no Nordeste e na Amazônia – em virtude da infraestrutura criada para atender aos grandes empreendimentos que iriam fazer o Brasil crescer.

Segundo Andrade (1986:21-22)

o processo de penetração do capitalismo no campo foi marcado por duas grandes tendências, conforme as várias características do Nordeste. [...] Nas áreas pouco povoadas, onde se fazia a exploração de terras devolutas, houve um processo de expropriação de posseiros que há várias gerações desenvolviam em pequenos sítios uma agricultura de subsistência. Essa desapropriação foi feita através da grilagem.

Imerso nesse contexto, os conflitos no campo maranhense se intensificaram de tal modo que o espaço, outrora tido como solução dos conflitos no campo passou a figurar no cenário nacional como um dos principais espaços de conflitos agrários do país. O avanço da grilagem sobre as áreas ocupadas por camponeses⁷ em sua grande maioria posseiros, desencadeia os conflitos agrários quando estes decidem lutar contra o avanço do latifúndio. Conforme Asselim (2009:121),

Os pretensos proprietários, na sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paranaenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região e, de posse de títulos “frios”- adquiridos e providenciados nos seus estados de origem e trazidos ao Maranhão apenas para registro no Cartório de Imóveis – iniciaram o serviço de “limpeza” da área adquirida. Tudo se conseguia com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que, por vezes, agiram até por determinação de seus superiores e com a proteção de políticos, tanto da região quanto de fora dela. Posseiros, muito deles, tendo sua família radicada ali, há mais de cem anos antes, antes mesmo de se pensar nas rodovias Belém-Brasília ou Açailândia – Santa Luzia, foram forçados por jagunços fortemente armados a abandonarem tudo, e, quando procuravam um entendimento para proteção do que lhes pertencia por direito, foram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas.

A partir dos anos 1950, a grilagem de terras se constituiu um dos principais problemas enfrentado pelos camponeses. Com a conivência dos cartórios, fornecendo títulos de propriedade, havia uma vigorosa estrutura organizacional na “fabricação” dos grilos, sem os quais não seria possível a efetivação da expropriação e “regularização” dessas terras. Para Arcangeli (1987:120)

Com esta grilagem ou roubo de terras, são coniventes os cartórios, que se prestam ao fornecimento de falsos títulos de propriedade; **o poder público,** que faz vista grossa (quando não é o próprio impulsionador de vendas simbólicas de terras devolutas); **políticos locais,** veiculadores do sofisma segundo o qual em nome do “progresso” vale tudo; **e, naturalmente, a polícia,** aliciada por políticos e patrões, em detrimento da defesa dos direitos camponeses. (grifo meu).

A conivência do Estado vai além do “fazer vista grossa” aos documentos falsificados nos cartórios. Juntamente com o grilo chega a violência, a impunidade, sendo que a força armada oficial do Estado é, quase sempre, a

⁷ Para efeito deste trabalho, utilizamos o termo camponês na dimensão que Andrade (1986:6) indica como “sentido restrito, compreendendo apenas aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção”. Nesse conceito, inserem pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, ou meeiros que praticam a agricultura de subsistência, mesmo que complementem a renda trabalhando para grandes e médios proprietários nos períodos em que não estão trabalhando em suas áreas.

responsável pela “limpeza das áreas”, mesmo quando isso significa o extermínio de cidadãos que deveriam receber proteção, a exemplo do que relata Manoel da Conceição em suas memórias, no livro *Chão de Minha Utopia* (2010:104-105), ao descrever o ocorrido quando da organização da Associação dos Moradores do Povoado Copaíba.

Logo no dia da primeira reunião da associação para discutir as medidas a serem tomadas, **seu Manacés de Castro entrou no povoado com cerca de 25 jagunços municipais. Tudo armado de rifle, revólver, faca.** [...] Fecharam as portas da casa todinhas, rodearam o fundo da casa que ficou cercada pelos jagunços, meteram bala. **Mataram cinco pessoas dentro de casa, a sangue frio. Todos rapazes, tudo novo.** Uma senhora [...] correu de joelhos, pedir pra aquele desgraçado do Manacés não matar o filho [...] [ele] Deu um tapa perto do pescoço, **jogou a velhinha no chão, cravou-lhe a faca nas costas até entrar na terra.** A mulher dava gritos, a faca entrando. E uma criança gritava assim: “Papai! Papai! Papai! Pelo amor de Deus”. **A criança tinha entre três e quatro anos. Um dos jagunços pegou nos pés desse menino, atirou numa parede e lascou a cabeça de meio a meio. Ficou miolo ali na sala, espalhado, ali pela terra, ali no chão da casa, chão de barro.** [...] **Aí nós fomos não mais brigar pela terra, mas pela justiça. Pra prender esse desgraçado do Mané.** [...] **Passou lá trinta dias. Naquela época, deu trezentos mil cruzeiros pro delegado, o juiz, o promotor e o prefeito. Soltaram ele.** (grifo meu).

A institucionalização da Lei n.º 2.979 de 17 de junho de 1969 - conhecida como Lei de Terras - propiciou o avanço da grilagem sobre áreas devolutas, possibilitando que legalmente terras públicas fossem expropriadas por grandes empresas que se estabeleceram na região. A Lei de Terras, embora tenha sido aprovada sob o discurso de minimizar os conflitos existentes no campo maranhense, na prática serviu ao interesse dos latifundiários, pois foi uma forma de legitimar os grilos existentes, tornando-se o meio legal de transferir terras para grandes empresas, conforme coloca Pedrosa (2002) ao afirmar que

O instrumental jurídico para as transferências das áreas era a Lei de Terras de 17 de junho de 1969 (Lei n.º 2.979). Para tanto, foi criada a Comarca – Companhia Maranhense de Colonização – a 6 de dezembro de 1971 (Lei 3.230), que logo incorporou ao seu patrimônio uma área de 1.700.000 hectares de terras, localizada no Centro-Oeste do Estado, englobando parte dos Municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante e outra de 400.000 hectares na região do Maracassumé, atingindo o município de Turiaçu e limitando-se com as terras da Colone. Do montante dos 1.700.000 hectares, 300.000 seriam destinados aos pequenos colonos (dez mil famílias). O Restante seria vendido a grandes empresas, que deveriam empreender a chamada ocupação racional do solo, a partir da utilização da mão de obra dos lavradores sem terra. **A legitimação dos grilos nessas regiões ocorreu principalmente a partir da vigência da Lei**

das Ações Discriminatórias (Lei n.º 6.383/76), com a exclusão dos primeiros ocupantes, dentro de um procedimento exíguo para habilitação dos posseiros e de uma sistemática inacessível (ao homem do interior) para o conhecimento dos prazos – via editais. (grifo meu).

Com isso o Estado se transformava no grande parceiro dos proprietários de terras, ao privilegiar os chamados projetos agropecuários, através de linhas de crédito especiais, a exemplo do Programa de Integração Regional - PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA. A pecuária passa ser o elemento impulsionador de um novo modo de inserção da economia maranhense no sistema nacional de trocas (ou na divisão nacional do trabalho) denominado por Arcangelis (1987) de “economia do gado”.

Embora a década de 1980 ganhe um impulso no sentido de viabilizar a industrialização no estado, no embalo dos “grandes projetos”⁸ - a exemplo do Projeto Grande Carajás, no bojo do qual se desenvolve a indústria do alumínio⁹, não é possível negar o potencial agrário da estado, de maneira que irá ocorrer uma investida no processo de modernização do campo maranhense, principalmente a partir dos anos 1990. O avanço tecnológico na agricultura, que possibilita um aumento das safras e aumento de produtividade, não proporcionam efetivamente um desenvolvimento no campo, mas sim um processo de crescimento econômico que se realiza em detrimento das populações locais, ocasionando uma modernização conservadora, posto que todo o avanço tecnológico não representa uma mudança substancial e efetiva na estrutura agrária, tão pouco nas relações de produção e trabalho no campo.

De fato, esse processo de modernização, cujo principal desdobramento é a consolidação e avanço do agronegócio¹⁰, na prática expulsa os camponeses do campo que passa a ser controlado por grandes empresas que vêm em busca da exploração dessas áreas, visando ampliar seus lucros. Nesse sentido, não é de

⁸ No rol de grandes projetos instalados no Maranhão nesse momento insere-se também o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

⁹ O Consórcio Alumínio do Maranhão – ALUMAR, é formado pelas empresas ALCOA, BHP BILLITON e Rio Tinto Alcan.

¹⁰ Aqui entendido conforme o conceito de Teubal (2008, p.140) como “um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração”.

causar espanto a presença de grandes empresas nacionais e multinacionais como a Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, ABC INCO S/A, CEAGRO Agronegócios, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A, Weisil Agrícola Ltda e empresas *Joint Ventures*¹¹ como a Multigrains (Multigrain S/A e Multigrain Comércio, Exportação e Importação), serem alguns dos nomes que controlam o agronegócio no Maranhão (CARNEIRO, 2008).

De acordo com Delgado (2010: 50)

No estado do Maranhão a inserção e expansão do agronegócio a partir dos anos 1990 se tornou um agravante para a questão agrária, considerando o contexto histórico de expropriação e exploração vivido pelos trabalhadores camponeses desse estado. Seguindo este viés, identificamos a realidade desse estado como uma particularidade da questão agrária brasileira, que expressa a expansão do capitalismo nas regiões periféricas do país, ocorrida com a instalação do capital transnacional em um contexto sociopolítico que tem o domínio de um grupo oligárquico há mais de 40 anos. [...] Os impactos da entrada do Maranhão na rota do capital mundial incidiram sobremaneira no campo, complexificando a questão agrária. Nesse movimento, foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo visando, sobretudo, a exportação. Logo no início da referida fase, esses investimentos foram realizados, prioritariamente, na modernização da lavoura, na dinamização industrial e na pecuária.

Mais especificamente na região da Amazônia Legal Maranhense, as principais culturas são a soja e o eucalipto. A cultura do eucalipto no oeste do Maranhão se inicia nos anos 1980, principalmente nas cidades de Açailândia e Imperatriz (Amazônia maranhense), como fonte de produção de carvão vegetal, para alimentar as fábricas que produzem ferro gusa.

Nos anos 1990, com a implantação da empresa Suzano S/A¹², há um aumento dessa produção que deveria ser voltada para a produção de celulose, mas que acabou por servir à produção de carvão vegetal. No entanto, o projeto de implantação de uma fábrica de celulose não foi deixado de lado pela Suzano e nem pelo governo estadual, conforme se pode confirmar no documento O

¹¹ Refere-se a um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria. (Andréa Wolffenbütte). Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2110:catid=28&Itemid=23

¹² A Suzano adquiriu a área de eucalipto de propriedade da empresa CELMAR S/A.

Maranhão e a próxima década (2010:10) que indica a indústria de celulose como um dos maiores empreendimentos no estado, no período 2010-2020.

A Suzano Papel e Celulose é o carro-chefe do novo Polo Industrial de Imperatriz. A Suzano pretende investir R\$ 4 bilhões e iniciar em 2011 a construção de sua fábrica de celulose no estado. A nova unidade terá capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano e deve gerar 3,5 mil empregos diretos, sendo mil na área industrial, além de 15 mil postos de trabalho indiretos. Oito mil empregos deverão ser gerados durante a fase de construção da fábrica. A produção deverá ser toda voltada para exportação. A escolha da cidade de Imperatriz para abrigar a nova unidade permitirá à Suzano a utilização da Estrada de Ferro Carajás - EFC para escoar a produção pelo terminal portuário a ser construído em São Luís. **A nova fábrica deverá ser transformada na principal referência em produção de celulose no mundo.** Além disso, a Suzano criou uma nova empresa - Suzano Energia Renovável - que já iniciou negociações para a implantação, no interior do estado, de duas unidades de produção de pellets de madeira com capacidade de 1 milhão de toneladas/ano, cada. (Grifo meu).

A implantação desse tipo de empreendimento, que dá lugar a imensas áreas verdes de eucaliptos, é seguida da exploração da força de trabalho de um grande contingente de trabalhadores com baixa qualificação e que acabam por se submeter a uma situação degradante de trabalho, muitas vezes análoga à escravidão.

Em relação à soja, é nos anos 1990 que a produção ganha maior impulso pois, inicialmente cultivada no sul maranhense, hoje avança no sentido do serrado leste maranhense, constituindo-se como um dos principais produtos de exportação do Maranhão, compondo a tríade de *commodities* que representam em torno de 90% de tudo o que é exportado no estado.

Em virtude da necessidade de expandir seus espaços de exploração, grandes empresas que atuam no estado vêm ampliando os investimentos no agronegócio, de modo que tanto a soja quanto o eucalipto já deixaram a área da Amazônia Maranhense e estão se espalhando por outras regiões do estado. A opção pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar fica evidenciada na Reforma de Estado, no governo da então governadora Roseana Sarney, quando houve uma verdadeira desarticulação dos principais órgãos relacionados às políticas agrárias. Conforme coloca Delgado (2010:65)

os trabalhadores camponeses sofreram ataques duríssimos, na medida em que a Reforma do Estado não privilegiou o apoio às políticas agrárias e agrícola em seu benefício, mas significou o desmonte dos principais organismos estatais que atuavam no trato da questão agrária e agrícola no estado. A extinção da Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA) e todas as suas vinculadas (EMATER-MA, CODEA, CODAGRO, EMAPA, CIMEC, COMABA) confirma todo esse processo de desmonte da atuação do Estado na questão agrária e agrícola no Maranhão, que fez isso como forma de eliminar os gastos da máquina estatal e aumentar a sua “eficácia”. Em contrapartida, o Governo estadual, de forma direta ou em articulação com o poder central, passou a dar maior apoio ao modelo de desenvolvimento rural baseado no *agronegócio*, por considerá-lo estratégico para alavancar um “Novo Tempo” no Maranhão.

Em nome do tão esperado “Novo Tempo” o Maranhão está voltando ao estágio de *plantation*, destacando-se cada vez mais no papel de fornecedor de matéria prima, como ocorreu com a América Latina e o Brasil no período colonial. Esse processo de exploração que está ocorrendo em território maranhense pode ser concebido como uma reconfiguração do antigo pacto colonial, sendo que agora a relação de subserviência se estabelece com o grande capital transnacional.

2.2. MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL E OS GRANDES PROJETOS.

“Todo o Brasil / Vai ouvir e falar / Do meu Maranhão / Meu Maranhão vai ser grande / Na grande Federação”.¹³

Desde o período colonial, o Maranhão ocupa um lugar na divisão internacional do trabalho, tendo suas atividades econômicas ditadas pelas “janelas de oportunidades” que se abrem de tempos em tempos na economia mundial, a exemplo da produção do algodão no final do século XIX. Atualmente, o estado se (re)insere no cenário econômico internacional como território de grandes projetos e continua abastecendo os grandes mercados como fornecedor de matérias-primas, sendo minérios e soja, as suas principais *commodities*.

Na perspectiva de Azar (2012:85)

Desde sempre o Maranhão cumpriu papel importante na dinâmica produtiva do além-fronteiras em todas as fases de formação, desenvolvimento até a atual fase imperialista do capitalismo, e o termo comum em todas elas foi o atendimento de demandas externas, ou seja, em todo o seu processo histórico, o estado negligenciou-se a si mesmo, negando-se a responsabilidade de si, da necessidade de olhar para si, de defender-se a si. A primazia dada foi o saciamento da fome devoradora e insaciável do capital em detrimento das necessidades de seu povo.

Na atual fase de transnacionalização do capitalismo, o Maranhão se reestrutura como corredor de exportação de minério e outras *commodities* Barbosa (2006). Analisando os dados da exportação do Maranhão – de acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, observa-se o peso destas na economia, visto que os produtos do agronegócio e das indústrias de minério representam a quase totalidade das exportações do estado, conforme a Tabela 1.

¹³ *Jingle* da campanha de José Sarney a governo do estado, em 1965.

TABELA 1 – Participação dos Principais Produtos na Exportação do Maranhão 2000-2011 (em percentuais)

Ano	Participação dos Principais Produtos na Exportação (em Percentuais)						
	Minérios de Ferro Aglomerado e seus concentrados	Alumina Calcinada	Outros Grãos de Soja, Mesmo Triturados	Ferro Fundido Bruto Não Ligado	Alumínio Não Ligado em Forma Bruta	Ligas de Alumínio	Total
2000	-	7,99	11,7	17,20	46,44	13,66	96,99
2001	-	10,47	13,76	24,47	32,01	16,12	96,83
2002	0,20	9,45	13,09	23,70	40,19	9,82	95,91
2003	6,97	9,73	17,10	21,15	28,96	12,19	96,10
2004	18,81	7,52	15,36	26,86	14,03	14,43	97,01
2005	21,25	8,30	14,78	29,00	13,02	9,43	95,78
2006	14,70	8,27	13,50	26,35	18,75	15,42	96,99
2007	19,76	7,03	10,8	26,35	16,65	15,63	96,22
2008	23,38	6,40	14,92	28,93	11,75	11,66	97,04
2009	7,46	9,92	30,64	24,86	15,92	5,20	94,00
2010	23,84	14,46	14,08	8,16	7,15	2,31	70,00
2011	27,32	25,51	19,62	14,31	6,08	0,70	92,91

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da SECEX, do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Internacional.

Como já fora mencionado, a política desenvolvimentista do Estado brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 1950, abriu espaço para o capital estrangeiro que buscava, segundo Almeida (2006), a consolidação de um projeto nacional unificado de inserção do país na nova Divisão Internacional do Trabalho - DIT, sem levar em conta a diversidade do desenvolvimento econômico-social das diversas regiões do país. Nesse sentido, o Maranhão foi colocado

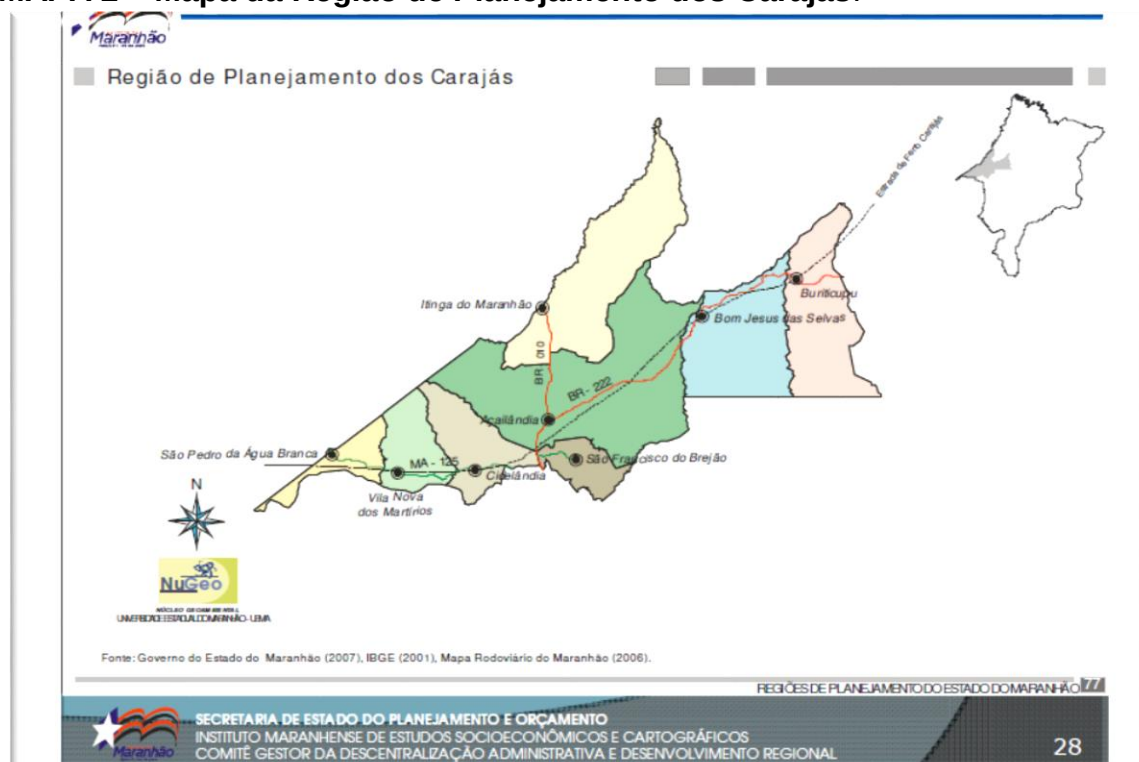
no circuito da nova dinâmica capitalista industrial, inaugurada nos anos JK. É o período em que as desigualdades regionais começavam a ser explicitadas. Ou seja, espaços produtivos como o Maranhão e a Amazônia foram definitivamente incorporados pelo capital urbano-industrial, como fronteira de expansão e valorização do capital. (BARBOSA, 2006).

Nos anos 1960, a industrialização da amêndoa do babaçu, facilitada com os incentivos fiscais das agências de desenvolvimento – SUDENE e SUDAM, surge como alternativa ao colapso da indústria têxtil do estado. A indústria do babaçu teve relativo sucesso, tendo se tornado ao longo da década espaço de

realocação dos empresários maranhenses, que buscavam novas formas de lucros (BARBOSA, 2006). Contudo, na década de 1970, essa vertente da industrialização maranhense entra em crise em virtude do processo de reorganização geográfica maranhense, que se altera devido à chegada de grandes empresas atraídas pelas terras vendidas a baixo custo, pela Companhia Maranhense de Colonização - COMARCO.

Na década de 1980, o Programa Grande Carajás e o Consórcio ALUMAR, são o marco efetivo do ingresso do Maranhão na rota do capital transnacional. A implantação do PGC, que traz consigo a perspectiva do desenvolvimento, do crescimento econômico, impulsiona o processo de industrialização no Maranhão provocando uma alteração no perfil do processo produtivo do estado. De produtor de alimentos o estado passa agora a produtor de matérias-primas minero-metalúrgicas, tornado-se um polo siderúrgico-exportador. O PGC exerce forte influência na região Oeste maranhense; tanto que, desde 2007, os municípios por onde passa o corredor de exportação, para efeito de planejamento regional estadual, foram definidos como Região de Planejamento Carajás (MAPA 2).

MAPA 2 – Mapa da Região de Planejamento dos Carajás.



Fonte: Documento Descentralização e Desenvolvimento - Implantação das Regiões de Planejamento. IMESC, 2008

Na perspectiva de Moraes (2007), a peculiaridade do Maranhão nesse processo de subserviência e exploração da Amazônia Oriental pelo capital transnacional, se dá no sentido em que este se insere em um dos maiores projetos de mineração de ferro do mundo sem, contudo, possuir uma única mina de produção desse material, convertendo-se em corredor de exportação.

Na visão adotada pelo Estado, tem-se efetivamente um modelo de desenvolvimento para a região. Para a implantação do projeto, viabilizou-se toda a infraestrutura de transporte necessária (construção da EFC, asfaltamento de rodovias, ampliação do porto do Itaqui) que visava atender às demandas de exportação dos minérios provenientes da Serra dos Carajás, para o qual foi destinado um grande volume de recursos obtidos através de financiamento e empréstimos, através de agências governamentais de desenvolvimento nacional, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento do Nordeste – BNDS, empresas, como a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e internacionais como o Banco Mundial – BIRD.

É possível perceber que as políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo federal, tiveram como objetivo promover a inserção de regiões consideradas atrasadas no processo de expansão capitalista, buscando assegurar a reprodução ampliada do capital. Nas palavras de Mesquita e Paula (2012:02)

Foi neste contexto de oferecer condições para que investimentos crescentes fossem carreados para a economia, que o governo, ao longo da segunda metade do século XX, através de suas políticas macroeconômicas – fiscal, monetária e cambial – regionais e setoriais e, ainda na própria participação sob forma de investimento em infraestrutura econômica e social e em atividades diretamente produtivas, tentou acelerar o processo de expansão capitalista no país, especialmente em áreas atrasadas, via instalação de médias e grandes empresas, com a intenção de alterar o perfil produtivo das regiões brasileiras e ao mesmo tempo aumentar a oferta e produtividade.

Em nome de um crescimento econômico, o governo estadual tem priorizado a implantação de grandes empreendimentos, agrários e industriais, sem considerar a realidade e os impactos sociais e ambientais, comprometendo o equilíbrio socioambiental das localidades onde se instalam. Um exemplo dessa opção desenvolvimentista, que privilegia os interesses de grandes corporações

em detrimento das questões sociais, é a duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC, que já está aprofundando conflitos como o agravamento da concentração fundiária, invasão de áreas de reservas e de terras étnicas, por onde passa o corredor, além da agudização do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de canteiro de obras.

2.3. A POBREZA NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO

***“Quase acreditei na tua promessa/ E o que vejo é fome e destruição/
Perdi a minha sela e a minha espada/ Perdi o meu castelo e minha
princesa/ Quase acreditei, quase acreditei/ E, por honra, se existir
verdade/ Existem os tolos e existe o ladrão/E há quem se alimente do
que é roubo./ Mas vou guardar o meu tesouro/Caso você esteja
mentindo”.***

(Metal contra as nuvens – Legião Urbana)

Nos trilhos dos grandes projetos e do agronegócio – de onde saem as principais *commodities* de exportação (ferro-gusa, minério de ferro, alumínio e soja) - evidencia-se um quadro de pobreza extrema, que coloca o estado do Maranhão como tendo a maior concentração proporcional de pessoas vivendo em situação de miséria, conforme noticiado no periódico Jornal Pequeno, em 11/05/2011.

O Maranhão é o Estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas em condições extrema de pobreza. Da população de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhão está abaixo da linha de miséria (ganham até R\$ 70 por mês). Isso representa 25,7% dos habitantes - mais que o triplo da média do país, que é de 8,5%. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE. O conceito de miséria foi estabelecido oficialmente na semana passada pelo governo federal, que resolveu considerar em estado de pobreza extrema quem ganha até R\$ 70 por mês. (grifo meu).

No exame desta questão parte-se da compreensão de Marx (1980) de que a acumulação capitalista é estruturalmente excludente. O debate sobre o conceito de pobreza tem sido objeto de estudo de diversos autores, como Milano (1980), ALTIMIR (1981), SEN (1978), EUZEBY (1991), (SILVA, 2009). A concepção de pobreza aqui adotada é a perspectiva dual de pobreza relativa e absoluta, por compreender que limitar a pobreza apenas à questão de indicador de renda é ignorar a complexa cadeia de elementos socioculturais que a definem do ponto de vista social.

Por outro lado, privilegiar apenas o aspecto fisiológico e sociocultural é ignorar que a questão do indicativo de renda impossibilita às populações o acesso a serviços primordiais para um bem-estar social mínimo, ou seja, acesso a educação, saúde, alimentação adequada. Nesse sentido, recorro a Silva (2009, 157), para quem

A pobreza absoluta tem como critério para sua definição o atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica, referindo-se a uma renda insuficiente para obtenção dos bens e serviços considerados essenciais para permitir a reprodução puramente física das pessoas (nutrição, vestuário, moradia, saúde, aquecimento). Pelo critério relativo, sociocultural, tem-se a pobreza relativa que considera a estrutura e a evolução da renda média de um determinado país. O que significa dizer que, a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto, tendo como referência a renda nacional e, considerando não só as necessidades essenciais, mas também as possibilidades oferecidas pela sociedade. Assim, a pobreza relativa expressa a desigualdade e situa o pobre abaixo de uma determinada escala referida às rendas inferiores ao limite da renda média ou mediana de uma população.

Nessa perspectiva, seguindo as observações de Pedrosa (2011) sobre a questão da pobreza nas áreas de desenvolvimento do agronegócio, o autor observa que,

A riqueza produzida por esses investimentos beneficia um grupo pequeno de empreendedores, detentores dos meios de produção financiados pelo Estado. Segundo o economista José Lemos, no Maranhão 64% da população é considerada pobre, isto é, está privada da educação, saneamento, água encanada, coleta de lixo e renda. O estado fica em terceiro lugar quando se trata das estatísticas de pobres na zona rural. O quadro se agrava nos onze municípios que formam os cerrados maranhenses. Alto Parnaíba, Tasso Fragoso e Lúrio apresentam os maiores índices de degradação e de pobreza no estado. (grifo meu).

Esse quadro acaba gerando um processo de vulnerabilidade social que, muitas vezes, evolui para o que se pode denominar de escravidão moderna, aqui compreendida conforme Veras e Casara (2004:05-06).

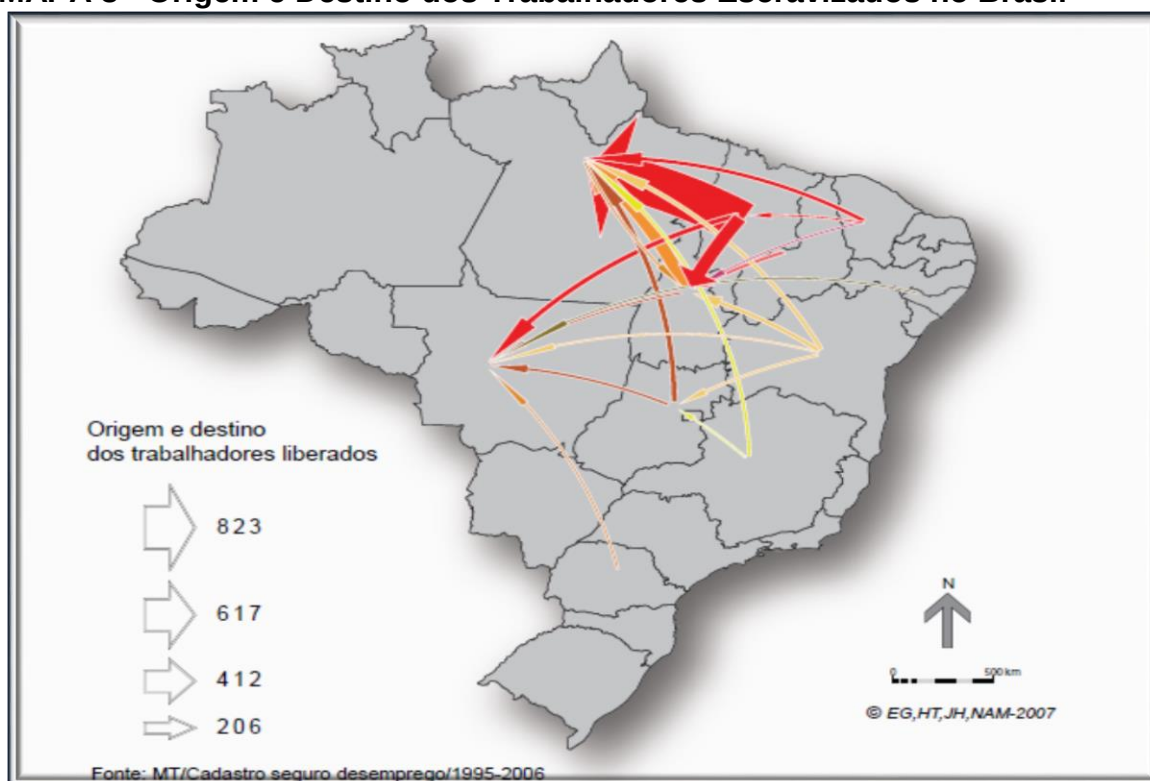
Enquadra-se na condição de trabalho degradante aquele em que o trabalhador não tem registro em carteira, não dispõe de equipamento de proteção, dorme em um curral sem paredes, não tem acesso a água potável ou a assistência médica, férias, 13º salário. Em quase 100% dos casos não conta com um banheiro no local de trabalho. O trabalho escravo, segundo a OIT, acontece quando existe coação e privação da liberdade. Em 2003, com a mudança do artigo 149 do Código Penal, o que acima foi descrito como trabalho degradante passou a ser interpretado, por alguns especialistas, como escravidão. É o caso de situações extremamente degradantes como as que são encontradas pelo Grupo Móvel nas carvoarias, explica o procurador do Ministério Público do Trabalho, Maurício Pessoa Lima. “É uma realidade assustadora [...] Em inspeções realizadas em carvoarias, eu vi o gado vivendo em melhores condições que os trabalhadores”.

Vale ressaltar que a incidência do trabalho escravo está diretamente relacionada a grandes empreendimentos econômicos. A maior incidência de

trabalho escravo, de acordo com os dados da CPT e do Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, encontra-se principalmente em atividades agropastoris e extrativistas, portanto em latifúndios, sendo que há também grande incidência em carvoarias - integrando dessa maneira a cadeia de produção das indústrias.

Nesse contexto, frente aos altos índices de concentração fundiária, o estado ganha destaque neste cenário de trabalho escravo no país. De acordo com os mapas extraídos do Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, pode-se ter uma compreensão efetiva do problema no Maranhão, principal exportador de mão de obra escravizada. (MAPA 3).

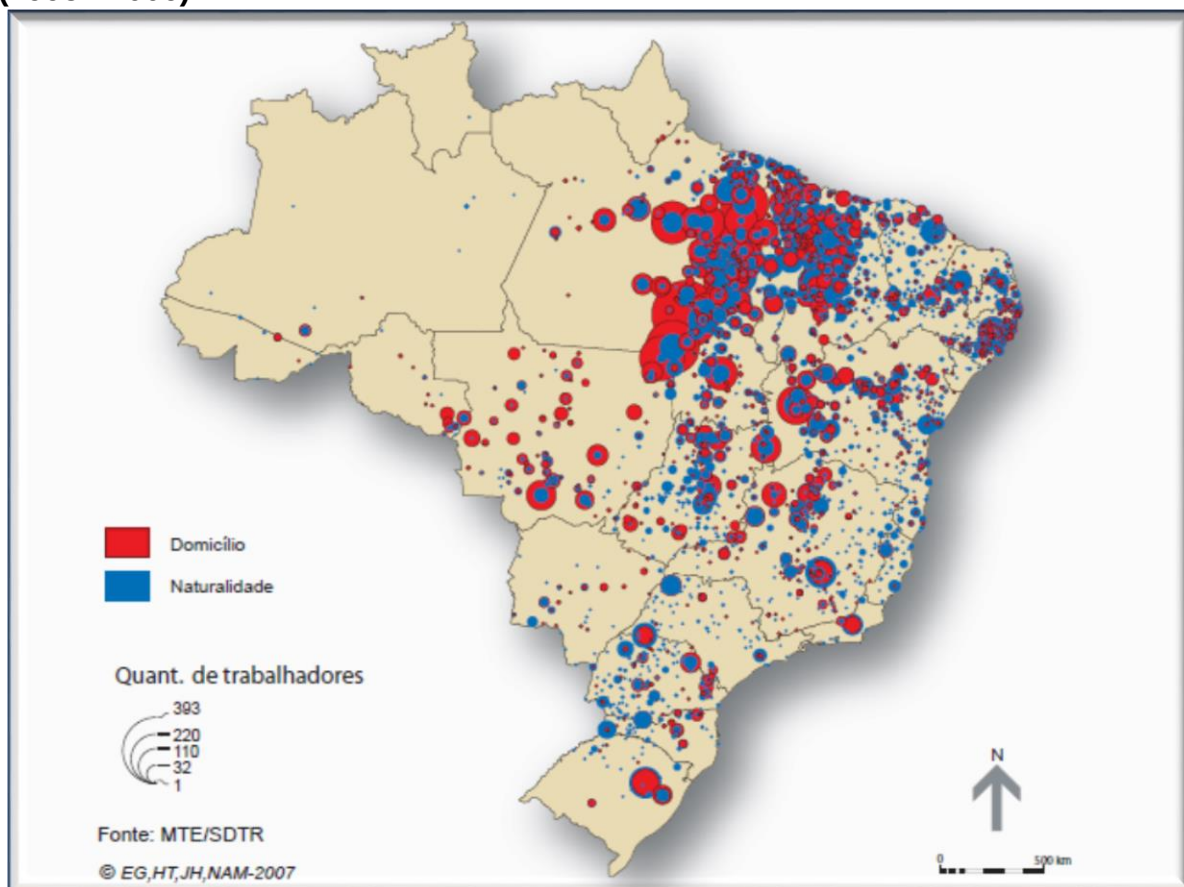
MAPA 3 - Origem e Destino dos Trabalhadores Escravizados no Brasil



Fonte: Atlas do Trabalho Escravo no Brasil.

O mapa 3 explicita que o contingente de mão de obra submetida a trabalho escravo ou análogo a escravidão no país é, em sua maioria, proveniente do Maranhão. Ao analisar-se o mapa 4, observa-se que não é apenas o domicílio, mas também a naturalidade desses trabalhadores é predominantemente maranhense.

MAPA 4 – Domicílio e Naturalidade dos Trabalhadores Escravos Resgatados (1995 - 2006)



Fonte: Atlas do Trabalho Escravo no Brasil

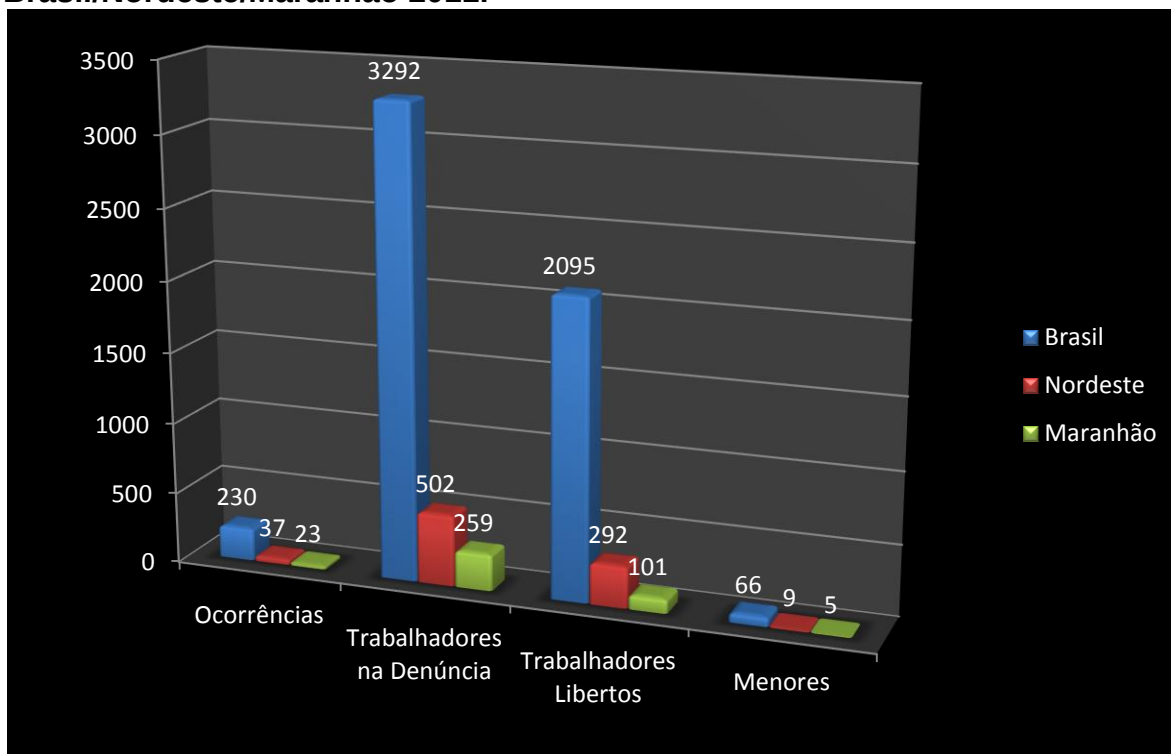
Aprofundando a análise da origem dos trabalhadores submetidos a regime de escravidão, fica evidenciada a situação do Maranhão no papel de fornecedor desses trabalhadores. Questão confirmada pelo perfil típico do brasileiro escravizado, traçado pelo Atlas do trabalho Escravo: **“um migrante maranhense, do norte de Tocantins ou oeste do Piauí, de sexo masculino, analfabeto funcional, que foi levado para as fronteiras móveis da Amazônia, em municípios de criação recente, onde é utilizado principalmente em atividades vinculadas ao desmatamento”**. (2009:12, grifo meu).

A participação do estado, no que diz respeito ao trabalho escravo no país, não se restringe apenas à exportação de mão de obra. Segundo o Cadastro de Empregadores autuados por incidência de trabalho escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, dentre os estados que registraram ocorrência de escravidão moderna, o Maranhão figura entre os primeiros com maior índice de empresas/pessoas jurídicas autuadas. Dentre os 22 estados em que houve

registros, o Maranhão ocupa a 4ª. colocação, com 29 dos 389 registros, atualizados em 25 de outubro de 2012. (Apêndice 3).

Os números no Maranhão são substanciais se comparados aos números do Brasil e da região Nordeste, como se pode observar no gráfico 6.

GRÁFICO 6 – Comparativo de Incidência de Trabalho Escravo Brasil/Nordeste/Maranhão 2011.



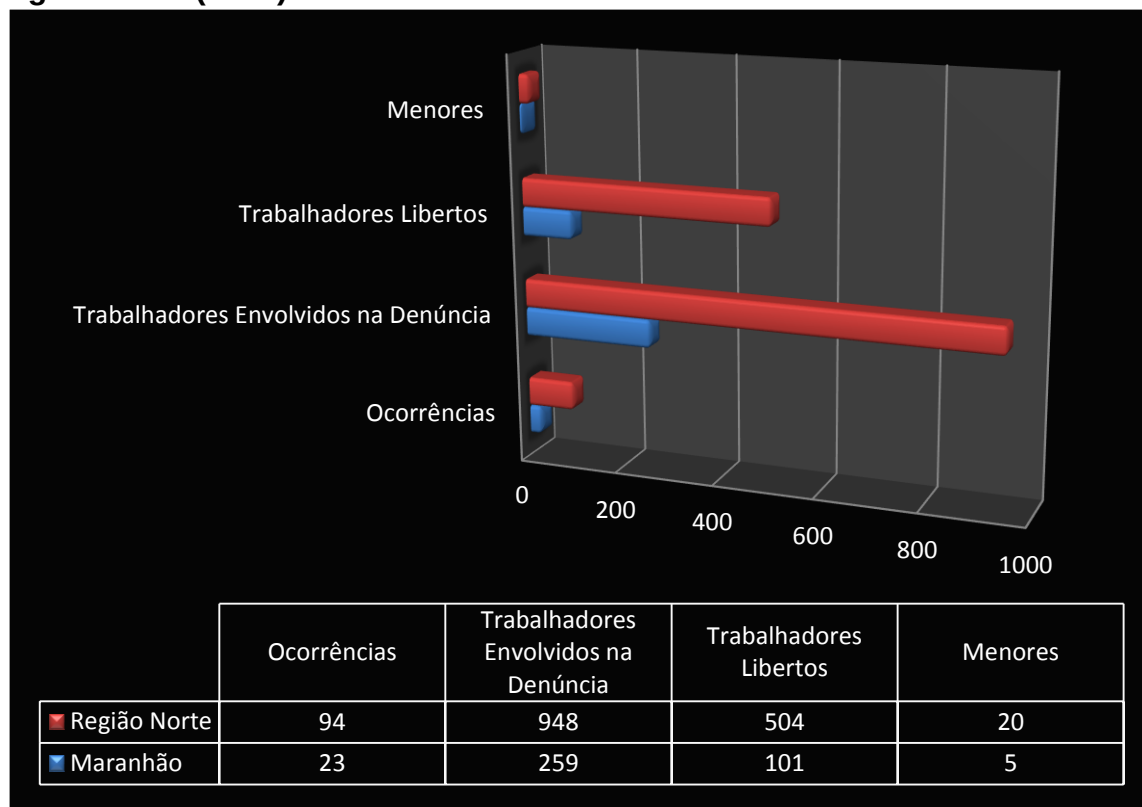
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Caderno Conflitos no Campo (2011)

De acordo com os dados exibidos no gráfico, das 230 ocorrências de trabalho escravo no país, 23 (10%) foram em território Maranhense; de um total de 3.929 trabalhadores envolvidos nas denúncias, 259 (7%) estavam no estado; de 2.095 trabalhadores libertos no Brasil, 101 (5%) foram libertos aqui. E, um ponto mais grave ainda, é o fato de que dos 66 menores libertos no Brasil, 07 (11%) foram libertados em território maranhense.

Quando compara-se Maranhão e Nordeste, constata-se que o estado responde por 62% das ocorrências, 52% dos trabalhadores envolvidos em denúncias, 35% dos trabalhadores libertos e 78% dos menores envolvidos na região.

Quando se compara os dados do Maranhão com a região Norte, campeã em incidência de trabalho escravo é possível perceber que o estado continua ocupando lugar de destaque na questão, conforme o gráfico 7.

GRÁFICO 7 – Comparativo de Incidência de Trabalho Escravo Maranhão/ Região Norte (2011)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Caderno Conflitos no Campo (2011)

Conforme os dados do Caderno Conflitos no Campo 2011, em comparação à região Norte, o Maranhão responde por aproximadamente 25% das ocorrências, 28% dos trabalhadores envolvidos, 22% dos trabalhadores libertos e 25% dos menores envolvidos. Ainda que a situação de estados como Mato Grosso do Sul, Pará e Goiás seja mais crítica, é impossível ignorar os impactos sociais desses dados na realidade maranhense.

É importante ressaltar que o Maranhão, nos últimos anos, tem sua economia pautada principalmente na exportação de suas principais *commodities* (alumínio, soja e produtos do complexo de ferro). Entre os anos de 2005 e 2010 houve um aumento substancial do PIB estadual. Quando se analisa o número de incidência de trabalho escravo no mesmo período, constata-se que nos anos 2006-2008, em que houve um salto considerável no PIB estadual, ocorreu

simultaneamente um aumento no número de trabalhadores envolvidos com trabalho escravo, como é demonstrado na tabela 2.

TABELA 2 – PIB Estadual e Incidência do Trabalho Escravo Maranhão – 2005/2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB (em milhões)	25 335	28 620	31 606	38 486	39 855	45256
Denúncias	33	24	32	27	30	18
Trabalhadores Envolvidos	680	445	732	885	486	282
Trabalhadores Libertos	48	284	378	99	161	119

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados do IMESC/IBGE e Cadernos Conflitos no Campo – CPT.

Essa situação reflete em números aquilo que é possível constatar no cotidiano: a extrema pobreza e a fragilidade social, realidade que se contrapõe aos grandes empreendimentos, naquilo que Oliveira (2003) classifica como “a barbárie da modernidade” – a consonância do que há de mais moderno com formas tão arcaicas de exploração, como o trabalho escravo.

O “Novo Tempo” do Maranhão foi anunciado em 1966, e desde então tem se configurado e reconfigurado em “Tempo Novo”, de acordo com a conjuntura política. Agora se abre uma “*Nova Década*”, que fala do progresso e dos inúmeros investimentos que vão fazer o estado crescer. Entretanto, diante do histórico político, econômico e social de nossas terras, fica a questão: nova década, novo tempo, para quem?

3 - ENTRE A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA: O processo de expansão capitalista em Açailândia



***“Vamos celebrar nosso governo/ E nosso Estado,
que não é nação/ Celebrar a juventude sem escola/
As crianças mortas [...]/ Vamos celebrar nossa
justiça/ A ganância e a difamação/ Vamos celebrar
os preconceitos/ O voto dos analfabetos/
Comemorar a água podre/ E todos os impostos/
Queimadas, mentiras e seqüestros/ Nosso castelo
de cartas marcadas/ O trabalho escravo/Nosso
pequeno universo”***

(Perfeição – Legião Urbana)

3.1. “A POBREZA DO HOMEM COMO RESULTADO DA RIQUEZA DA TERRA”: caracterização socioeconômica de Açailândia

*A gente quer ter voz ativa/ no nosso destino mandar/ mas eis que chega
a roda-vida/ e carrega o destino pra lá / roda moinho, roda-gigante /
Roda moinho roda pião / O tempo rodou num instante / Nas voltas do
meu coração / A gente vai contra a corrente / Até não poder resisitir / Na
volta do barco é que sente/ O quanto deixou de cumprir / Faz tempo que
a gente cultiva / A mais linda roseira que há / Mas eis que chega a roda-
viva / E carrega a roseira pra lá.
(Roda Vida - Chico Buarque)*

O município de Açailândia está localizado a 600 km da capital São Luís e possui uma área de 5.820 k/m², sendo cortado pela Br-010 e a BR -222, conforme é possível observar no Mapa abaixo.

MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE AÇAILÂNDIA/MA



Fonte: AZAR,2012.

Com uma população estimada em 106.422¹⁴ habitantes, e contando apenas 31 anos de emancipação¹⁵, já ocupa lugar de destaque na economia do Maranhão. De acordo com dados do IBGE, em 2009 representava o 3º PIB do estado, com R\$ 1.301.121 milhões, alcançando a 4ª colocação na análise do PIB *per capita* que foi de R\$ 12.865,82 no mesmo ano. Atualmente concentra o maior rebanho de corte e o segundo leiteiro do Maranhão, o que faz da agropecuária um dos principais elementos da economia local, que tem por base três principais elementos: a agropecuária, a indústria e o setor de serviços.

Além da importância no cenário econômico estadual, Açailândia ocupa lugar de destaque no quadro nacional, tendo sido indicada como uma das 20 cidades do futuro, segundo veículo da grande mídia. Situada na Amazônia Maranhense, nasce como fruto da política nacional-desenvolvimentista dos anos JK e da política de ocupação da região Amazônica, a partir dos anos 1950, que foi alimentada, segundo Arcangeli (1985:15), por

Fluxos migratórios de camponeses expulsos da terra em que trabalhavam [...] pelos processos de mudança que atingiram suas áreas de origem. Estas mudanças foram relativas às alterações na utilização das terras, às inovações tecnológicas poupadoras de trabalho e, em suma à transformação das relações de produção do campo, engendradas pela expansão do capital monopolista. Assim, enormes contingentes de força de trabalho saíram em busca de terras livres, rumo ao norte, e se localizaram nas áreas de fronteira da região Amazônica. São os posseiros e suas famílias, que desbravam a mata e plantam suas roças na esperança de ter finalmente alcançado um lugar definitivo de moradia e produção.[...] As necessidades de valorização do capital contradizem a existência de uma economia camponesa, independente, como a ensejada pela colonização espontânea, uma vez que pressupõe o monopólio da terra e a sujeição do trabalho, fonte do valor. Instaura-se um novo processo de expropriação, de acumulação violenta e, para isto, mais uma vez, o capital recorre ao poder estatal para efetivar sua ação exploradora.

Em março de 1958, chegava a Imperatriz a equipe que trabalhava na construção da BR- 010, a Belém – Brasília, “espinha dorsal” do Brasil, chefiada por Bernardo Sayão, com 1.200 homens, de 11 construtoras. Em 19 de junho, os índios Cutia e Cocranum, guias da expedição, chegaram à cabeceira de um rio onde se abasteceram de água e retornaram ao acampamento, voltando no dia

¹⁴ Segundo dados do Censo 2010, a população de Açailândia em 2010 era de 104.047. O número apresentado é a estimativa do IBGE para 2012.

¹⁵ Foi desmembrada do município de Imperatriz, deixando de ser vila e passando a município pela Lei 4.299/81 no dia 6 de junho de 1981.

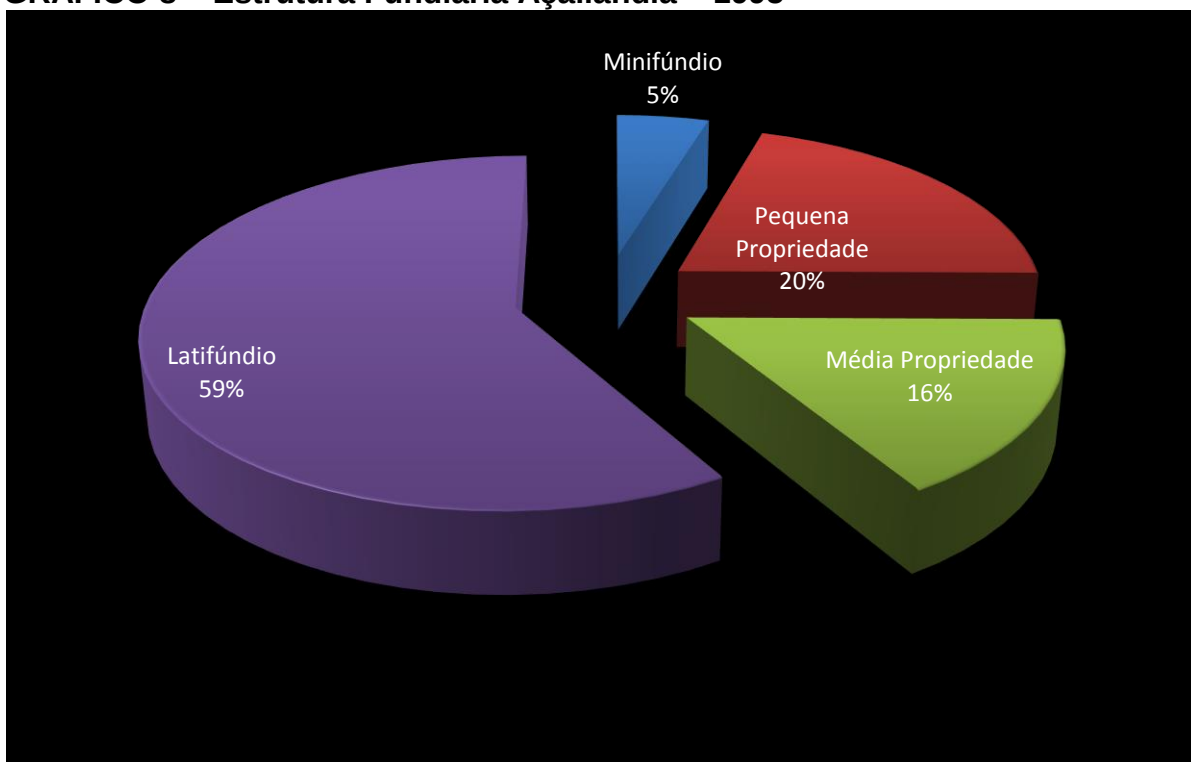
seguinte com os homens de abertura de frente da rodovia. Às margens do riacho construíram casebres - que serviram de escritório para os engenheiros e apoio para os trabalhadores das obras - cobertos com as palhas dos açaiçais que batizariam a futura cidade.

Os ciclos de exploração econômica em Açailândia têm por base a exploração e uso dos recursos naturais. Conforme coloca Pe. Dário, a “ponta de lança” da exploração econômica foi a extração de madeira que fez do então povoado um grande pátio de serrarias nos anos 1960/1970, atraindo muitos migrantes que vieram em busca da oportunidade de se fixar na terra ou conseguir trabalho nos empreendimentos que lá se instalaram, com a extração da madeira e a instalação de serrarias.

Na interpretação que temos da riqueza que está se gerando em Açailândia é que ela é filha de uma série de quatro ou cinco ciclos econômicos muito rápidos, muito violentos em seu impacto social e ambiental, e tão próximos um ao outro que não ofereceram oportunidade para a sociedade, a política, a economia em toda a sua pluralidade se adaptar a ela; mas ao contrário, houve um atropelamento repetido de atividades monoprodutivas que acabaram direcionando por etapas muito breves e intensas a exploração econômica de Açailândia. **Eu não diria o crescimento, o desenvolvimento, mas chamaria isso de exploração econômica.** [...] São todos ciclos de produção de economia primária, geralmente de aproveitamento de recursos básicos para a exportação. [...] O primeiro foi o ciclo da madeira preciosa. [...] logo em seguida se percebeu que havia uma riqueza maior que era o resto da madeira, da mata nativa aqui em volta, e então se começou o ciclo das grandes serrarias. Se chegou a ter quase cem serrarias instaladas e funcionando. (Informação verbal). (grifo meu).

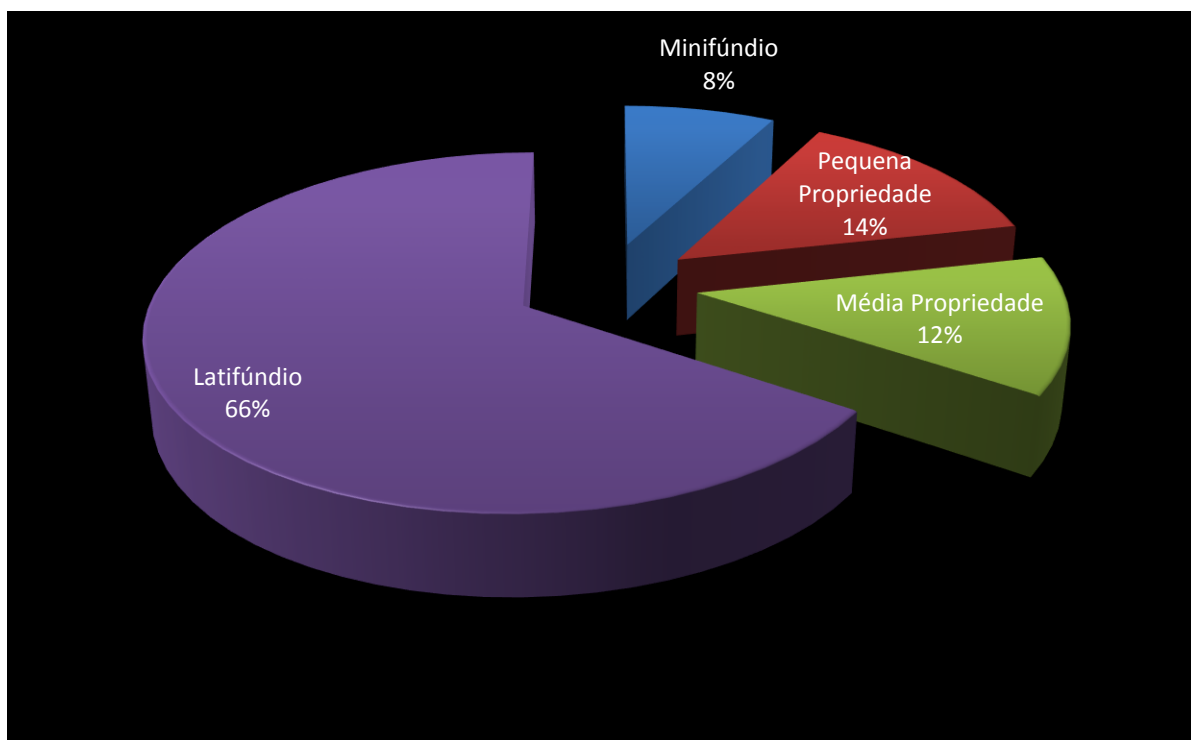
O processo de exploração dos recursos naturais, notadamente a madeira, possibilitou a acumulação de capital que deu origem a concentração fundiária. De acordo com o IBGE, de 1995-2006, a concentração fundiária no município se aprofundou nesse período, conforme se observa nos gráficos 8 e 9.

GRÁFICO 8 – Estrutura Fundiária Açailândia – 1995



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do Censo Agropecuário, 1996.

GRÁFICO 9 – Estrutura Fundiária Açailândia – 2006

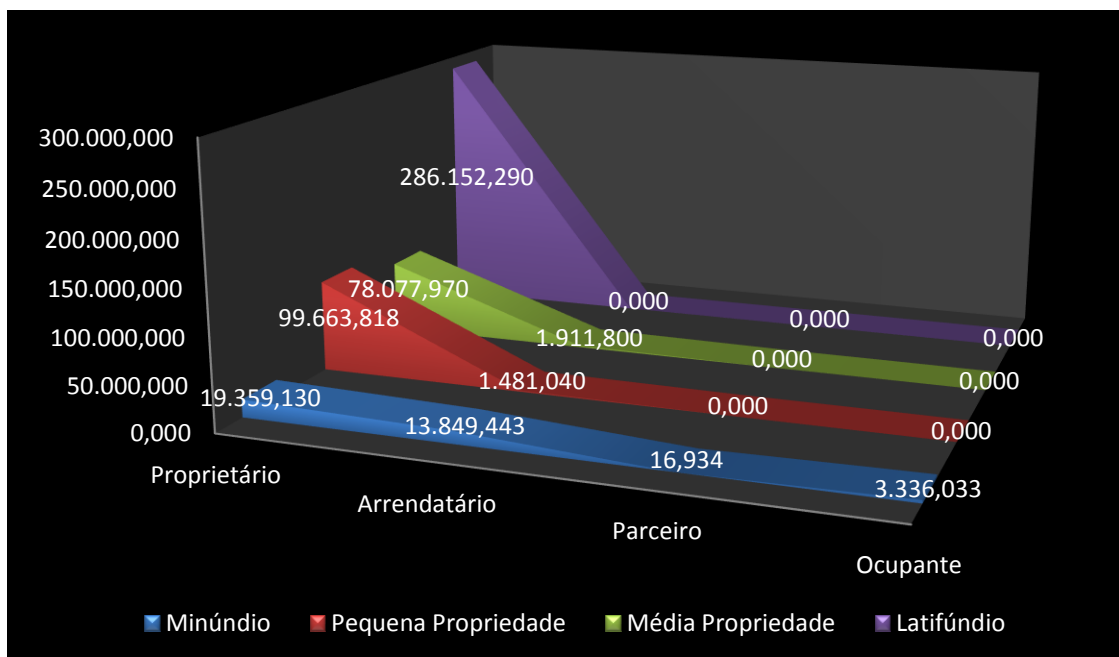


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Censo Agropecuário 2006.

Os gráficos acima demonstram o domínio do latifúndio no município. Tal fato é confirmado também quando se analisa a propriedade da terra pela

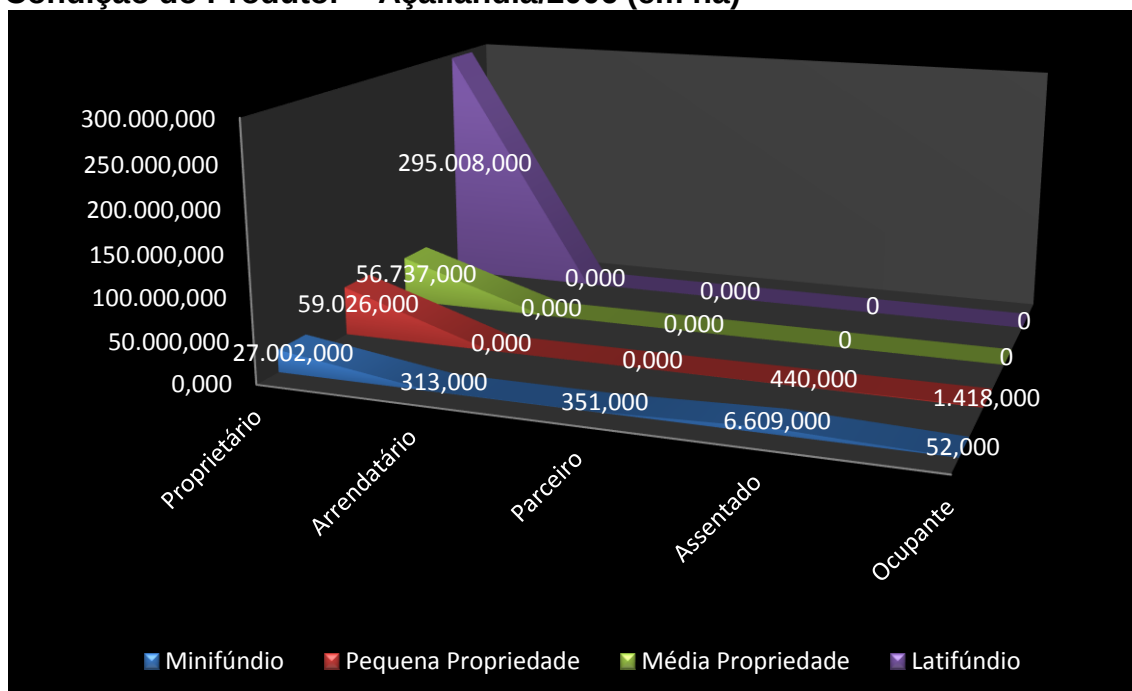
condição do produtor, demonstrado nos gráficos 10 e 11, o que permite compreender melhor os resultados da política fundiária.

GRÁFICO 10 – Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo a Condição do Produtor – Açailândia/1995 (em ha)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Censo Agropecuário 1996.

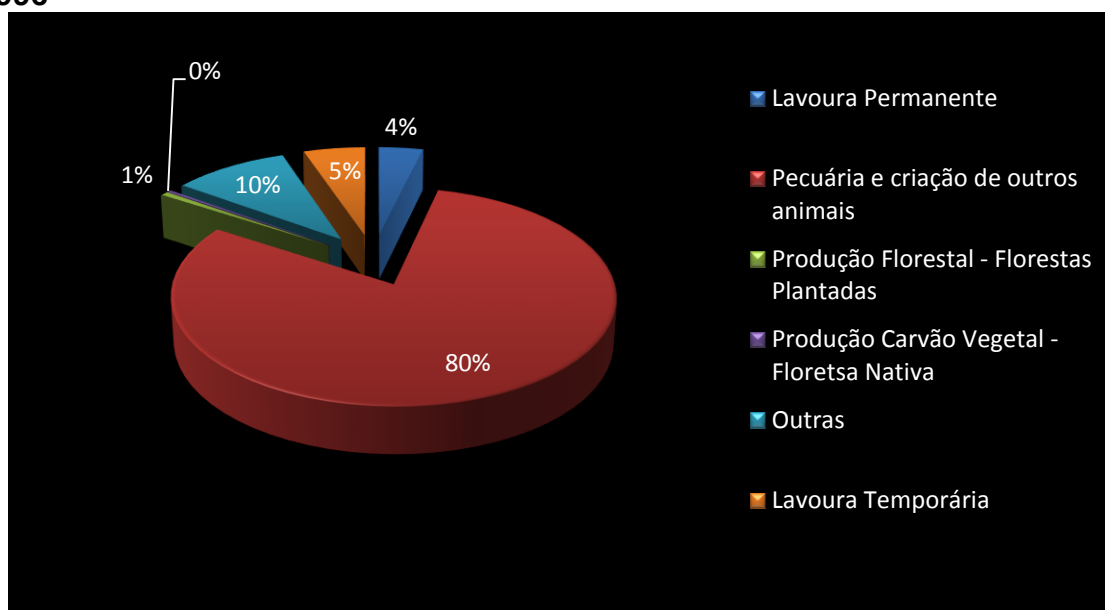
GRÁFICO 11 – Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo a Condição do Produtor – Açailândia/2006 (em ha)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Censo Agropecuário 2006.

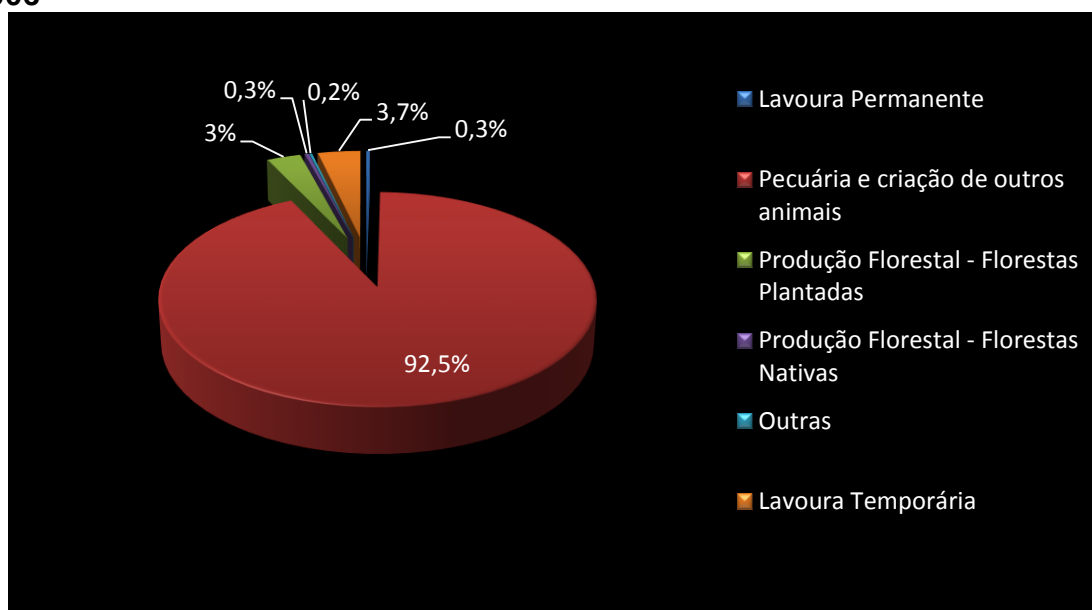
Como explicitado nos gráficos, a concentração de terras é uma das principais características do município. De acordo com dados do IBGE, a pecuária é a atividade que concentra maior quantidade de terras no município, tendência que tem se mantido nos últimos anos, conforme é demonstrado nos gráficos 12 e 13, que apresenta a divisão do uso da terra no município no intervalo entre 1995 e 2006.

GRÁFICO 12 – Distribuição de Terras por Atividade Econômica Açailândia 1996



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do Censo Agropecuário 1996.

GRÁFICO 13 – Distribuição de Terras por Atividade Econômica Açailândia – 2006



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do Censo Agropecuário 2006.

Segundo dados do IBGE¹⁶, em 2006, as terras que tinham por função a agropecuária estavam distribuídas de acordo com a tabela 3.

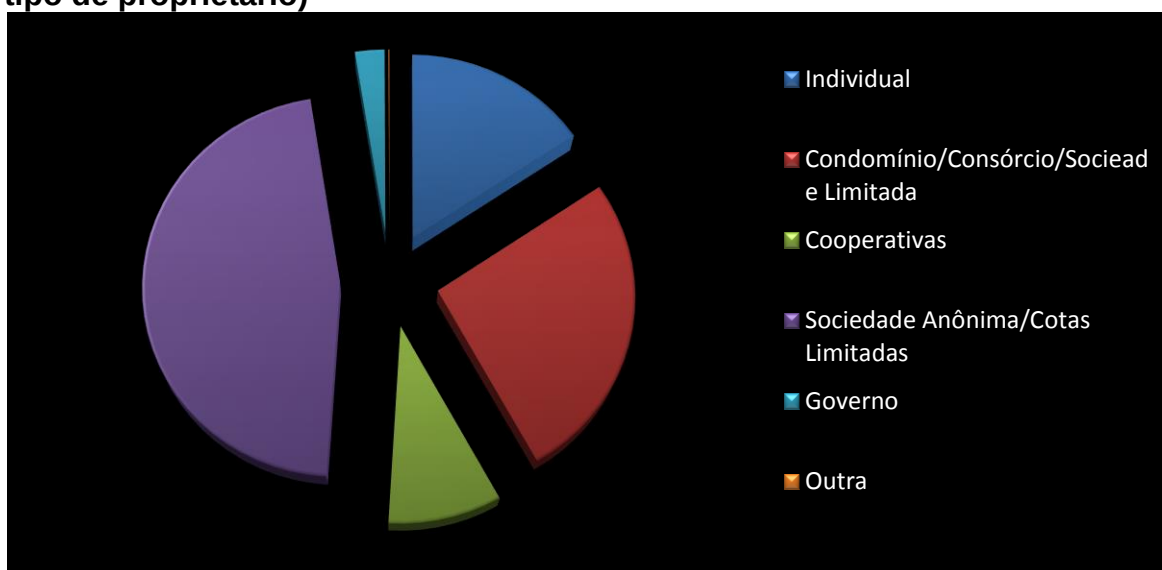
TABELA 3 - Terras Destinadas a Pecuária por Tipo de Proprietário

Tipo por Proprietário	Unidades	Hectares	Média de hectares (por unidade)
Proprietário Individual	1.505	426.053	405,66
Condomínio, Consórcios ou Sociedade de pessoas	5	3.398	679,6
Cooperativas	3	702	234
Sociedade Anônima ou Cotas Limitadas	15	18.040	1.202,66
Governo	5	322	64,4
Outra	4	2	2

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE.

A análise da tabela acima mostra que há um grande desnivelamento na média de hectares por propriedade em cada categoria, donde se conclui que o seguimento Sociedade Anônima – que representa grandes empresas – tem, proporcionalmente, um elevado percentual das terras, conforme é possível observar no gráfico 14.

GRÁFICO 14 – Média das Terras Destinadas a Pecuária Açailândia 2006 (por tipo de proprietário)

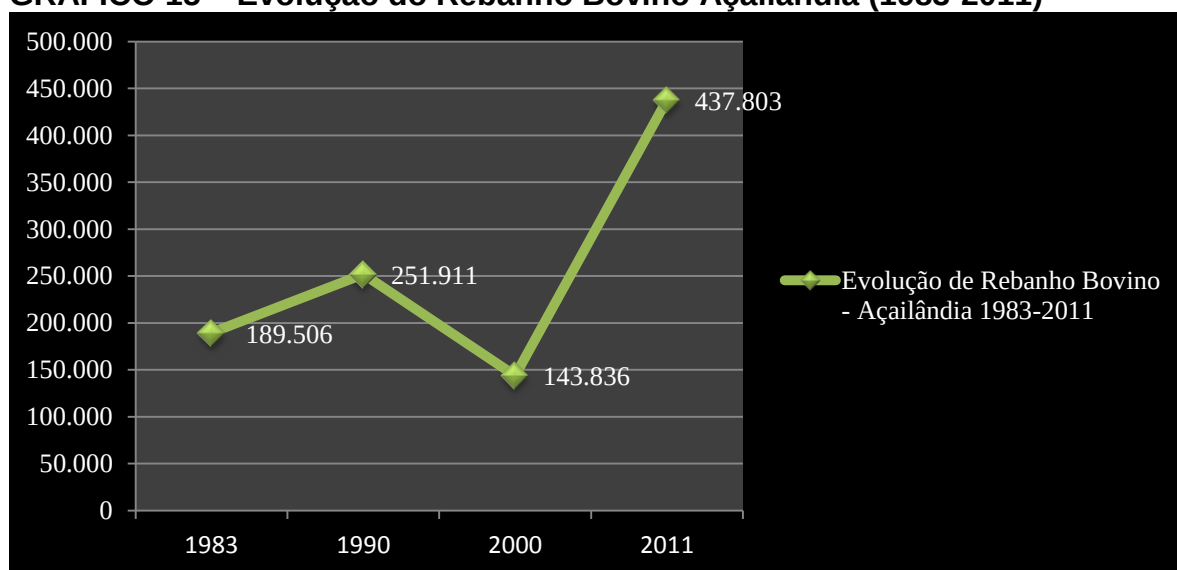


Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE.

¹⁶ Censo agropecuário 2006.

Segundo o IBGE, o rebanho bovino em Açailândia teve início nos anos 1980. Segundo o instituto, em 1983 existiam 189.506 cabeças de gado no município. Desde então, segundo o Censo agropecuário de 2006, embora tenha ocorrido uma significativa queda nos anos 1990-2000, nos últimos 11 anos (2000-2011) há um aumento expressivo do rebanho no município, o que lhe confere o lugar de destaque quando o assunto é a pecuária, conforme demonstrado no gráfico 15.

GRÁFICO 15 – Evolução do Rebanho Bovino Açailândia (1983-2011)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE.

A bovinocultura em Açailândia, de certo modo, está atrelada a atuação das madeireiras desde os anos 1960/1970. A acumulação de capital, gerada pelo processo de exploração econômica da região, permitiu a criação dos primeiros rebanhos nas áreas devastadas pela exploração da madeira. Assim, na medida em que o arco de desmatamento seguiu na direção do Pará, as áreas abertas transformaram-se em pastagens. Nas palavras de Pe. Dário Bossi,

Esse ciclo da exploração da madeira começou a se aliar ao latifúndio, com os fazendeiros que começaram já a planejar a instalação daquilo que hoje é o maior rebanho de corte e um dos maiores núcleos de produção de leite do Maranhão. Ao desmatar, automaticamente libero também espaço para a pastagem, então eu transformo toda uma paisagem, um equilíbrio natural em função de um projeto econômico sem nenhum tipo de retorno local e sem nenhum tipo de assimilação, de amadurecimento, de como esses investimentos podem também gerar outras fontes de geração de renda menores para os moradores. (Informação verbal)

Entretanto, a concentração de terras no setor pecuarista não é a única atividade econômica ligada a manutenção do latifúndio na região. Um elo importante desse processo é a presença das indústrias guseiras, que vieram para o município no rastro do desenvolvimento do Programa Grande Carajás. Nos anos 1980, a madeira nativa deixou de alimentar as serrarias para alimentar os altos-fornos das guseiras que se instalaram na cidade, como desdobramento do projeto.

Para a manutenção dos altos-fornos, faz-se necessário uma imensa quantidade de carvão vegetal que, atualmente, origina-se das plantações de eucalipto. Assim, se nos anos 1980, a demanda por carvão vegetal das indústrias era atendida basicamente pela madeira nativa da região, com o “boom” das siderúrgicas, nos anos 1990 e a diminuição expressiva da madeira nativa, o eucalipto surge como “solução” para atender as necessidades das siderúrgicas.

Entre 1996 e 2006 houve uma queda da área dos estabelecimentos agropecuários. De 490.989,302 hectares caiu para 448.516 hectares, ou seja, uma pequena queda de 9%. Embora, indiscutivelmente, a maior concentração de terras seja na pecuária, tem havido um aumento significativo nas áreas destinadas a plantação de eucalipto, as chamadas “áreas de reflorestamento” ou “florestas plantadas” que têm se propagado. A predominância do eucalipto na paisagem do município mostra que esta é a segunda atividade econômica (individual) e a que concentra a maior quantidade de terras, depois da pecuária, fato evidenciado ao se analisar o aumento das áreas destinadas às respectivas atividades: enquanto as áreas destinadas à pecuária registraram um aumento de 5,75%, aquelas destinadas às plantações de eucalipto aumentaram em 409,30% em 10 anos.

Atualmente, a implantação da fábrica de celulose da Suzano S/A em Imperatriz é o mais novo incentivo para a produção de eucalipto na região, o que faz de Açailândia um imenso deserto verde, pois cientificamente é comprovado que o eucalipto impossibilita o uso da terra para outras formas de plantio a *posteriore*, como explicou ao Jornal Brasil de Fato o professor de Botânica da Augusto Ruschi.

Segundo Ruschi, quando não encontra água suficiente no solo (o eucalipto consome entre 10 e 20 mil ml/ano) o vegetal aprofunda suas raízes de modo que “com o passar dos anos, as raízes vão penetrar no lençol freático para a busca da água. Após esta penetração, depois de absorvida toda a água existente no lençol, acaba por esvaziar a reserva líquida da região”, ocasionando desse modo a não mais recuperação do solo, visto que as empresas não têm interesse em gastar os recursos necessários para a recuperação devido aos elevados gastos. De acordo com a explicação de Ruschi “as árvores tendem a morrer e o local se transformar num deserto. Para voltar ao antigo estágio terá que ser gasta uma quantia muito maior que a obtida em seus lucros na produção de celulose. É melhor dizer: o solo será irrecuperável”. (ZONTA, 2011).

Segunda Divina Lopes – dirigente nacional do MST, atualmente está ocorrendo em Açailândia um processo de reconcentração da terra, ou seja, o processo de concentração que já é elevado na região está se reestruturando, devido a uma crescente demanda por plantações de eucalipto. Nas suas próprias palavras,

Agora vem se intensificando a questão do plantio de eucalipto, a expansão do eucalipto no município. [...] Um dos principais conflitos, [...] é essa questão da concentração, da reconcentração da terra. Você percebe que os grandes projetos hoje em desenvolvimento, eles precisam reconcentrar a terra no campo. A Suzano, a própria Vale. Então, se apresenta de novo com muita força o conflito da concentração de terra. Camponeses mais uma vez sendo expulsos, perdendo territórios. (Informação verbal)

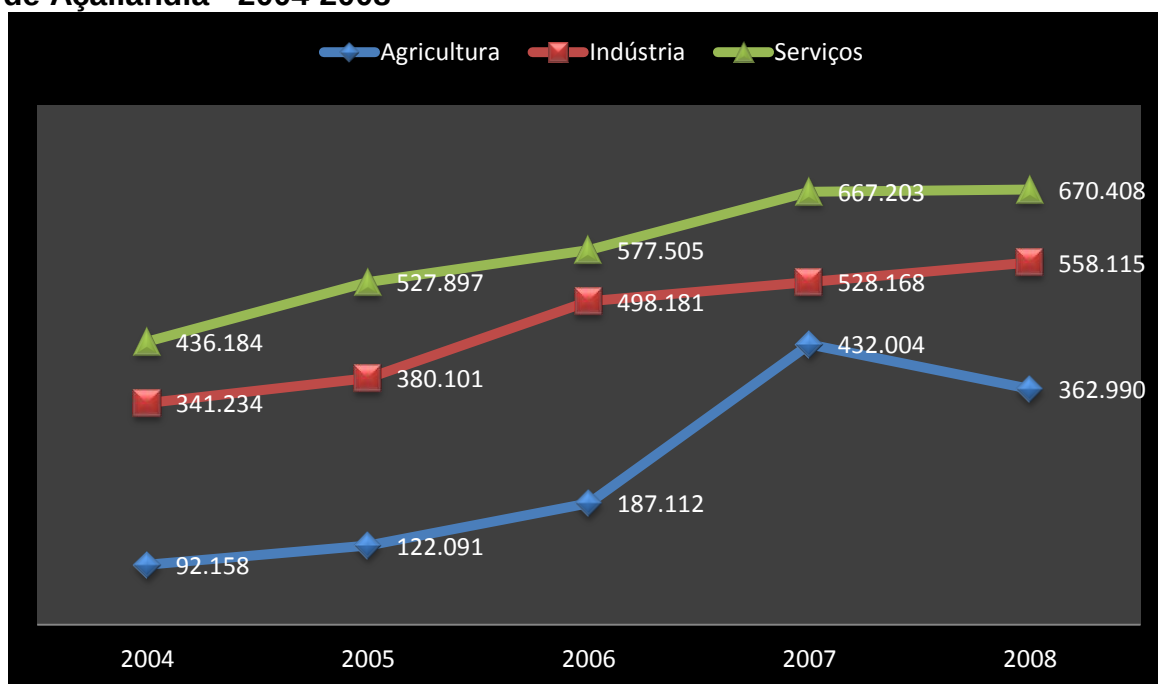
O impacto econômico das indústrias pode ser percebida, na colocação de Açailândia no *ranking* do PIB estadual. Ao analisar-se o período 2004-2008, em que Açailândia alternou-se na posição de 3º e 2º PIB do estado, fica evidenciado que esse desempenho está diretamente relacionado à elevação ou queda da contribuição das indústrias em termos de arrecadação. Ainda que a maior arrecadação esteja do setor de serviços não é possível negar a influência econômica do setor industrial nos últimos anos.

Observando-se o gráfico 16, constata-se que no período 2004-2005 (quando houve um crescimento mínimo das siderúrgicas), o município tinha o terceiro PIB do Estado. No biênio 2005-2006 (com um crescimento considerável)

eleva-se concomitantemente à categoria de segundo maior PIB - posição que ocupou até 2008.

Em 2009, em virtude da crise internacional que comprometeu as exportações para os Estados Unidos – principal comprador das guseiras passou a ser o 3º PIB, e o 4º PIB *per capita* do Maranhão¹⁷.

GRÁFICO 16 - Contribuição por Segmento Econômico Para o PIB Municipal de Açailândia - 2004-2008



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IMESC.

Cabe ressaltar que a intensa presença da pecuária e do eucalipto no município de Açailândia se inserem dentro de um projeto desenvolvimentista que continua atraindo um enorme contingente populacional, em busca de empregos, além do fascínio pela miragem criada pelo discurso governamental e midiático. Esse fluxo migratório pode ser constatado nos dados do Censo Demográfico de 2010, que aponta que mais da metade da população residente é migrante. Dos 104.047¹⁸ habitantes, 56.370 (54%) são originários de outros municípios e estados da federação.

¹⁷ De modo básico, a diferença entre PIB e PIB *per capita* é que o PIB é o somatório de toda a riqueza produzida por uma cidade, região ou país. O PIB *per capita* é o resultado dessa riqueza produzida dividida pela quantidade de habitantes da cidade, região ou país em questão.

¹⁸ População em 2010.

Nas palavras de Luís Antônio, supervisor da rede municipal de ensino, membro da coordenação estadual do MST, e uma das lideranças sociais da região,

Se tu olha pra Açailândia hoje, tu vai ver **que ela se configura como essa [...] expressão do desenvolvimento na região. Sempre foi assim, desde a sua gênese. [...] Até pelo modo como ela começa, pela exploração dos recursos naturais. Sempre foi a região que atraiu muita gente por conta dessa questão do falado progresso, do desenvolvimento.** E isso trouxe consequências para a região. Consequências sociais, ambientais, econômicas, porque de fato, na verdade as empresas que se instalam na região elas não dão conta de absorver o contingente de pessoas que se deslocam para cá, e geralmente a maior parte das pessoas que se deslocam para cá é mão de obra não qualificada. (Informação verbal). (grifo meu).

Apesar dos dados mostrarem uma acelerada expansão econômica em Açailândia é necessário ir além da imagem refletida de “metrópole do futuro”, e mergulhar na essência dos processos sociais que são os desdobramentos do crescimento econômico que obscurece e oculta as mazelas sociais

A expansão capitalista materializada no grande latifúndio (pecuária e eucalipto) se soma à atividade industrial representada pelas cinco (05) guseiras instaladas no município: a Ferro Gusa do Maranhão – Fergumar, Gusa Nordeste, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Siderúrgica do Maranhão – Simasa, e a Viena Siderúrgica, todas situadas no distrito industrial de Piquiá. Além das guseiras, estão em fase de implantação a Acearia da Gusa Nordeste, e a fábrica de celulose da Suzano que se situa em Imperatriz.

Em relação às siderúrgicas, vale ressaltar que, embora pareçam empreendimentos localizados, estas são na verdade frações do grande capital nacional e internacional¹⁹: a Companhia Vale do Pindaré e a Siderúrgica do Maranhão – SIMASA integram o leque de investimentos do Grupo Queiroz Galvão que, segundo seu site “é agora um conglomerado de empresas com presença internacional” o que indica “a vocação do grupo para o investimento em áreas indutoras do desenvolvimento”, possuindo investimentos em diversas áreas,

¹⁹ A presença de grandes grupos econômicos, a exemplo do Grupo Suzano, Queiroz Galvão e JBS; médios como o Grupo Ferroeste, no município, evidenciam um processo de concentração de capital pertencente a grandes grupos financeiros nacionais e internacionais, fracionado em investimentos diversos, seja na pecuária, na silvicultura e na metalurgia.

como: construção, desenvolvimento imobiliário, exploração de petróleo e gás, alimentos, siderurgia, entre outros; a Gusa Nordeste é de propriedade do Grupo Ferroeste, que segundo informações do seu site “possui um complexo industrial instalado em três estados brasileiros, no Sudeste e Norte do país. As principais atividades do Grupo Ferroeste são: reflorestamento, produção de carvão vegetal, ferro-gusa, cimento, álcool combustível” e a previsão de produção de aço verde para 2013. Esse grupo é também responsável pela implantação da Acearia, um dos grandes empreendimentos previstos no planejamento do governo estadual.

Esses investimentos, no entanto, na perspectiva dos movimentos sociais, não representam desenvolvimento para região, mas um processo de exploração econômica. Para Antônio Filho, coordenador do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia - CDVDH, ao ser questionado sobre se há efetivamente desenvolvimento no município, a resposta é negativa. Segundo o seu relato,

A partir do trabalho que o Centro de Defesa faz aqui em Açailândia, já há quinze anos, é um desenvolvimento que não é bom para o povo, entendeu. **Não existe um desenvolvimento para o povo, é um desenvolvimento bem localizado, bem específico, então a gente não consegue identificar esse desenvolvimento, essa qualidade de vida.** Essa concepção de desenvolvimento em que exista uma qualidade de vida para as pessoas, um ambiente saudável para essas pessoas viverem e conviverem, é possível essa convivência entre indústria, produção de riquezas e comunidade, só que a gente não consegue identificar isso aqui em Açailândia. (Informação verbal) (grifo meu)

Na mesma perspectiva de Antônio Filho, Divina Lopes, coloca que

Do ponto de vista das imagens de desenvolvimento que essas empresas vendem, elas vendem uma imagem de progresso e um progresso que está colocado no futuro. [...] A gente tá caminhando para alcançar o progresso. Eles vendem essa imagem de progresso para a população e eles chamam isso de desenvolvimento, que a cidade tá crescendo, tá desenvolvendo. Então é essa a imagem que as grandes empresas vendem para a população de Açailândia. E [...] com isso, cria a expectativa na população de que ela será incluída nesse desenvolvimento, nesse progresso. Porém, como o retorno desses grandes projetos é sempre muito imediato, a população também já se depara com essas contradições. Então já sabe o que as siderúrgicas foram capazes de provocar aqui em Açailândia: um alto grau de poluição, de degradação, os rios que existiam na cidade que secaram. Então, a população já está mais alerta. [...] Mais ainda assim é muito mexida por essa ideia que a cidade está progredindo e que será incluída. Os movimentos, a gente tenta trabalhar e tenta desconstruir essa imagem desse tipo de progresso, desse tipo de desenvolvimento. A

gente sempre problematiza com a nossa base, com as famílias que a gente trabalha e também nas mobilizações em conjunto com a sociedade aqui, fazendo a seguinte questão: o progresso e o desenvolvimento estão sendo para quê e para quem? (Informação verbal).

Em resumo, a dinâmica econômica e social de Açailândia denuncia as graves consequências do modelo de desenvolvimento adotado: De um lado, a concentração de riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população e do outro a intensificação dos processos de exclusão social.

3.2. CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS

“Não é nossa culpa/ Nascemos já com uma bênção/ Mas isso não é desculpa/ Pela má distribuição/ Com tanta riqueza por aí, onde é que está/ Cadê sua fração/Até quando esperar/(...) a plebe ajoelhar/ Esperando a ajuda de Deus”.
(Até Quando Esperar - Biquini Cavado)

O modelo de desenvolvimento adotado no município como sinônimo de crescimento econômico não se desdobra em ações por parte do governo local capaz de atender às necessidades imediatas da população; na verdade, o modelo adotado gera diversos impactos sociais e ambientais que acabam por violar direitos sociais essenciais, a exemplo do que acontece no campo da saúde. Apesar do crescimento econômico (aumento do PIB) este não se converte em direitos sociais básicos. Segundo relata Divina Lopes,

Açailândia sempre sediou grandes projetos, que são projetos que produzem de fato muita riqueza, mas essa riqueza não se converte em desenvolvimento local, em distribuição de renda igualitária, em investimento nas políticas sociais da cidade, que você consegue perceber isso andando por Açailândia ou acessando os serviços públicos. [...] A riqueza só não fica na cidade e nem é distribuída de forma igualitária entre a população que produz essa riqueza. (informação verbal)(grifo meu)

Segundo a linha do que é colocado por Divina Lopes, Antônio Filho observa que,

Basicamente, o que é produzido não fica aqui na região, não é investido aqui. [...] Um dos elementos de contraste que existe aqui, porque o que se produz aqui vai para fora, seja o ferro, seja o gado, e acaba não ficando aqui na região. [...] Esse é um dos elementos que faz com que Açailândia tenha esses vários contrastes, de pobreza, de miséria, de uma cidade tão jovem e rica, mas pobre ao mesmo tempo.[...] Tem muitos bolsões de miséria aqui em Açailândia, nos bairros, lá dentro do Piquiá, Vila Ildemar, bairro do Jacu e outros bairros. Se você andar no entorno de Açailândia hoje, você vai identificar mais de 10 ocupações em áreas irregulares, beiras de lago, dentro de abismos. Então é uma cidade que a estrutura que tem não consegue suportar a demanda que tem aqui de necessidade. Então essa estrutura econômica, a população mais pobre não consegue se sentir parte dessa riqueza. (Informação verbal).

O relato dos entrevistados pode ser confirmado na análise dos dados do IBGE. Segundo o Instituto, no ano de 2003 o PIB *per capita* do município era de

R\$ 9.649,00 e, no entanto, a incidência de pobreza absoluta²⁰ no município atingia 58,66%; considerando a incidência de pobreza subjetiva²¹ o índice chegava a 63,25%. Segundo os dados do Censo de 2010, embora a renda *per capita* do município seja de R\$ 1.837,13 na área urbana, e R\$ 1.172,84 na área rural, dos 27.473 domicílios existentes nos município, 4.416 (16%) têm renda de até ¼ de salário mínimo²² e apenas 618 (2%) domicílios possuem renda superior a 05 salários mínimos.

Os dados do Portal da Transparência indicam que em 2011 Açailândia recebeu o repasse de R\$ 18.453.724,66 para a Assistência Social, distribuídos nos programas: Bolsa família, Pró-jovem²³, PETI²⁴, Índice de Gestão Descentralizada – IGD²⁵, e CREAS²⁶. Desse total, ao programa bolsa família foi destinado o valor de R\$ 18.050.678,00. Em Maio de 2012, um total de 13.074 famílias eram atendidas pelo benefício no município. Se considerasse que cada beneficiário corresponde a um domicilio ter-se-ia um total de 37% dos endereços do município caracterizados como pobres ou extremamente pobres, posto que conforme o site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, o bolsa família

é um programa de transferência de renda **destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 140 mensais**, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. (grifo meu)

Um exemplo que demarca bem a existência de bolsões de pobreza no município é o bairro Vila Ildemar, onde residem aproximadamente quarenta mil, dos pouco mais de cem mil habitantes do município. Segundo Antônio Filho, é

²⁰ De acordo com o IBGE, para efeito do estudo Mapa da Pobreza e Desigualdade no Brasil 2003, a pobreza absoluta “é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência”.

²¹ De acordo com o IBGE, para efeito do estudo Mapa da Pobreza e Desigualdade no Brasil 2003, a pobreza subjetiva “é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida”.

²² Considerando o valor de R\$ 510,00, que era o valor do salário mínimo à época do Censo, ¼ equivalia a R\$ 127,50.

²³ Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos.

²⁴ Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho.

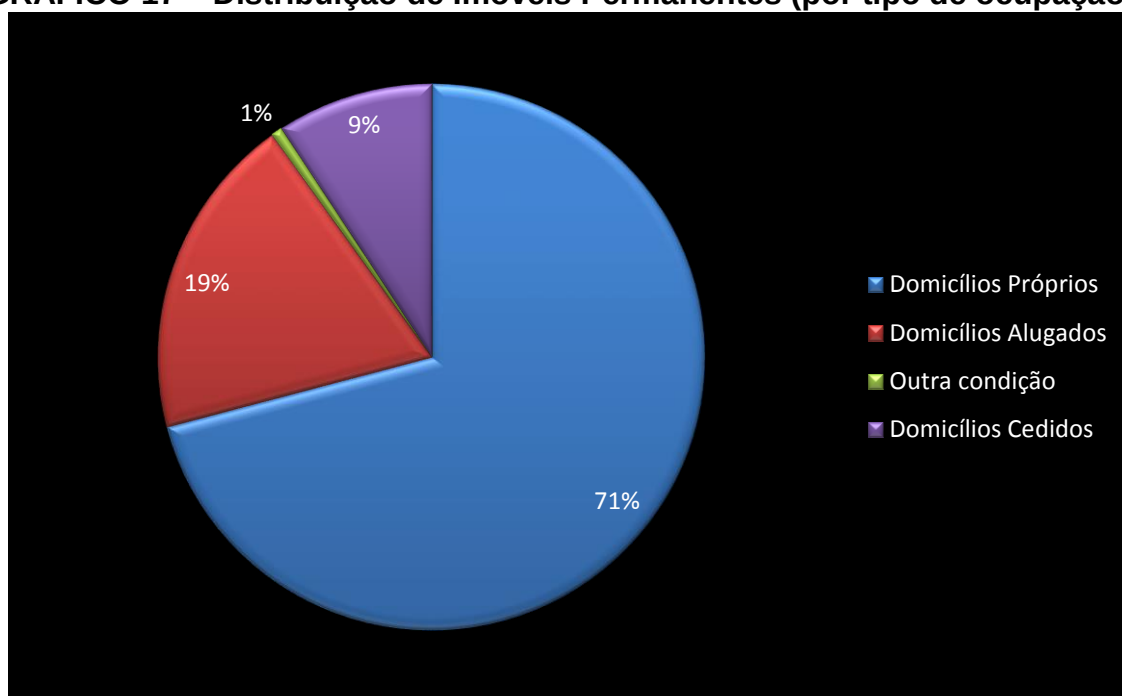
²⁵ Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família.

²⁶ Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias.

proveniente do referido bairro a maioria dos casos de violência no município – sejam assaltos, violência contra a mulher, dentre outros.

Um aspecto que também chama atenção no município é o alto déficit habitacional. De acordo com o Censo 2010, dos 27.487 domicílios particulares no município, 19.482 são ocupados pelos proprietários e os 8.002 domicílios restantes são ocupados por alugueis ou encontram-se cedidos, distribuídos conforme o gráfico 17.

GRÁFICO 17 – Distribuição de Imóveis Permanentes (por tipo de ocupação)



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em dados do Censo 2010.

Como é possível observar no gráfico, 29% do total dos imóveis são de alugueis ou cedidos, do que conclui-se que pertencem a proprietários de vários – dois ou mais – imóveis. A realidade da concentração habitacional na cidade ocasiona um processo de mobilização social, que leva muitos homens e mulheres a se juntarem às diversas ocupações que se espalham pela região, em virtude de um grande contingente de pessoas despossuídas de um teto.

Enquanto *outdoors* mostram as belezas das casas em condomínios fechados, o déficit habitacional é elevado e proliferam as ocupações urbanas e rurais; na Vila Ildemar, o bairro mais populoso e um dos mais pobres do

município, está sendo construído o primeiro *shopping* da cidade e uma plataforma de embarque e desembarque da duplicação da EFC. Tais contrastes acabam demarcando cada vez mais o abismo social existente, entre uma pequena elite (empresários, pecuaristas, políticos) que concentra a riqueza produzida no município, e uma esmagadora maioria que está sendo despossuída.

3.3. O GRANDE CAPITAL, OS IMPACTOS NO CAMPO

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar”.
(Bertold Brecht)

Os impactos do grande capital no campo tem diversos matizes, sendo o principal deles o arame farpado que aprisiona o gado no pasto e famílias inteiras nas beiras de estradas. A situação das famílias acampadas é preocupante, pois estão sujeitas a violência de jagunços devido a ausência da justiça.

A conquista da terra não encerra os problemas dos assentados. Mesmo os assentamentos, que deveriam ser áreas de segurança não estão livres do avanço do latifúndio. Os grandes empreendimentos avançam por sobre essas áreas, muitas vezes comprometendo a manutenção da condição de camponês dos homens e mulheres assentados. Exemplo disso é o que ocorre em relação ao avanço do eucalipto, cujas plantações circundam várias áreas de assentamentos, como o que ocorre no Assentamento Califórnia, que mais parece “uma ilha em meio a um mar de eucalipto”, no dizer de Zaira Azar (2012). A presença do eucalipto nessas áreas, segundo muitos dos assentados, acaba por atingir as plantações da agricultura familiar de subsistência, pois como se queixa “seu” Cabôco, o eucalipto está matando a saúde da terra.

A intensa concentração da terra, somado à dinâmica de grandes projetos que atraem levas de migrantes para a região, promovem um crescimento desordenado do campo e da cidade e acaba por colocar muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esse quadro precisa ser examinado com bastante atenção, pois essa situação ocasiona um dos problemas mais graves do município de Açailândia na atualidade, que é a questão do trabalho escravo moderno.

3.2.1. Cativo Moderno: o trabalho escravo

“Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.”

(Artigo IV, da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a abolir a escravidão em seu território. Embora o marco legal do “fim da escravidão” no país seja a chamada Lei Áurea, a luta contra a escravatura no país remonta a primeira metade do século XIX, que teve como dirigente os setores médios – movido pela ideologia do igualitarismo jurídico burguês. Segundo Décio Saes (1985:346),

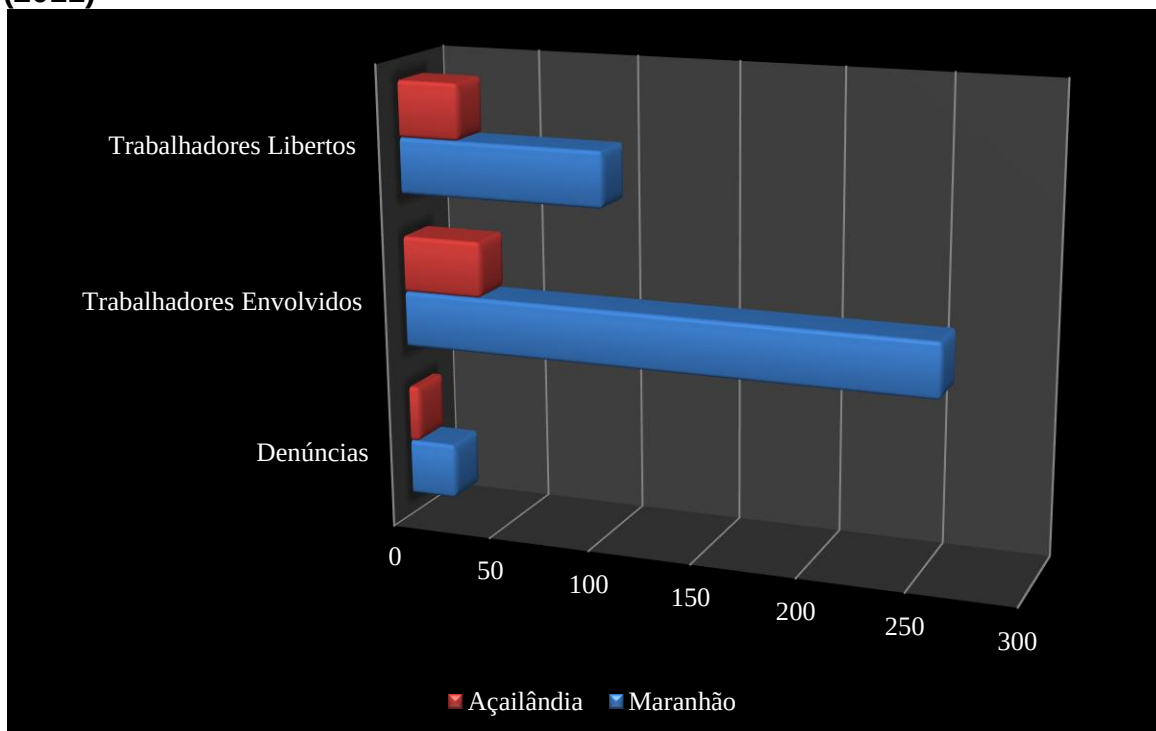
a classe média reorganizou o movimento de revolta escrava colocando-o a serviço de seu objetivo político: promover a transformação burguesa do Estado, entretanto ao fazê-la a classe média bloqueou a formação de uma frente escravo-camponesa contra o latifúndio, condenou o campesinato pobre ao isolamento político e impediu que a revolução política burguesa se fizesse acompanhar de uma revolução agrária.

No entanto, em pleno século XXI, a luta contra o trabalho escravo no Brasil continua. Mudou o século, mas os sujeitos continuam os mesmos, apenas mudou as nomenclaturas: os grandes proprietários são como “senhores” de outrora, os gatos ocupam-se das funções que antanho cabiam aos feitores e capitães do mato e os escravizados de hoje são homens, crianças e em poucas ocasiões mulheres, subjugados pela violência e pela pobreza.

Nesse cenário, o Maranhão figura como um dos principais protagonistas, ocupando o lugar de maior exportador de mão de obra escrava do país (conforme o gráfico 6 e 7, e os mapas 3 e 4, apresentados no capítulo anterior), além de ocupar lugar de destaque no cadastro de empresas autuadas por trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, onde ocupa o 4º lugar no *ranking* de empresas autuadas. No cadastro, dos 389 registros, 29 são de propriedades em terras maranhenses.

Ao se fazer uma análise da situação do trabalho escravo no Maranhão, Açailândia ganha cores fortes no quadro estadual. Segundo dados do Caderno Conflitos no Campo 2011, da CPT, as denúncias de trabalho escravo em Açailândia representaram 15% das denúncias no estado; quanto aos trabalhadores libertos, o município respondeu por 30%, conforme gráfico 18.

GRÁFICO 18 - Comparativo do Trabalho Escravo Maranhão Açailândia (2011)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados dos Cadernos de Conflitos no Campo (2011).

Em termos percentuais, os dados revelam que em 2011 o município respondeu por 22% das denúncias estaduais, 12 % dos trabalhadores envolvidos e 30% dos trabalhadores libertos no ano, em território maranhense. Além dessa concentração de mão de obra escrava em seu território, Açailândia é considerada um dos principais pontos de aliciamento de trabalhadores do país.

Entre 1996 e 2009, de acordo com informações do Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo no Maranhão, nas diversas operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no estado, foram autuadas 198 propriedades, sendo que 38 (20% do total) em Açailândia - tanto áreas de fazendas ou das siderúrgicas – sendo que no último caso ligadas à produção de carvão vegetal. A questão do trabalho escravo contemporâneo é algo que só pode ser analisado dentro de uma sociedade extremamente desigual. Quando pensa-se o papel do Maranhão frente a esse cenário, só é possível questionar a razão de um estado tão rico em diversidade natural, que recebe tantos investimentos, projetos que visam o dito desenvolvimento, se configurar em um espaço social em que há tanta pobreza, tanta miséria.

3.2.2. “É a parte que te cabe nesse latifúndio”: conflitos em áreas de assentamento.

Quando a sociedade atingir formação econômica superior, a propriedade privada de certos indivíduos sobre parcelas do globo terrestre parecerá tão monstruosa como a propriedade privada de um ser humano sobre o outro.
(Karl Marx)

Como consequência das ações das guseiras, as plantações de eucalipto, e alta concentração da pecuária, constata-se inúmeros conflitos sociais no município. Os casos de conflitos e de violência no campo são tão numerosos quanto os frutos nos cachos dos açais que lhe batizaram. No campo, além da questão degradante do trabalho escravo, das famílias acampadas – muitas das quais aguardam há anos nas beiras das estradas – há conflitos também em áreas de assentamentos.

Dois casos são emblemáticos da relação conflituosa entre assentados e os grandes empreendimentos da região; e os dois tem relação direta com a Vale. Na área do Assentamento Califórnia, o conflito principal são as carvoarias e na região do assentamento Novo Oriente, é a duplicação da Estrada de Ferro Carajás o mote do conflito.

O Assentamento Califórnia é fruto da mobilização de trabalhadores rurais sem terra de Açailândia e seus arredores, que em 1992 ocuparam a Fazenda Califórnia, então um latifúndio improdutivo. Localizado às margens da BR – 010, atualmente o assentamento tem aproximadamente 1.300 moradores e é uma das áreas de reforma agrária que contam com o acompanhamento do MST. O histórico de luta da comunidade, assim como de tantas outras, não findou com o acesso a terra. Muitas outras batalhas se colocaram no caminho da comunidade, e algumas delas podem ser comparadas a batalha de “Davi contra Goliath”, pois os assentados têm que se confrontar por um lado contra o latifúndio (que circunda o assentamento com suas vastas áreas de eucalipto) e de outro com a Vale, com seus fornos de carvão.

Em 2005 a Vale, de posse de licença ambiental, instalou nas proximidades do Assentamento Califórnia 66 fornos industriais de produção de carvão – cada

qual comportando 83m³ de carvão e mais 07 fornos de menor porte. Segundo o relatório *“Brasil Quanto Valem os Direitos Humanos?”*

A Vale recebeu licença ambiental para instalar 11 unidades de produção de redutor (carvão vegetal), distribuídas por cinco cidades na fronteira do Maranhão com o Pará. A unidade conhecida como UPR2 foi alocada em área adjacente ao Assentamento Califórnia. Ela empregaria 106 pessoas nos períodos de pico (em agosto de 2009, eram apenas 36 trabalhadores, entretanto). (FIDH,2010:14)

Desde a instalação da carvoaria industrial, a comunidade tem sofrido principalmente com problemas ambientais os quais têm se refletido diretamente na questão da saúde da população, particularmente em relação aos idosos e crianças. O conflito se estabelece na medida em que a comunidade tem buscado seus direitos, questionando e denunciando o funcionamento da carvoaria. Isso se soma ao fato da carvoaria ser alvo de denúncias de trabalho escravo e exploração do trabalho infantil.

O direito à saúde está pautado na Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 6º, como um direito social inalienável, e nos artigos 196, 197 e 200 dedicados à questão da promoção de saúde, bem como em dispositivos normativos que dispõem acerca do dever do Estado em assegurar esse direito à população.

Além da Constituição Federal, o direito à saúde é estabelecido em tratados internacionais como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, ambos ratificados pelo Brasil. No entanto, como coloca Johnathas de Oliveira, médico do Programa Saúde da Família - PSF de Açailândia, “é preciso ter claro que lei, que mais um direito que está colocado no papel não necessariamente consegue se efetivar na prática só pelo fato de estar no papel. Esse é o grande problema que acontece com o direito à saúde”. (Informação verbal).

Na perspectiva do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o direito à saúde abarca os principais fatores determinantes da saúde, como

o acesso a água limpa potável e a condições sanitárias adequadas, o fornecimento adequado de alimentos saudáveis, uma nutrição adequada, uma moradia adequada, condições saudáveis no trabalho e no meio

ambiente, e acesso à educação e à informação sobre questões relacionadas com a saúde [...] e também a participação da população em todo o processo de adoção de decisões sobre as questões relacionadas com a saúde nos planos comunitário, nacional e internacional. (FIDH, 2010:41).

Assim, é pertinente a assertiva de que a Vale com seus empreendimentos viola um direito inalienável da comunidade. No entanto, apesar das inúmeras leis e tratados que estabelecem esse direito, os assentados não tem conseguido viabilizar o direito a saúde no assentamento.

Segundo relato dos moradores do Assentamento Califórnia, desde a chegada dos fornos das carvoarias, aumentou a incidência de problemas de saúde (respiratórios, irritação ocular, alergias etc). Apesar das denúncias da comunidade, o poder público local não possui nenhum levantamento sobre os problemas apontados pelos moradores do assentamento.

Em 2008, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA reconheceu que houve falhas no licenciamento e solicitou a Vale relatório de monitoramento, que foi entregue incompleto pela mineradora. Em virtude das denúncias junto aos órgãos públicos – Ministério Público, SEMA – não surtiram efeito, em 08 de março de 2008 durante a mobilização pelo dia internacional da mulher, as mulheres da Via Campesina e de outras entidades e movimentos sociais ocuparam o terreno da empresa e fecharam a BR – 010, em uma ação de apoio a comunidade do Assentamento Califórnia. Essa ação política das mulheres teve repercussão nacional, dando mais visibilidade às denúncias e a situação do assentamento.

Na região do povoado Novo Oriente um novo conflito, diretamente relacionado a grandes empreendimentos, tomou forma, afetando cinco (05) áreas de assentamentos, dentre os quais o Assentamento João do Vale - também área de acompanhamento do MST. Nessa área, novamente a presença da Vale é o mote do conflito, em virtude da duplicação da EFC.

A duplicação da Estrada de Ferro Carajás é parte do projeto de ampliação da exploração da Serra dos Carajás, que visa elevar a produção de minérios dos 100 milhões de toneladas/ano em 2010, para 230 milhões/ano em 2015 (um aumento de 130% em 05 anos). O montante de U\$ 7,8 bilhões de dólares a

serem investidos até 2012 no projeto preveem construção de 46 novas pontes, 05 viadutos ferroviários, 18 viadutos rodoviários ao longo de todo o corredor, e um novo píer no Porto da Madeira.

No processo de implantação dos novos trilhos, segundo o projeto apresentado pela Vale ao IBAMA, será necessária a remoção de 1.168 “pontos de interferência” que são, na verdade, cercas, casas, quintais, plantações e povoados inteiros (MERLINO,2011). Dentre os povoados, cabe ressaltar que se encontram, dentre outras, terras étnicas - quilombolas e indígenas, além de áreas de assentamento e de povoações antigas.

Acidentes nos trilhos, morte de pessoas e animais, ruído, rachaduras das casas, incêndio nas plantações, são alguns dos problemas enfrentados pelos assentados. O receio da comunidade é que com a duplicação dos trilhos haja um aumento dos problemas com os quais já vivenciam. Maria Caetana, presidente da Associação de Moradores do Assentamento João do Vale, relata alguns impactos que a comunidade já sofre com os trilhos existentes.

Os principais impactos, já teve alguns que foram causados. Questão de acidente na passagem da ferrovia. Chegou a acidentar um transporte de carvoeira; eles causaram também incêndio através do esmerilamento dos trilhos, eles causaram um incêndio que chegou a queimar toda a floresta, atingiu nossa área toda, ficou toda queimada, queimou toda a mata, ficou sem condição de a gente botar roça, matou animais silvestres também, morreram muitos. A gente registrou ocorrência e estamos reivindicando uma indenização, junto com a Justiça nos Trilhos. (informação verbal)

Cabe ressaltar que o projeto de duplicação da EFC foi aprovado pelo IBAMA, por meio de um processo de licenciamento simplificado, sendo considerado um empreendimento ferroviário de pequeno impacto. No entanto, conforme a decisão judicial de 26 de julho de 2012, que suspendeu as obras da duplicação,

A regulamentação existente (Resolução CONAMA 349/2004) não contempla como empreendimento ferroviário de pequeno impacto ambiental aqueles que impliquem em remoção de população e intervenção em espaços especialmente protegidos (áreas de preservação permanente e unidades de conservação), a presença dessas circunstâncias afasta qualquer possibilidade de escolha do modelo de licenciamento com base em juízos de discricionariedade. (BRASIL, 2012)

Desse modo, compreende-se que a Vale atuou no sentido de burlar uma fiscalização efetiva desse empreendimento, ao solicitar licenças fragmentadas ao IBAMA, como se fossem vários empreendimentos. Por outro lado, ignorou os impactos ambientais nas inúmeras comunidades que se encontram na rota dos seus trilhos, mas ocultado pelo discurso da responsabilidade social.

Quanto a atuação do IBAMA, o juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª. Vara Federal, avalia que “a dispensa de estudo completo, longe de configurar exercício de competência discricionária, poderá revelar preocupante hipótese de desvio de finalidade” (BRASIL, 2012).

Apesar de todos os pontos elencados na petição dos movimentos sociais, e da decisão judicial favorável à suspensão das obras, no dia 14 de setembro de 2012 o desembargador federal Mário César Ribeiro, presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região liberou as obras, sob a alegação de que “o que fica evidenciado é que a paralisação das obras poderá ser potencialmente mais perniciosa ao meio ambiente e à coletividade em geral do que o seu prosseguimento” (GUIMARÃES, 2012). Cabe perguntar se a coletividade a qual o desembargador se refere são as comunidades que são tratadas como “pontos de interferência” pela mineradora.

Tanto no Assentamento Califórnia, quanto na região do Novo Oriente – e em toda a rota do corredor Carajás - a Vale não se reconhece como causadora dos problemas enfrentados pelas comunidades. No entanto, para as comunidades envolvidas nos conflitos, a Vale é o principal agente da situação de violação de direitos a que são sistematicamente submetidas. Há, portanto, duas lógicas: a da comunidade e a da empresa, as quais só podem resultar em conflitos.

**4. “AQUI É PARA MORRER!” CONTRASTES DO DESENVOLVIMENTO:
o caso Piquiá.**



*De onde vem a indiferença temperada a ferro e fogo? Quem guarda os portões da fábrica? O céu já foi azul, mas agora é cinza e o que era verde aqui já não existe mais”
(Fábrica – Legião Urbana)*

4.1. DO PIQUIÁ AO PEQUIÁ: a trajetória da comunidade

“E andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá.”

(Graciliano Ramos – Trecho de Vidas secas)

Dentre os muitos conflitos existentes em Açailândia o que mais chama atenção é o da comunidade de Piquiá de Baixo. O bairro fica localizado a 12 km do centro e é um dos primeiros bairros do município, formado nos anos 1970.

O nome Piquiá, tem sua origem em uma árvore nativa da região, existente em abundância na época da chegada dos primeiros moradores. No entanto, devido ao avanço das indústrias na área, Piquiá acabou transmutando-se em Pequiá, uma espécie de anagrama para Polo PETROQUÍMICO DE AÇAILÂNDIA, embora a comunidade seja precedente à instalação do polo siderúrgico, como relata “dona” Maria, moradora da comunidade há tantos anos, que já não recorda quantos.

Rapaz eu moro aqui há muitos anos. Quando eu vim, nem estrada ainda tinha de asfalto, era de chão. Faz muitos anos. Meu filho mais novo, não tô lembrada quantos anos ele tem, mas eu já tive ele aqui. [...] As siderúrgicas, ali não tinha. Ali era solta de botar gado. Ficou um lugar mais ruim depois que botaram essa firma aqui, que eu não aguentei a poluição, eu tenho um filho que adoeceu com a poluição. Hoje em dia ele tá morando lá na Maçaranduba. (Informação Verbal)

Muitos dos moradores que chegavam à localidade de Piquiá de Baixo, antes da implantação das siderúrgicas, vinham em busca de trabalho, atraídos pelas terras férteis da região. Tinham como perspectiva manter sua condição de camponês, como foi o caso de “seu” Edvar, presidente da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo. Ao relatar sua história, ele conta que

vim da Bahia pra cá. Conheço isso aqui há 28 anos, mas moro há 23 anos. Quando nós chegamos, tavam construindo a primeira siderúrgica Vale Pindaré, ainda não tinha inaugurado, para entrar em funcionamento. Mas dois anos depois começou funcionar a Pindaré. Aí veio a Gusa Nordeste, Viena Siderúrgica do Maranhão, a Fergomar, a Simasa, aí foram se chegando. Hoje tem cinco siderúrgicas. [...] Vim caçar melhoria de vida. Quando nós chegamos aqui, antes das siderúrgicas, nós fazia [Síc] roça aqui a revelia, aqui tudo perto da

cidade, bebia água aqui do brejo, tomava banho. Nossa água era do brejo, quando precisava abria uma cacimbinha assim e tocava a vida. Fazia roça aqui perto da comunidade. [...] Então chegando aqui no Piquiá, depois que eu saí da região do Bom Jardim, aqui era só mata. (Informação Verbal)

A região em que hoje se situa o Piquiá de Baixo até os anos 1950, de acordo com os relatos dos moradores que residem na comunidade, era conhecida apenas por grupos indígenas. Na década de 1960, em virtude do fluxo migratório para a região, a área começou a ser ocupada por camponeses que chegavam para se fixar, atraídos pela riqueza dos recursos naturais da região: terras livres e férteis, água abundante, além da coleta de frutos, a exemplo do Açaí. O nome da comunidade provém de uma árvore existente comum na região. No histórico da origem da comunidade, de seus ocupantes, de seu nome, percebe-se a relação do homem e da terra, da origem camponesa de seus moradores.

Para muitos camponeses, que vinham de sua marcha graciliana de outros municípios ou mesmo de outros estados, a localidade era a possibilidade de uma vida digna e tranquila no campo. No entanto, no final dos anos 1960, no trilho das políticas governamentais que buscavam incluir a Amazônia na rota do desenvolvimento do país, essa possibilidade começa a se desvanecer. No embalo da construção das rodovias, e com os incentivos fiscais do Estado, chegaram as serrarias e o latifúndio, restringindo o acesso às terras, inclusive com o uso de práticas de grilagem, conforme o relato de seu Edvard, sobre a chegada da EFC e da BR-222,

Logo chegou a estrada de Ferro do Carajás: a BR-222 aqui não era tráfegada, era estrada carroçal. Depois que a BR-222 passou aqui dentro do povoado, e aí foi chegando os empreendimentos, os latifundiários, por último agora chegou a Vale com o plantio de eucalipto. Essa empresa aí, **realmente quem domina isso aí é a Vale**, e aí o pessoal foram comprando as terras, os grandes fazendeiros foram juntando as terras dos pequenos e juntando, e juntando, e hoje pra resumir mais ou menos, o que deve ser dito mais umas coisas ainda, que nós se quer [sic] tirar um sustento, que nós somos descendente de lavrador, tem que andar 200 km pra fazer uma rocinha. [...] Aqui nós tinha [sic] quintal grande, tem até hoje aí, nós plantava [sic] banana, nós criava [sic] galinha caipira, tinha ovos, pra você se alimentar e pra vender algum, nós tinha [sic] canteiro de cebola, horta, nós plantava [sic] pimentão, alface, tudo dava aqui na beira do brejo, terra fértil, terra boa. Cheguei a ter aqui uns oito pés de coco. E hoje tá tudo morto. [...] E hoje nós perdeu [sic] todo esse direito de ter essas coisas. (Informação verbal). (grifo meu).

Cabe ressaltar que, nesse processo de concentração fundiária no município, os latifundiários contam com a conivência de órgãos públicos, inclusive no que diz respeito à “regularização” dos grilos, fazendo uso de instrumentos legais, a exemplo da Lei de Terras do Sarney, conforme foi discutido no segundo capítulo.

Nos anos 1980, os conflitos que já existiam desde a década anterior se intensificam diante da chegada de mais um projeto desenvolvimentista: a construção da Estrada de Ferro Carajás, controlada pela então Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. Do mesmo modo como ocorreu ao tempo da abertura da rodovia, a chegada da ferrovia além de “sangrar” as riquezas minerais transportadas no corredor Carajás, ocasionou um aumento no fluxo migratório e por outro lado aumentou a especulação fundiária da região. A Estrada de Ferro no entanto, era apenas parte do “progresso” que chegava à cidade. No seu encaixo, chegaram as siderúrgicas que se alimentam do ferro transportado e do carvão vegetal, que inicialmente saiu unicamente das matas nativas da região, causando inúmeros impactos de ordem ambiental, que repercutem ainda hoje na situação de vida da comunidade local, principalmente no Piquiá de Baixo.

No momento da implantação das siderúrgicas, o contingente migratório não é apenas o camponês, mas também trabalhadores urbanos que buscam se inserir no progresso apregoado com a chegada desses grandes empreendimentos. Porém, a perspectiva de ser parte desse progresso é frustrada após a conclusão das obras de construção das indústrias, pois a grande massa de mão de obra que foi utilizada na construção da estrutura física é bem maior do que a necessária para a manutenção das atividades nas indústrias.

Segundo Luís Antônio,

Esse contingente de pessoas que vem para Açailândia, toda essa mão de obra que se desloca pra cá não consegue ser absorvido. A indústria madeireira ainda atrai, por necessitar de muita mão de obra sem qualificação, mão de obra pesada, mas a parte das siderúrgicas isso começa a diminuir porque, apesar de ter ainda as carvoarias que exploram a mão de obra não qualificada, mas aí começa a ter um processo maior de exclusão desse povo que vem, porque que as gusarias não vão absolver todo mundo. (Informação verbal).

Desse modo, após a conclusão das obras os inúmeros empregos que surgiram nos períodos de construção diminuem drasticamente, deixando uma quantidade elevada de “novos açailandenses” desempregados ou subempregados, enquanto aguardam o momento de se tornarem parte do desenvolvimento da cidade.

4.2. “QUANTO VALEM OS DIREITOS HUMANOS?”

“Por gentileza, aguarde um momento. Sem carteirinha, não tem atendimento – Carteira de trabalho assinada, sim senhor. Olha o tumulto: façam fila por favor. Todos com a documentação. Quem não tem senha, não tem lugar marcado. Eu sinto muito, mas já passa do horário. Entendo seu problema mas não posso resolver: é contra o regulamento, está bem aqui, pode ver. Ordens são ordens.”
(Metrópole – Legião Urbana)

O avanço do grande capital desencadeou uma série de violação dos direitos humanos no município e de Açailândia e, embora os problemas sejam muitos – concentração de renda, concentração fundiária, déficit habitacional, violência, poluição e trabalho escravo - por toda a cidade, esses processos são mais intensos na comunidade de Piquiá de Baixo, onde reside as condições de vida mais insalubres do município²⁷.

O direito à saúde, a um meio ambiente saudável, e à moradia, são direitos assegurados na Constituição Federal, bem como em pactos e tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Ainda assim, com os marcos legais pautando esses direitos, a comunidade de Piquiá – bem como outras localidades do município de Açailândia – têm sofrido diversos tipos de violação. Nas palavras de Solange Silveira, Secretária de Saúde Municipal

O Piquiá, [...] lá é um lugar muito poluído. [...] Reabri o posto de lá com urgência, por conta das pessoas que estão com problemas de saúde, principalmente respiratório. Lá eles têm esse pó de ferro, de poeira. [...] e tem a questão do carvão. [...] A responsabilidade é das empresas. [...] Aquele polo tem contaminação do ar, em água, de terra, ele não tem só um tipo de contaminação. Ele tá poluído no geral. Tem uma equipe de saúde agora, temos agentes de saúde trabalhando lá. [...] A gente espera realmente que a justiça obrigue mesmo as empresas a está cuidando da questão social delas, porque elas têm que fazer um investimento naquela região, no social. Porque nós da saúde não aguentamos fazer só o paliativo, tentar ajudar a sobreviver, e ele continuar a viver no lugar contaminado. Estamos ajudando que ele viva melhor, mas ele precisa sair de lá. (informação verbal).

De todos os direitos violados a questão da saúde está entre as mais grave, principalmente quando entendida conforme o conceito definido na Conferência de

²⁷ Há no município de Açailândia um grupo de moradores no lixão da cidade, que a meu ver é o cúmulo da degradação humana e, desse modo, a condição mais insalubre de habitação da cidade. São aproximadamente 12 casebres de catadores que passam praticamente a semana inteira no local. Na maioria das vezes, apenas os arrimos de famílias ficam na área, mas em períodos de férias ou feriados prolongados, alguns levam toda a família para o lixão.

Alma-Ata²⁸, como “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”. A Conferência de Alma Ata também considerou que a saúde é “um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde”²⁹.

Ainda na esfera internacional, há também a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem e o Protocolo de São Salvador, ambos ratificados pelo Brasil, que pautam a questão do direito à saúde. No Brasil, como já colocado no capítulo anterior, o principal dispositivo que dispõe acerca do direito à saúde é a Constituição Federal. Considerando a saúde como um direito social inalienável – conforme a Constituição Federal – e recorrendo ao conceito de saúde definido em Alma-ATA, fica evidente que a comunidade de Piquiá de Baixo tem sofrido uma extrema violação desse direito. Nesse sentido, conforme coloca Johnathas de Oliveira,

se você for pensar que [saúde] é o completo bem estar físico, mental e social, aí é um conceito bastante amplo e que obviamente vai muito mais além do que é atenção à saúde. [...] **O principal obstáculo a colocação em prática desse conceito, que é amplo, de saúde, é o próprio modelo de desenvolvimento que vivemos no nosso país. Como é que você vai visualizar saúde em um país com tão má distribuição de renda, com tantos desempregados, com tanta concentração de terra?** Esses problemas todos estruturais, que inclusive o ministério da saúde reconhece isso, através dos documentos oficiais do próprio ministério, [...] a própria política de promoção nacional de saúde reconhece que esses problemas estruturais, problemas sistêmicos, são os principais problemas para a colocação em prática do direito à saúde no Brasil. (Informação Verbal) (grifo meu)

A exemplo do que coloca Johnathas de Oliveira, os documentos aqui citados associam a questão do direito à saúde diretamente a uma relação íntima com outros direitos básicos como saneamento, moradia adequada, meio ambiente saudável, entre outros. Nessa perspectiva, se agrava ainda mais a situação da comunidade.

²⁸ Atual Cazaquistão. A época da Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários de Saúde, da qual resultou a Declaração de Alma-ATA, era território da então URSS.

²⁹ Conforme consta na Declaração de Alma Ata, de 06 de setembro de 1978.

No tocante ao direito a um meio ambiente saudável, por exemplo, principalmente desde a implantação das siderúrgicas, a comunidade tem sido afetada pela poluição que é, literalmente, visível a olho nu. Exemplo dessa poluição explícita e que não permite aos moradores um ambiente saudável, nem tão pouco moradia adequada por conta das condições existentes, são a chamada Rua da Fumaça e a questão da fuligem (pó de ferro) que, também cobre as casas, móveis e plantações. A “Rua da Fumaça” recebe essa denominação em virtude da nuvem de fumaça que existe no logradouro dia e noite, conforme é possível observar na foto 1.

FOTO 1 – Rua da Fumaça



Fonte: Acervo Justiça nos Trilhos

O pó de ferro lançado pelas chaminés das fábricas é um outro aspecto da poluição. Algumas casas são forradas por lonas; os móveis e utensílios nas casas que visitei estavam em sua maioria cobertos, na perspectiva de tentar diminuir a quantidade de fuligem que é lançada diariamente sobre as residências. Como relataram D. Maria e seu Edvar

O maior problema é que nós estamos aqui cercados de poluição, de pó de minério de ferro, de tudo enquanto é lado. Tem aqui um grande trânsito 24 h por dia, caçamba, que roda aqui dia e noite, soltando poeira nas casas da gente, que ninguém não pode limpar a casa mais, limpa hoje e amanhã tá pior. [...] Acho que aqui você pode ter uma visão. Quer

ver? Isso aqui é uma mesa, mesmo passando o pano, olha... vem no vento. (Informação verbal)

FOTO 2 - Seu Edvard, Mostando o Pó de Ferro Depositado sobre os Móveis



Foto: Desni Lopes

A alta incidência de fuligem nas residências foi constatada pela equipe da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, responsável por elaborar o Parecer Técnico Sobre a Saúde de Piquiá (2010), de acordo com o exposto no relatório da equipe, aqui reproduzido.

Perguntado aos moradores a origem daquele material, respondiam: “é a fuligem da indústria” e apontavam para as chaminés que expeliam fumaça de cor negro-acizentada. Numa das casas visitadas, forrada de lona, igual a outras vistas no povoado, perguntamos ao entrevistado.

- Por que algumas casas são forradas com esse material?
- “Para diminuir a quantidade de fuligem que é abundante”.
- Forrada dessa maneira, evita o depósito da fuligem?
- “Apenas diminui”
- Como assim? Você pode explicar melhor?
- “Quer ver”?

E ofereceu uma colher e um vasilhame a um membro da nossa equipe (ARS) que subiu numa escada até o forro e de lá recolheu um farto material de cor negra, formado por grãos maiores misturados com pó, o mesmo encontrado no piso e nos móveis das casas anteriormente visitadas.

A inexistência de um ambiente saudável no Piquiá não se limita apenas a questão da fumaça, ou da fuligem de ferro que invade as casas. Um outro aspecto em relação ao meio ambiente é a poluição das águas, fato comprovado pelo relatório sobre os impactos ambientais na comunidade, realizado pela

engenheira ambiental Mariana de La Fuente Gómez. Em entrevista à publicação Caros Amigos (MERLINO,2012), Mariana Gómez afirma que a água da comunidade está em “péssimas condições, como uma água industrial. Não é um ecossistema natural, ele está totalmente degradado”. Ainda de acordo com a engenheira, na mesma publicação, na análise da água foram encontradas “três espécies de insetos que eu só tinha conhecido pelos livros. Eles têm alta resistência à poluição. É um tipo de minhoca que só vive ali quando tem altos índices de metal, quando a quantidade de oxigênio é baixa, quando as temperaturas são muito altas”. Apesar da constatação de que há uma efetiva poluição das águas, é essa mesma água que é utilizada pela população para lavar roupas e tomar banho.

Outra situação, que também está relacionada à negação ao direito ao meio ambiente saudável, se refere ao despejo de resíduos de minérios e de munha³⁰ ao lado do bairro. Embora o risco de acidentes seja alto na área de depósito dos resíduos de minério, as guseiras não tomam medidas eficazes para a contenção desses resíduos e a prevenção de acidentes. Pelo contrário, há uma exposição desses resíduos, que são “isolados” por uma barreira de pedras e cascalhos, além de placas de sinalização alertando para o risco de morte, como é possível observar nas fotos 3 e 4.

O “isolamento” desses resíduos é totalmente ineficaz, visto sofrerem uma dispersão causada pelo vento por serem extremamente finos, e se misturarem ao solo do terreno, área de trabalho para alguns – que produzem carvão nas chamadas caeiras -, de “soltar” animal, e de brincadeira das crianças, que estão entre a rodovia e a área de despejo dos detritos. Com o aquecimento do solo, pela contaminação dos resíduos, ocorrem acidentes com queimaduras, sendo que não é necessário chegar ao depósito de resíduos para que se torne vítima de acidentes, em decorrência do acúmulo destes.

³⁰ Resíduo do carvão.

FOTO 3 – “Isolamento” dos Resíduos de Minério



Foto: Desni Lopes

FOTO 4 -Aviso de Perigo nas Áreas de Depósito de Resíduo de Minérios



Foto: Marcelo Cruz

No tocante a munha, a situação é ainda mais grave, pois o despejo da mesma é feita ao lado do quintal da comunidade, ficando ainda mais próximo do

que o amontoado de resíduos minerais. Esta área é de deslocamento da comunidade, conforme imagem a seguir (foto 5).

FOTO 5 - População Exposta à Munha



Foto: Acervo Justiça nos Trilhos

Tal exposição sofrida pela comunidade já causou diversos acidentes, principalmente com crianças, chegando mesmo a ocorrência de óbito. Os acidentes ocorridos vão desde queimaduras pequenas a queimaduras extensas e profundas (Anexo 2).

Considero que existe uma omissão do Estado, posto que de acordo com o Relatório *Brasil, Quanto Valem os Direitos Humanos*, conforme a Observação Geral nº 14, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,

O direito a saúde inclui uma obrigação, por parte do Estado, da necessidade de prevenir e reduzir a exposição da população a substâncias nocivas tais como radiações e substâncias químicas nocivas ou outros fatores ambientais prejudiciais que afetam diretamente ou indiretamente a saúde dos seres humanos. (FIDH, 2010:41, grifo meu)

É possível afirmar que Piquiá de Baixo está sofrendo a violação do seu direito a saúde. Segundo parecer médico realizado pela equipe da UFMA (2010)

A pobreza e a desigualdade, a situação das ruas, as precárias condições de moradias, a falta de saneamento básico e de condições de atenção à saúde, descritas nos relatórios, contrastam com a situação de empresas cujo poderio econômico e político as tornam surdas aos reclamos das populações afetadas em seu patrimônio ambiental, dilapidados aos poucos, até de maneira irreversível, o que configura uma nítida violação aos direitos do ser humano à saúde, à justiça, ao trabalho, à vida digna e ao ambiente saudável. [...] O exame clínico dos pacientes corrobora o que se encontrou no relato dos entrevistados em relação a sua saúde. Manifestações ligadas ao aparelho respiratório (tosse, falta de ar e chiado no peito) foram queixas encontradas em todas as faixas etárias, inclusive com boa intensidade em menores de 9 anos de idade. Dores de cabeça é um sintoma muito encontrado na população geral e também em crianças de tenra idade, segmento não comumente afetado por estas manifestações. Manifestações de que alguma coisa irrita a pele e as vias aéreas superiores e os olhos foi constatado na maioria dos examinados.

Diante de tais questões, e da impossibilidade de contar com os órgãos responsáveis, para viabilizar a possibilidade de sair da situação degradante em que vivem, restou-lhes a luta.

4.3. AS SEMENTE ESQUECIDAS NO JARDIM: luta e resistência

*Já murcharam tua festa, pá/ Mas certamente/Esqueceram uma
semente/n'algum canto de jardim.
(Tanto Mar - Chico Buarque)*

Desde a implantação das siderúrgicas no Piquiá, os moradores viram a riqueza que era produzida no quintal de suas casas escoarem pelos trilhos do “desenvolvimento”, enquanto a eles restava o pó de ferro que enegrece suas casas e plantas.

Sem condições de permanecerem cobertos de fuligem todos os dias, precisavam fazer algo. Mas a questão era: O QUE FAZER? Protestar sozinhos contra o desenvolvimento da cidade? Se levantar contra o progresso? Essa seria uma luta de “Davi e Golias”, assim como o são todas as lutas que se levantam contra o grande capital, independente de sua forma: seja o latifúndio, a indústria, ou os grande bancos. Mas, apesar disso, a luta começou. Assim, relata seu Edvar

Eu cismeique tinha que me organizar e acionar as pessoas, os moradores, pra eu poder dá o primeiro passo, que foi legitimar a associação que existia há mais de 18 anos que foi criada, mas não saiu do papel. [...] Isso foi em 2005. Aí eu vim com aquela atitude de enfrentar e enfrentei. Chamei o povo, fiz o levantamento, o povo duvidando, que aquilo nunca ia pra frente, não tinha pra onde ir, que eu tava fazendo aquelas vez [sic] pra fazer o povo largar isso aqui pra empresa. Diziam isso pra mim. (Informação verbal).

Após aproximadamente dois anos (porque não dizer solitários) na luta, seu Edvar encontrou apoio e orientação junto às entidades sociais que, ainda hoje, apoiam a causa da comunidade. A primeira aproximação foi com o missionário Comboniano Pe. Dário, pároco da Igreja São João Batista. Sob sua orientação, seu Edvard buscou o apoio do CDVDH, onde foi acolhido e sua causa reconhecida e apoiada. Conforme seu próprio relato

Caminhei dois anos sozinho, não desanimando; nunca chegou o momento de eu ficar desanimado. Daria meu sangue por esse trabalho. Tinha aquela fé e pronto, ninguém tirava de mim. Aí, em 2007 eu procurei o CDVDH de Açailândia onde eles assinaram um compromisso comigo e os padres da Paróquia São João Batista. Um certo dia escutei o Pe. Dário falando no rádio, primeiro. Foi assim. Escutei ele falando no rádio, pessoas que eles ajudavam a sair desse sofrimento, que eles tinham conhecimento jurídico sobre isso aí. No outro dia eu procurei o Pe. Dário. Aí ele mandou que eu conversasse com o representante do

CDVDH, o Filho, ele me acolheu. Os padres estavam viajando naquele momento, mas aguardou ele chegar, começamos a fazer as reuniões. E a reunião era lá e aqui mesmo, fui trabalhando, e aquela esperança nunca se afastava de mim, e eu fui continuando. Aqui o pessoal falava pra mim que era coisa de política, que eu tava sendo encaminhado por algum político, para adquirir votos, e até despejar eles daqui [...] Mas nada disso. (Informação verbal)

No processo de mobilização da comunidade, um fator de suma importância foi a solidariedade e a colaboração de diversos sujeitos sociais, do campo e da cidade, que se uniram para denunciar e apoiar a luta dos moradores de Piquiá de Baixo. É possível identificar 06 principais entidades/movimentos que apoiaram a mobilização da Associação de Moradores:

- O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH de Açailândia. A entidade nasceu em 1996, a partir da união de pessoas ligadas aos movimentos sociais e à Igreja católica, mais precisamente à comunidade camponiana que residia no município a época. O CDVDH surgiu com o objetivo de ser um espaço de luta em prol da defesa dos direitos humanos. Conforme o seu estatuto, no artigo terceiro, “O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia tem como objetivo geral a defesa da vida, onde mais for ameaçada, e dos direitos humanos, onde menos forem reconhecidos, com atenção privilegiada aos mais pobres, explorados e oprimidos”

Ao longo dos anos, o CDVDH tem assumido a luta contra o trabalho escravo, trabalho pelo qual tem se destacado. Antônio Filho, membro fundador do centro e um de seus mais atuantes militantes, em dezembro de 2011 foi um dos 21 homenageados na 17ª. edição do prêmio Nacional de Direitos Humanos³¹, por sua atuação na luta contra o trabalho escravo, razão pela qual figura hoje na lista de ameaçados de morte da região.

- A Rede Justiça nos Trilhos – JnT, é um sujeito social importante na luta da comunidade do Piquiá de Baixo. Surgida em 2007, também com a participação ativa e efetiva da comunidade camponina de Açailândia, agrega diversas entidades sociais, pesquisadores e segmentos populares da igreja. Nas palavras de Pe. Dário, a JnT é “uma rede de entidades, movimentos,

³¹ O prêmio tem o objetivo de homenagear pessoas e instituições que se destacaram na defesa, na promoção e no combate às violações dos direitos humanos no país.

comunidades atingidas e pesquisadores universitários que monitora os impactos provocados pela Vale e o Programa Grande Carajás no Pará e no Maranhão”. (Informação verbal).

A partir da consolidação e ampliação da rede ao longo dos anos, surgiu o Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale. A articulação internacional da rede tem sido de suma importância na denúncia das ações da Vale e do modelo de desenvolvimento adotado nas áreas de atuação da empresa. Como estratégia, a rede se utiliza de denúncias midiáticas, denúncias no âmbito jurídico, produção de relatórios sobre os impactos da atuação da Vale e encontros internacionais que buscam dar visibilidade para a realidade das comunidades atingidas.

- **A Paróquia São João Batista**, casa Combonina de Açailândia, tem um papel de destaque nas lutas sociais do município. A área de atuação da paróquia é a periferia e a zona rural, regiões onde se encontram a comunidade de Piquiá de Baixo, assim como o Assentamento Califórnia e a região do P.A. Novo Oriente. Trabalhando em convergência com os demais movimentos sociais da cidade – entidades locais e nacionais, sindicatos, grupos de jovens, etc. – a paróquia é um dos principais sujeitos na luta do Piquiá e do município. Atualmente a paróquia está sob a gestão dos padres Dário Bossi, Antônio Soffienten e frei Ângelo.

- **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST** é um dos movimentos sociais mais atuantes na região. Desde 1985 o Movimento atua no estado e, seguindo a linha de atuação nacional, embora seja um movimento de luta pela reforma agrária, historicamente se solidariza e participa das lutas sociais onde se façam necessárias. Campo/cidade, homens/mulheres, camponeses e operários vistos como totalidade compõem o cenário das lutas de classes na região. A participação do MST, em suas áreas de atuação não se limita às questões camponesas. Em Açailândia é um dos parceiros na luta pela remoção da comunidade de Piquiá de Baixo.

- **O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia – STTR** – se destaca pela atuação e mobilização frente aos conflitos agrários da região. Atualmente presidido por Francisco de Souza, o “Tico”, tem importante

papel na mobilização do campesinato da região. O sindicato se constitui um importante instrumento de mobilização e luta. Cabe destacar a articulação existente entre o sindicato e o MST, o que fortalece a luta pela terra no município. Devido a sua atuação no sindicato, o “Tico” tem sido alvo de ameaças de morte, posto que, segundo suas próprias palavras,

o latifúndio aqui, ele é muito poderoso. Então eles são impiedosos, não perdoam. Então se a gente não tomar o cuidado devido, a gente é que acaba perdendo a vida. [...] A pessoa da Luziane e a minha pessoa, a gente sofre ameaças o tempo todo, tanto que a gente tem que tomar vários cuidados: não pode andar muito a noite; para ir pro assentamento tem que ter os horários de andar, não pode tá andando qualquer horário, não pode tá andando sozinho, tem que tá acompanhado. Eu por exemplo [...] em 2007 eu fui incluído no programa de proteção à vida do governo do estado. Infelizmente, não fui atendido, mas a gente pediu porque de fato a gente tava sendo perseguido. Mas independente disso a luta vai continuar. A gente não vai se encolher porque o latifúndio não quer ver a gente avançar na luta. (Informação verbal)

- O **Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia**, que congrega os trabalhadores das diversas siderúrgicas tem, segundo seu presidente Jarlis Adelino, se destacado no cenário político açailandense principalmente depois da greve de 2011, onde estes lutavam pela melhoria de salários e outras melhorias. A atuação do sindicato atualmente, além das lutas da categoria, passa pelo apoio às lutas das demais entidades/associações que têm buscado o apoio do mesmo.

Além das entidades citadas, há ainda diversos movimentos e entidades que colaboram com a organização e mobilização das lutas sociais de Açailândia. Grupos de jovens, associações de bairros, o grupo de teatro “Rompendo Cercas”, do Assentamento Nova Conquista, clube de mães, são instrumentos da luta social no município.

Essa convergência de forças sociais na mobilização e luta em apoio à comunidade do Piquiá de Baixo tem ganhado destaque internacional através de uma rede de relações, construídas através das diversas entidades que compõem a JnT. A luta da comunidade hoje é reconhecida internacionalmente. Para tanto, foi de grande importância a realização do relatório “*Brasil, Quanto valem os*

direitos humanos?”, realizado conjuntamente pela Justiça nos Trilhos, Justiça Global e a Federação Internacional dos Direitos Humanos – FIDH.

A partir das denúncias e pressões da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, e com o apoio das entidades, foi possível uma mobilização efetiva, inclusive no âmbito jurídico, de buscar meios de resolver a situação da população. Atualmente, como relata seu Edvar

Criei meu trabalho, fiz parceria com a igreja, com o Centro de defesa e hoje estamos conhecidos no mundo inteiro por causa deles. A FIDH tem marcado presença, tem sido muito útil para que esses poderosos já tão tomando conhecimento que nós não estamos sozinhos. É isso que está fazendo, no meu entender, as coisas caminharem. (Informação verbal)

Diante desta articulação dos movimentos sociais, ganhou visibilidade política não apenas o Pequiá, mas as denúncias que vem sendo feitas sobre as consequências de um modelo de desenvolvimento predatório para o município.

4.4. UMA VELHA HISTÓRIA, UM NOVO LUGAR: A LUTA PELA REMOÇÃO.

*"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".
(Utopia - Eduardo Galeano)*

Novamente, a retirante sina graciliana que trouxe os primeiros moradores para o Piquiá de Baixo parece lhes acompanhar. Muitos dos primeiros moradores que se estabeleceram na comunidade vieram fugindo do avanço do capital - configurado no latifúndio – buscando uma vida melhor, como disse seu Edvard. Hoje, embora a comunidade anteceda à instalação das guseiras, a única possibilidade de assegurar a qualidade de vida e um espaço autônomo de vivência dessa comunidade é a remoção da área atual. Mais uma vez, o grande capital – reconfigurado nas indústrias – expropriam os moradores de seu lugar.

Em virtude da pressão exercida pela mobilização da Associação de Moradores, juntamente com as entidades que lhe apoiam e ainda a visibilidade que ganhou, o Ministério Público e a Defensoria do Estado iniciaram uma negociação para discutir e viabilizar o reassentamento das famílias.

No processo de negociação fazem parte: a Associação de Moradores e as entidades que lhes apoiam, as indústrias de ferro-gusa - representadas pelo Sindicato das Empresas de Ferro-gusa do Estado do Maranhão – SIFEMA, a Vale, a prefeitura de Açailândia e o governo do estado.

A luta pelo remanejamento da comunidade tem sido árdua. Já são aproximadamente sete anos de mobilizações, de denúncias, de espera. Após muitos esforços combinados o remanejamento começa a tomar forma. Já tem lugar.

Trata-se de uma área de aproximadamente 370 ha, que atende aos termos da diretriz de remanejamento da comunidade de Piquiá de Baixo, que foi indicada pelas entidades e desapropriada para fim social. O valor de R\$ 450.000,00, avaliado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MA, foi pago em juízo pelas guseiras como parte do ressarcimento dessas empresas à comunidade, pelos malefícios causados pela sua atuação, que estão

ocasionando a remoção daquela população. No entanto, um casal que se dizia proprietário do terreno, entrou com um pedido de liminar, conseguindo suspender a desapropriação da área, alegando possuírem no local 50 cabeças de gado, o que, segundo eles, tornaria a terra produtiva. O mesmo casal alegava que o valor da terra era de R\$1.500.000,00. Só em abril de 2012, finalmente foi resolvida a questão. A comunidade do Piquiá de Baixo ganhou a posse da terra.

No entanto, a posse da terra é apenas uma das questões. Agora começam novos desafios. O principal deles é: quem vai arcar com os custos do financiamento do novo bairro? De acordo com Iran Santos, secretário de infraestrutura do município, a luta pela remoção da comunidade

É uma questão justa, porque ali a poluição é muito grande. [...] Eles reivindicaram, diante do governo do estado, Ministério Público, Procuradoria do Estado, até que conseguiram. **A parte que toca ao município a gente tá cumprindo, que foi a desapropriação da área; foi feito a limpeza da área agora; então a nossa parte nós estamos fazendo porque o compromisso é o município arrumar o local, limpar o local** e o governo do estado vai construir as casas para fazer a transposição deles. Com certeza absoluta eles têm razão, mais do que razão, de reivindicar isso aí porque a situação deles lá é triste, cruel demais aquela região. (Informação verbal). (grifo meu).

Essas ações seriam a contribuição da prefeitura no processo de remanejamento da comunidade. Quanto às guseiras, essas alegam já ter pagado o valor correspondente à indenização do proprietário do terreno. Com isso, compreendem que contribuíram com sua parte, pela qual não se julgam responsáveis. A questão da responsabilidade pela situação do Piquiá é, de fato, um elemento sobre o qual nenhum dos atores envolvidos assume “sua parte” no processo.

Para seu Edvar, “todos têm culpa nesse processo. O estado porque deu a licença para as guseiras, a prefeitura porque não fiscaliza, mas o principal responsável é a Vale que foi quem trouxe toda essa poluição pra cá” (informação verbal).

Quanto à responsabilidade da prefeitura, Antônio Galvão, secretário de Meio Ambiente, destaca que

Eu não posso fazer nada com os guseiros, e com a Vale. Quem licencia a Vale é o IBAMA, porque são dois estados – Maranhão e Pará. Então, não é competência do município e nem do estado. E os guseiros? Os guseiros quem licencia é o estado. O quê que eu dou? Eu dou uma certidão de uso e ocupação de solo, dizendo que aquilo que está sendo montado está de acordo com o plano diretor da cidade. Ou seja, que eles estão construindo numa área industrial. (Informação verbal)

Mas, quando a questão é a atuação da Vale, sendo conhecedor da empresa, visto que trabalhou nela por 32 anos, o secretário entende que a Vale poderia, se fosse de seu interesse, buscar meios de evitar ou ao menos diminuir os impactos das guseiras no local. Segundo suas palavras

A Vale visa o lado dela. Ela não visa muito o lado das pessoas não. [...] Por exemplo, o Piquiá. Para que ela desse uma solução ali foi anos e anos. Ali era pior do que hoje. Hoje é ruim, mas era muito pior. Porque ela não faz uma aspersão daquele minério, como ela tem em Vitória do Espírito Santo, que não sobe nenhuma poeira, nada, para não incomodar aquele povo ali? Isso não custa nada para ela. (Informação verbal, grifo meu).

Diferentemente da opinião da comunidade, a Vale não se considera responsável pela condição de vida degradante dos moradores. Conforme foi declarado por sua assessoria, a publicação Caros Amigos (MERLINO, 2012:28), a empresa

Vem colaborando com o poder público local, e com a comunidade na discussão de alternativas para contribuir com a melhoria das condições de vida da comunidade [e que] colocou-se à disposição para elaborar um projeto de construção do novo bairro.

O projeto urbanístico que a Vale se dispôs a fazer custa em média R\$ 450.000,00 , e atenderia às especificações do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, que é destinado a pessoas que não possuem imóvel, o que não é a situação dos moradores de Piquiá de Baixo.

Como colocado, a questão da posse da terra é apenas uma das muitas lutas empreendidas pela comunidade do Piquiá de Baixo. Como relata Antônio Filho, em sua entrevista, “a situação não tá resolvida. Ainda há muito que lutar”.(informação verbal).

De acordo com Pe. Dário Bossi³², o reassentamento é importante

não só como oportunidade de fuga da poluição, mas como processo de autodeterminação dos moradores, de protagonismo e resgate de seus sonhos, ao poderem projetar um novo bairro como espaço de convivência e ressurreição da comunidade. Não se trata só de cada um obter uma nova casa longe da fumaça, mas de reconstruir e enriquecer relações de vizinhança num novo patamar, onde a vida não é mais 'depende, aguenta e adapta-se', mas sim organizar com protagonismo um espaço de convivência, geração de renda e de futuro.

Diante da situação, a luta continua. Os relatos mostram que os moradores reconhecem que a jornada é árdua, mas continuam acalentando o mesmo sonho de uma vida melhor, que um dia os trouxe ao Piquiá. Desse modo, seguem na luta diária de se fazerem ouvir, denunciando um modelo de desenvolvimento que concentra os lucros e socializa os prejuízos.

³² Comunicação pessoal de Dário Bossi, em 30 de setembro de 2012, recebida por correio eletrônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto: Acervo Justiça nos Trilhos

“Brasil, mostra a tua cara, quero ver quem paga, pra gente ficar assim/ Brasil, qual o teu negócio, o nome do teu sócio?”

(Brasil – Cazuza)

O estudo teve como objetivo problematizar a ideia de desenvolvimento e de progresso. Nesse percurso pude perceber que a Amazônia maranhense destaca-se como um espaço de realocamento do capital, que busca dar forma a esse processo de acumulação primitiva em pleno século XXI. Diante desse quadro, percebi o lugar periférico ocupado pelo Maranhão na economia mundial, como fornecedor de matérias-primas e corredor de exportação. O estado configura-se hoje como um grande palco onde o discurso do desenvolvimento desvenda inúmeros empreendimentos, projetos que “trarão o progresso” que colocará o Maranhão em um “Novo Tempo” de oportunidades e crescimento.

No entanto, a miragem do desenvolvimento se desvanece quando se analisa os índices sociais do estado, que retratam um Maranhão miserável, que apesar de toda uma riqueza de diversidade natural e de investimentos econômicos de grupos privados e das agências de desenvolvimento, figura como o estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas em extrema pobreza no país, ocupando lugar de destaque nacional quando a questão é o trabalho escravo moderno ou o alto índice de mortalidade infantil.

Nesse cenário, Açailândia, a terceira economia do estado, destaca-se com cores fortes em meio às promessas de desenvolvimento que embalam a cidade desde a sua gênese. Dos barracos cobertos por palhas de açaiçais aos condomínios que se erguem na cidade e que figuram nos *outdoors* espalhados pela região, passaram-se pouco mais de 50 anos, nos quais desenvolvimento foi a palavra-chave para inúmeros migrantes que foram para lá, na esperança de se inserirem no progresso que iria juntamente com os grandes empreendimentos para a região. No entanto, no enalço dos grandes projetos que prometiam o desenvolvimento do município o que vigorou foi um intenso processo de exploração econômica e natural. No lugar da floresta amazônica nativa surgiram vastas pastagens, que servem ao maior rebanho de gado de corte e segundo leiteiro do estado, ou então longas plantações de eucalipto, que as empresas guseiras definem como reflorestamento.

As vastas terras antes ocupadas apenas por indígenas e extrativistas, que atraíram tantos camponeses para região desde as primeiras décadas do século

passado, hoje encontram-se cada vez mais concentradas nas mãos de latifundiários, o que faz com que haja tantos conflitos agrários na região.

A miragem desenvolvimentista que se criou em Açailândia atraiu ao longo das décadas, milhares de retirantes – metafórica e literalmente falando – que buscaram se fixar no município na expectativa do tão aguardado e propalado desenvolvimento. O resultado tem sido uma cidade que cresce desordenadamente, aumentando os bolsões de pobreza existentes no campo e na cidade, colocando uma enorme quantidade de açailandenses em condição de vulnerabilidade social, criando, desse modo, ambiente propício para conflitos e problemas de ordem social como violência, prostituição infanto-juvenil, ocupações urbanas e rurais e o trabalho escravo.

O trabalho escravo, chaga e vergonha do nosso século, tem colocado Açailândia em destaque nacional, como um dos principais pontos de aliciamento de trabalhadores. Além de ser “ponto de exportação” de mão de obra escrava, o município também se destaca quanto à incidência em seu território. Cabe destacar que a incidência do trabalho escravo está, via de regra, associada aos grandes empreendimentos.

Dentre os inúmeros problemas sociais existentes no município de Açailândia, hoje destaca-se a situação da comunidade de Piquiá de Baixo. Tendo sido um dos primeiros bairros formados no município, ainda nos anos 1970, a comunidade foi circundada nos anos 1980 pelas indústrias guseiras que chegaram ao município, nos trilhos da EFC. Ao longo dos últimos trinta anos, a comunidade viu o seu espaço de moradia ser transmutado em um espaço fabril, onde suas casas se tornaram o rol das fábricas (ou seriam as fábricas seus quintais?), onde o pó de ferro invadiu suas vidas, matando suas plantações, seus animais, transformando a vida em sobrevida, onde se “aguenta, porque não tem pra onde ir”, mas se vive doente, “pra morrer”.

Piquiá de Baixo é o exemplo concreto dos resultados da opção de desenvolvimento do estado para o Maranhão, e a prova cabal de que o comprometimento do Estado não tem sido com as comunidades, com as pessoas

que deveriam ser resguardadas e protegidas pelo poder constituído democraticamente, mas com os interesses das classes hegemônicas que possuem o poder econômico e político e que, por isso, determinam os caminhos do desenvolvimento.

Diante da falta de atuação do Estado em seu favor, a saída da comunidade foi se mobilizar e lutar pelo seu direito assegurado de moradia digna e saúde. Esta luta só tem sido possível graças à convergência de movimentos sociais e entidades que, ao se solidarizarem e assumirem a luta do Piquiá de Baixo, denunciam as mazelas sociais advindas desse modelo de desenvolvimento que privilegia os ganhos econômicos. Tem sido uma verdadeira luta de “Davi e Golias”; mas a justiça e a necessidade dessa luta já ganharam reconhecimento, inclusive internacionalmente. E o reassentamento já começou a ganhar forma, com a entrega da área e que aguarda agora a viabilização do projeto do novo bairro e construção das moradias.

A questão do Piquiá de Baixo é uma entre tantas outras que se desenrolam no cotidiano de Açailândia. Pode-se dizer que a questão do Piquiá não configura efetivamente um enfrentamento ao capital, posto que o que norteia sua luta não é uma consciência de classe em si e para si, como tematizado por Marx, que compreenda efetivamente um projeto de classe, que busque iniciar um processo de revolução. É uma luta muito pontual, que tem o intento de resolver uma questão extrema, porque não dizer de vida ou de morte, diante da situação insalubre em que a comunidade vive. Mas, embora pontual, a luta pelo remanejamento da comunidade pautou uma série de questões que chamaram a atenção do conjunto da sociedade para as consequências do modelo de desenvolvimento que tem sido adotado pelo Estado para a região e para o país, como um todo.

Quanto às minhas inquietações iniciais, que nortearam este trabalho, concluo que não é possível falar em desenvolvimento em Açailândia, no sentido compreendido por Singer (2004). O que ocorre no município é um processo de exploração e expansão capitalista, que tem como resultado uma profunda

concentração de renda, que se reflete em um processo de exclusão social da maioria da população.

O desenvolvimento que fez de Piquiá de Baixo um exemplo concreto do comprometimento do Estado com o grande capital, é o mesmo que transforma Açaíândia em um território de intensas contradições. É o mesmo desenvolvimento que está construindo Belo Monte e tentando exterminar os Guarani Kaiowá em suas terras. Essa tem sido a opção do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Lúcio Rodrigues de. De Volta à Ilha de Tranquilidade em Meio a Um Oceano Revolto? Limites da democracia liberal brasileira. In **Lutas Sociais**. São Paulo, Nº 23. 2º semestre, 2009.

_____. **A Ilusão de Desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

_____. Entre o Local e o Global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In **Desafios da Globalização**. DOWBOR, Landislau (org). Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 175-186.

_____. **Já se Passaram 10 Anos (apontamentos sobre um percurso intelectual)**. Tese de Livre docência. Faculdade de Ciências Sociais - PUC, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso do EZLN)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

ALMEIDA, Jorge. **Estado, Hegemonia, Luta de Classes e os Dez Meses do Governo Lula**, in Crítica Social, nº 3, dezembro 2003.

ALMEIDA, Desni Lopes. **O Campo e a Política: a participação do campesinato na política maranhense**. Monografia (Graduação) Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra** (Uma análise da colonização Pré-Amazônia maranhense). São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA. 1987.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e Violência em terras do Carajás**. Editora Ética: Imperatriz, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PIQUIÁ. Et all. **Diretrizes de Remanejamento de Piquiá**. Açailândia, 2010.

AZAR, Zaira Sabry. **A Organização da Produção da Vila Diamante na Luta pela Terra no Maranhão**. Dissertação (Mestrado) –. São Luís. 2005.

_____. **Relação de Trabalho e Resistência Camponesa no Assentamento Califórnia no Desenvolvimento Dependente no Maranhão**. Texto preliminar de Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Políticas públicas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** São Luís – UEMA/2006.

_____. **As “Temporalidades” da Política no Maranhão.** Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf . Acesso: 27/09/2012

BIQUINI CAVADÃO. Até Quando Esperar. In **80 vol.2 – Ao vivo no Circo Voador.** Stéreo. 2010.

BOSSI, Dário. **Pobre Açailândia Rica: quem quiser que veja!** Mímeo. Açailândia, 2010.

_____. **Sua dissertação.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <seshatsimples@yahoo.com.br>. em: 30 set. 2012.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Vol. 1. Tradução VARRIALE, Carmem C. 11ª edição. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 06 de Janeiro de 1953.** Dispõe sobre o Plano de Valorização da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20/01/2012.

_____. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5173-27-outubro-1966-358978-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20/01/2012.

_____. **Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.** Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm . Acesso em 20/01/2012

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro de Empregadores.** Portaria interministerial nº 2. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A39E4F614013AAE2C19A96E35/Cadastro%2029.10.2012.pdf> . Acesso em 28/10/2012

_____. Tribunal Regional Federal Maranhão. (8ª Vara). Ação Civil Pública. Autores: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e Outros. Réus: Vale S/A e Outros. **Decisão Inicial do Processo 26295.47.2012.4.013700.** Juízo Federal, Seção Maranhão – 8ª Vara. Juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira. São Luís, 26/07/2012.

BUARQUE, Chico. Tanto Mar. In **Almanaque.** 1981. CD Remasterizado.

_____. Roda Viva. In **Chico Buarque de Holanda, Vol. 3.** 1967. CD Remasterizado.

CAMARANO, Ana Amélia. BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Distribuição Espacial da População Brasileira:** mudanças na segunda metade deste século. IPEA. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0766.pdf . Acesso em 28/08/2012

CARNEIRO, M. Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In.: SCHLESINGER, Sergio; NUNES, S. Presotto; CARNEIRO, M. Sampaio (Org.). **A Agricultura Familiar da Soja na Região Sul e o Monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo da soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

CARNEIRO, M. Sampaio. RAMALHO, José Ricardo. **A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia.** Disponível em: http://www.ecoa.org.br/arquivos/site_noticias_2108454320.pdf . Acesso em 27/06/2012.

CAZUZA. Brasil. In **Ideologia.** 1987. CD Remasterizado.

CDVDH – CARMEM BASCARÁM. **Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão.** Editora Ética: Imperatriz, 2011.

CONCEIÇÃO, Manoel da. **Chão de Minha Utopia.** In SOARES, P.E.F. e ANTUNES, W.B. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COSTA, Wagner Cabral. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”:** a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf> . Acesso em 28/07/2009.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011.** Goiânia, 2012.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2010.** Goiânia, 2011.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2009.** Goiânia, 2010.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2008.** Goiânia, 2009.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2007.** Goiânia, 2008.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2006.** Goiânia, 2007.

- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2005.** Goiânia, 2006.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2004.** Goiânia, 2005.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2003.** Goiânia, 2004.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2002.** Goiânia, 2003.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2001.** Goiânia, 2002.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2000.** Goiânia, 2001.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1999.** Goiânia, 2000.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1998.** Goiânia, 1999.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1997.** Goiânia, 1998.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1996.** Goiânia, 1997.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1995.** Goiânia, 1996.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1994.** Goiânia, 1995.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1993.** Goiânia, 1994.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1992.** Goiânia, 1993.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1991.** Goiânia, 1992.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1990.** Goiânia, 1991.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1989.** Goiânia, 1990.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1988.** Goiânia, 1989.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1986.** Goiânia, 1987.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 1985.** Goiânia, 1986.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A Relação Serviço Social e Questão Agrária Na Contemporaneidade:** Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2010.

DIAS, Edmundo Fernandes. (Org.) **O Outro Gramsci.** São Paulo: Editora Xamã, 1996.

EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A Cidade da Fumaça:** a constituição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia-MA. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2005.

FIDH. GLOBAL, Justiça. TRILHOS, Justiça nos. **Brasil Quanto Valem os Direitos Humanos?** Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia de Açailândia. Relatório. 104 p. Açailândia. 2010.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-imperialismo.** 2ª. edição. Rio de Janeiro: EPSIVE/Editora. UFRJ, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** 49ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2009.

GARCIA, Ana Saggioro. Empresas Transnacionais brasileiras: dupla frente. **Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina – um debate necessário.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

GUIMARÃES, Fernanda. Revogada liminar que suspendia obra em ferrovia da vale. **Estadão.** São Paulo, 14 set. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+geral,revogada-liminar-que-suspendia-obra-em-ferrovia-da-vale,126851,0.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

HARVEY, David. O “Novo Imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In **Lutas Sociais.** São Paulo, Nº 13/14 – 1º semestre. 2005a.

_____. **O Novo Imperialismo.** 2ª. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

_____. O “Novo Imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). In **Lutas Sociais.** São Paulo. Nº 15/15 – 2º semestre, 2005c.

HERVÉ, Téry. Et all. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil.** São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, 2012.

HOUTZAGER, Peter P. **Os Últimos Cidadãos – conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Editora Globo, 2004.

IANNI, Otávio. (Org). **Florestan Fernandes: sociologia militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IMESC. **Maranhão em Dados - 2005**. São Luís, 2007.

_____. **Indicadores de Conjuntura Economica do Maranhão**. V.1, nº 1 (jan/jun) São Luís, 2008.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão: série 2002 a 2007**. São Luís, 2009.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão – 2004 -2008**. Volume 6. São Luís, 2010.

JORNAL PEQUENO. **Maranhão tem Maior População em Extrema Pobreza**. São Luís, 11/05/2011. Caderno Estado. Disponível em <http://jornalpequeno.com.br/2011/05/11/maranhao-tem-maior-populacao-em-situacao-de-extrema-pobreza/>

LEAL, Aluizio Lins. **Amazônia: o aspecto político da questão mineral**. Dissertação (Mestrado). Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES. Belém-Pará, 1988.

_____. Política Fundiária. In BASCARÁN, Carmem. MOURA, Flávia. TEIXEIRA, Milton. (Org.) **II Conferência Inter-participativa sobre Trabalho Escravo e Superexploração em Fazendas e Carvoarias: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida**. Diversos autores. Açailândia, 2007.

LEGIÃO URBANA. MetrÓpole. In **Dois**. 1986. CD Remasterizado.

_____. Fábrica. In **Dois**. 1986. CD Remasterizado.

_____. Perfeição. In **Descobrimento do Brasil**. 1993. CD Remasterizado.

_____. Metal Contra as Nuvens. In **V**. 1991. CD Remasterizado.

LÊNIN. V.I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A TERRA ERA LIBERTA: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Mirim**. São Luís/MA. UFMA/Secretaria Educação MA, 1984.

MARANHÃO. Secretaria de Planejamento. **O Maranhão e a Nova Década - Planejamento (2010-2020): oportunidades e desafios**. São Luís, 2010.

_____. **Descentralização e Desenvolvimento:** implantação das regiões de desenvolvimento. IMESC. São Luís, 2008.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In **Rui Mauro Marini – vida e obra**. STÉDILE, João Pedro. TRASPADINI, Roberta. (Org.) 1ª. Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2005. p.137 a 180.

MARTINS, Carlos Eduardo. VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento:** reflexões para os 30 anos da teoria. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf. Acesso em 28/09/2012.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2ª. Edição. Editora Vozes:Petrópolis, 1981.

MARX, Karl. **O capital. Livro 1: O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O Manifesto Comunista**. 1999. Edição Ridendo Castigat Mores. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em 21/10/2011.

MERLINO, Tatiana. **Vale Duplica Ferrovia e Multiplica violações no Maranhão e Pará**. In Revista Caros Amigos, ano XV, nº 177/2011. p. 10-15

_____. **Os Invisíveis da Cadeia de Ferro**. In Revista Caros Amigos, ano XV, nº 178/2012. p. 26-30.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Dinâmica Recente, Impacto Social E Perspectivas Da Economia Do Estado Do Maranhão – 1970/2008**. Disponível em: http://www.bancodonordeste.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_dinamica_recente.pdf. Acesso em 28/09/2012

MESQUITA, Luciano Amorim. **O Processo de Proletarização Dos Pequenos Produtores Rurais No Contexto da Instauração do Complexo Mínero-Metalúrgico em Açailândia-MA**. Monografia (Graduação) São Luís, 2010.

MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. **O Tempo dos Trabalhadores nos Trilhos da Vale:** o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce. Dissertação (Mestrado). Programa de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In **Estudos Avançados**. 15

(43). 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo:AGB, n.21, p.113-156, 2º sem. 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1981.

OLIVEIRA, Marcio. **O ISEB e a Construção de Brasília: correspondências míticas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n2/a08v21n2.pdf> (Acesso: 24/03/2012).

OMS. **Declaração de Alma-Ata**. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde. Alma-Ata. URSS,1978.

O TEATRO MÁGICO. Sonho de uma Flauta. In **Segundo Ato**. CD Stéreo. 2008.

PEDROSA, Luis Antônio Câmara. A Reforma Agrária no Nordeste: O caso do Maranhão. IN **Cadernos Adenauer**. Ano III nº 05. 2002.

_____. **O Maranhão dos grandes projetos de exclusão**. Disponível em <http://www.forumcarajas.org.br/> Acesso em 26/09/2011.

PICOLI, Florela. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. 1ª. edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAMOS, Carolina. O Estatuto da Terra: Distintas Abordagens. IN **Estado e Historiografia no Brasil**. MENDONÇA, Sonia Regina (org.). Niterói. EDUFF. 2006.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil – 1888-1891**. São Paulo: Paz e Terra,1985.

SANCHES, Edmilson. **Economia de Açailândia cresce 175; a de Imperatriz, 54%**. Jornal Pequeno. 20/12/2006. JP Sul do Maranhão.

SANTOS, Theotônio. Subdesenvolvimento e Dependência (1970). In **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. LOWY, Michael. (org). Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

SAWAYA, Rubens. **Subordinação consentida: o capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. 1ª. Edição. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SILVA, Ilse Gomes. **Transnacionalização e Poder Político no Maranhão no Final do Século XX**. In II Jornada Internacional de Políticas Públicas – Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. São Luís, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Editorial - Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina. In **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: Volume 13, nº 02, p. 157-159. Jul./dez., 2009.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Brasília. Maio, 2004.

Disponível em

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf . Acesso em 26/05/2011.

SUZIGAN, Wilson. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**. Volume 8, nº 4. Outubro-Dezembro, 1988.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In. **Campesinato e territórios em disputa**. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). 1ª. edição. São Paulo: Expressão popular/UNESP, 2008.

TEIXEIRA, César. Canção da Partilha. In **Regar a Terra**. CD Stéreo. 2006.

UFMA. **Parecer Médico acerca dos Problemas de Saúde que Afetem a População do Povoado do Pequiá no Município de Açailândia-MA**. São Luís, 2010.

VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil**. Junho/2012. Disponível em:

http://saladeimprensa.vale.com/_audiovideo/Final%20-%20Book%20S11D%20-%20PORT.pdf . Acesso em 28/07/2012.

VEJA. **A Civilização Apaga o Mal passado**. Edição 2180, ano 43, nº 35, p. 106-107. São Paulo, 2010.

VERAS, Dauro. CASARA, Marques. Escravos do Aço. In **Observatório Social em Revista**. Nº 06. Florianópolis/Santa Catarina. Jun/2004.

ZONTA, Márcio. Açailândia, região dominada por eucalipto. **Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo**. [São Paulo], 30/09/2011. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/content/a%C3%A7ail%C3%A2ndia-regi%C3%A3o-dominada-por-eucalipto>. Acesso em 25/04/2012

ENTREVISTAS

ADELINO, Jarlis. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 03/08/2012

BOSSI, Dário. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida, para fins de dissertação. Açailândia, 29/04/2012.

_____. **Entidade denuncia violência contra populações afetadas pelo Programa Carajás.** Jornal Pequeno. São Luís, 29/04/2012. Entrevista concedida a Waldemar Terr.

CARDOSO, Adalberto. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. In **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 775 a 819.

DANTAS, Edvar. **Relato de Vida.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 01/05/2012.

GALVÃO, Antonio B. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 01/08/2012

LIMA FILHO, Antônio José Ferreira. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 26/04/2012.

LOPES, Maria Divina. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 25/04/2012.

SANTOS, Iran Almeida. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 01/08/2012

SANTOS, Maria Pereira. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 01/05/2012

SILVA, Johnathas de Oliveira. **Direito a Saúde: o que é e como assegurar.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 30/04/2012.

SILVA, Luís Antônio Lima. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 23/04/2012

SILVA, Maria Caetana. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 25/04/2012

SILVEIRA, Solange Camargo Bandeira da. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 28/09/2012

SOUZA, Francisco Martins de. **Os Impactos Socioambientais dos Grandes Projetos em Açailândia: Crescimento Ecomômico X Desenvolvimento Social.** Concedida a Desni Lopes Almeida para fins de dissertação. Açailândia, 03/08/2012

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Relação de Entrevistados

ENTREVISTADOS

Nome	Órgão/Entidade/Movimento	Cargo/Função
Antônio B. Galvão	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário municipal
Antônio Erismar de Castro	Prefeitura Municipal de Açaíândia	Vice-prefeito
Antônio José F. L. Filho	CDVDH – Carmem Bascarán	Coordenador
Dário Bossi	Paróquia São João Batista/ JnT	Pároco e Membro da JnT
Edvard Dantas	Associação de Moradores do Piquiá de Baixo	Presidente
Francisco Martins de Souza	STTR- A	Presidente
Iran Almeida Santos	Secretaria de infraestrutura	Secretário municipal
Jarlis Adelino	Sindicato dos Metalúrgicos	Presidente
Johnathas de Oliveira Silva	MST/ Secretaria de Saúde	Médico da Família
José Wagner Mesquita Mendes	Secretaria de Agricultura	Assessor Técnico
Luís Antônio Lima e Silva	MST	Coordenação Estadual
Maria Caetana da Silva	MST	Militante
Maria Divina Lopes	MST	Dirigente Nacional
Maria Pereira dos Santos	Associação de Moradores do Piquiá de Baixo	Sócia
Seley Elson Santos	Secretaria de Assistência Social	Vice-secretário municipal
Solange Camargo Bandeira da Silveira	Secretaria de Saúde	Secretária municipal

APENDICE 2 – Termo de Autorização para Uso de Entrevistas**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTAS**

Eu, _____,
portador do RG _____ e CPF _____,
autorizo o uso da entrevista por mim
concedida a Desni Lopes Almeida, para a realização de sua pesquisa, podendo a
mesma ser usada parcial ou totalmente na elaboração de seu trabalho de
dissertação, bem como em toda e qualquer produção da pesquisadora, incluindo-
se publicações. Por meio deste termo, fica facultado a pesquisadora o direito de
ceder o uso da entrevista e outros estudantes e pesquisadores a quem possa
interessar o teor da mesma.

_____, _____ de _____ de 2012.

Local e data

Assinatura

APÊNDICE 3 – Quantidade de Propriedades/Empresas Autuadas Por Trabalho Escravo - Por Estado (Atualizado em 25/10/2012)

QUANTITATIVO DE PROPRIEDADES/EMPRESAS AUTUADAS POR TRABALHO ESCRAVO

Nº (colocação)	UF	Quantidade (em números)
1.	PA	71
2.	MT	60
3.	GO	40
4.	MA	29
5.	MG	25
6.	SC	24
7.	TO	20
8.	MS	20
9.	RO	19
10.	PR	19
11.	PI	13
12.	AM	11
13.	RS	09
14.	BA	07
15.	ES	06
16.	SP	04
17.	CE	04
18.	RN	02
19.	PE	02
20.	AL	1
21.	RJ	01
22.	PB	01
TOTAL		389

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1 – Tabela Síntese Sobre Trabalho Escravo – 2011

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF		Ações de Resistência	
	Ocorrências	Trab. na Distância	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Distância	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Distância	Ocorrências	Trab. na Distância
Centro-Oeste												
DF									0	0		0
GO	27	541	299						27	541		0
MS	4	1293	379						4	1293		0
MT	13	109	94		1	9			14	118		0
Subtotal:	44	1943	772	0	1	9	0	0	45	1952	0	0
Nordeste												
AL	1	51	51						1	51	8	5900
BA	10	162	110	1	3	17	14		13	179		0
CE									0	0		0
MA	23	259	101	7					23	259		0
PB									0	0		0
PE					4	205			4	205		0
PI	3	30	30	1					3	30		0
RN									0	0		0
SE									0	0		0
Subtotal:	37	502	292	9	7	222	14	0	44	724	8	5900
Norte												
AC	2	15	15						2	15		0
AM	9	98	63	6					9	98		0
AP									0	0		0
PA	48	495	238	10	3	13			51	508		0
RO	13	84	80	1					13	84		0
RR									0	0		0
TO	22	256	108	3	18	190	33	3	40	446		0
Subtotal:	94	948	504	20	21	203	33	3	115	1151	0	0
Sudeste												
ES	1	22	22						1	22		0
MG	21	236	231	4					21	236		0
RJ	10	111	111						10	111		0
SP	1	20	20	7	1	32	32		2	52	7	2450
Subtotal:	33	389	384	11	1	32	32	0	34	421	7	2450
Sul												
PR	2	8	8						2	8		0
RS	5	32	28	10					5	32		0
SC	15	107	107	16					15	107		0
Subtotal:	22	147	143	26	0	0	0	0	22	147	0	0
Brasil:	230	3929	2095	66	30	466	79	3	260	4395	15	8350

Fonte: Caderno Conflitos no Campo - CPT, 2011.

ANEXO 2 – Crianças Vítimas de Queimadura com Munha

Foto: CDVDH



Foto: CDVDH

ANEXO 3 – Relação dos Principais Produtos de Exportação do Maranhão 2000-2011

Ministério do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA MARANHÃO Principais Produtos Exportados

UF21_E4
15/11/12

Ord	Descrição	2001 (Jan/Dez)			2000 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	
								01/00

Ministério do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA MARANHÃO Principais Produtos Exportados

UF21_E4
15/11/12

Ord	Descrição	2003 (Jan/Dez)			2002 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	
							03/02	
	TOTAL DA ÁREA	739.797.949	100,00	4.277.176.189	652.374.709	100,00	2.685.106.185	13,40
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	739.797.949	100,00	4.277.176.189	652.374.709	100,00	2.685.106.185	13,40
1	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA	214.280.924	28,96	153.470.930	262.171.822	40,19	194.032.849	-18,27
2	FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0,5% D	156.458.528	21,15	1.271.668.000	154.608.993	23,70	1.504.462.270	1,20
3	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	126.498.094	17,10	576.581.042	85.418.893	13,09	467.604.727	48,09
4	LIGAS DE ALUMINIO EM FORMA BRUTA	90.214.350	12,19	59.591.253	64.094.661	9,82	43.651.114	40,75
5	ALUMINA CALCINADA	72.017.358	9,73	431.404.000	61.653.038	9,45	404.192.953	16,81
6	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTR	51.540.064	6,97	1.693.290.000	1.283.941	0,20	47.322.000	---
7	MADEIRA COMPENSADA C/ILS<=6MM,FACE DE MADEIRA	7.998.491	1,08	20.140.327	4.926.800	0,76	12.562.987	62,35
8	RUTOSIDIO (RUTINA) E SEUS DERIVADOS	5.740.124	0,78	295.040	5.851.379	0,90	303.375	-1,90
9	OUTROS MOVEIS DE MADEIRA	2.182.109	0,29	933.635	25.925	---	14.816	---
10	PORTAS,RESPECT.CAIXILHOS,ALIZARES E SOLEIRAS	1.970.534	0,27	522.344	1.856.191	0,28	507.340	6,16

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

MARANHAO

Principais Produtos Exportados

UF21_E4
15/11/12

Ord	Descrição	2005 (Jan/Dez)			2004 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	
								05/04
	TOTAL DA ÁREA	1.501.033.919	100,00	9.300.942.883	1.231.084.770	100,00	10.094.389.078	21,93
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	1.501.033.919	100,00	9.300.942.883	1.231.084.628	100,00	10.094.389.040	21,93
1	FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0.5% D.....	435.295.181	29,00	1.712.538.000	330.724.176	26,86	1.812.874.000	31,62
2	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTR.....	319.135.630	21,26	5.569.840.000	231.593.415	18,81	5.826.820.000	37,80
3	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS.....	221.780.462	14,78	896.838.143	189.085.044	15,36	676.741.896	17,29
4	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA.....	195.481.079	13,02	105.596.933	172.718.575	14,03	105.474.644	13,18
5	LIGAS DE ALUMINIO EM FORMA BRUTA.....	141.533.183	9,43	74.479.734	177.627.191	14,43	101.271.982	-20,32
6	ALUMINA CALCINADA.....	124.611.881	8,30	529.257.000	92.516.984	7,52	462.687.000	34,69
7	MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONC.....	12.418.961	0,83	318.221.000	2.730.235	0,22	74.171.000	354,87
8	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.PIEM.....	8.449.076	0,56	29.298.963	84.484	0,01	268.527	---
9	MADEIRA COMPENSADA C/FLS<=6MM,FACE DE MADEIRA.....	6.052.437	0,40	10.896.720	7.616.106	0,62	12.800.702	-20,53
10	RUTOSIDIO (RUTINA) E SEUS DERIVADOS.....	6.050.534	0,40	337.195	5.509.069	0,45	294.960	9,83

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

MARANHAO

Principais Produtos Exportados

UF21_E4
15/11/12

Ord	Descrição	2007 (Jan/Dez)			2006 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	
								07/06
TOTAL DA ÁREA		2.177.154.787	100,00	10.657.990.332	1.712.701.757	100,00	7.762.891.155	27,12
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		2.177.154.787	100,00	10.657.990.332	1.712.699.456	100,00	7.762.890.824	27,12
1	FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0.5% D.....	573.726.230	26,35	1.839.349.000	451.313.457	26,35	1.771.531.000	27,12
2	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTR.....	430.304.447	19,76	7.050.082.000	251.734.954	14,70	4.165.078.000	70,94
3	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA.....	362.556.331	16,65	139.252.637	321.050.794	18,75	129.514.773	12,93
4	LIGAS DE ALUMINIO EM FORMA BRUTA.....	340.284.569	15,63	125.615.049	264.166.778	15,42	106.187.636	28,81
5	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS.....	235.166.447	10,80	841.943.652	231.136.022	13,50	1.021.542.811	1,74
6	ALUMINA CALCINADA.....	152.981.785	7,03	474.114.000	141.556.089	8,27	468.994.540	8,07
7	SAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS,DA EXTR.DO OL.....	31.635.508	1,45	123.318.000	---	---	---	---
8	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.PIEM.....	13.852.754	0,64	34.813.913	8.705.538	0,51	24.319.368	59,11
9	MAD.COMP.FACE D/MAD.Ñ CONIF,ESPESSURA<=6MM.....	7.280.303	0,33	8.710.802	---	---	---	---
10	RUTOSIDIO (RUTINA) E SEUS DERIVADOS.....	5.979.671	0,27	309.750	5.013.503	0,29	268.565	19,28

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

MARANHAO

Principais Produtos Exportados

UF21_E4
15/11/12

Ord	Descrição	2009 (Jan/Dez)			2008 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	
	TOTAL DA ÁREA	1.232.814.138	100,00	3.378.206.822	2.836.287.556	100,00	10.000.835.879	-56,53
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	1.232.814.138	100,00	3.378.206.822	2.836.287.556	100,00	10.000.835.879	-56,53
1	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS.....	377.687.419	30,64	919.649.820	423.312.804	14,92	920.901.373	-10,78
2	FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0.5% D.....	306.465.385	24,86	777.895.000	820.517.704	28,93	1.666.425.000	-82,65
3	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA.....	196.248.547	15,92	130.820.825	333.147.424	11,75	134.856.032	-41,09
4	ALUMINA CALCINADA.....	122.249.143	9,92	548.385.000	181.446.837	6,40	550.783.000	-32,63
5	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTR.....	91.909.055	7,46	847.656.000	663.080.347	23,38	6.478.139.000	-86,14
6	LIGAS DE ALUMINIO EM FORMA BRUTA.....	64.073.098	5,20	34.395.491	330.817.114	11,66	119.799.656	-80,63
7	SEMEAS,FARELOS E OUTROS RESIDUOS,DE LEGUMINOS.....	17.706.199	1,44	45.730.000	4.094.280	0,14	9.000.000	332,46
8	ALGODAO SIMPLEMENTE DEBULHADO,NAO CARDADO NE.....	16.582.278	1,35	11.657.019	9.263.770	0,33	6.935.480	79,00
9	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF,PIEM.....	15.770.845	1,28	40.840.366	16.736.164	0,59	29.836.121	-5,77
10	ALCOOL ETILICO NIDENATURADO C/VOLTEOR ALCOO.....	4.810.976	0,39	7.189.192	4.883.361	0,17	7.191.910	-1,48

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

MARANHAO

Principais Produtos Exportados

UF21_E4
15/11/12

Ord	Descrição	2011 (Jan/Dez)			2010 (Jan/Dez)			Var%
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	
	TOTAL DA ÁREA	3.047.103.050	100,00	9.562.272.539	2.920.267.012	100,00	24.299.512.637	4,34
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	3.047.103.050	100,00	9.562.272.539	2.920.267.012	100,00	24.299.512.637	4,34
1	MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTR.....	832.590.030	27,32	4.901.499.000	696.319.187	23,84	4.386.938.000	19,57
2	ALUMINA CALCINADA.....	777.175.067	25,51	2.358.346.126	422.206.266	14,46	1.523.705.510	84,07
3	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS.....	597.817.413	19,62	1.241.826.483	411.285.009	14,08	1.040.762.133	45,35
4	FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0.5% D.....	435.921.902	14,31	884.361.000	238.302.838	8,16	584.732.000	82,93
5	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA.....	185.406.710	6,08	74.808.242	208.794.220	7,15	96.944.285	-11,20
6	OURO EM BARRAS,FIOS,PERFIS DE SEC,MACICA,BULH.....	66.347.247	2,18	1.283	15.651.920	0,54	364	323,89
7	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF,PIEM.....	46.361.648	1,52	68.030.758	20.095.358	0,69	40.744.788	130,71
8	ALGODAO SIMPLEMENTE DEBULHADO,NAO CARDADO NE.....	34.846.150	1,14	17.778.709	16.940.633	0,58	10.190.191	105,70
9	LIGAS DE ALUMINIO EM FORMA BRUTA.....	21.420.840	0,70	7.491.681	67.589.425	2,31	28.700.352	-68,31
10	RUTOSIDIO (RUTINA) E SEUS DERIVADOS.....	13.329.183	0,44	396.390	867.383	0,03	18.430	---